



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

**Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara – SP**

**ALESSANDRO RODRIGUES CHAVES**

**A face neodesenvolvimentista do Estado brasileiro: o falseamento  
da “questão social”**



**Araraquara – SP  
2016**

**ALESSANDRO RODRIGUES CHAVES**

**A face neodesenvolvimentista do Estado brasileiro: o falseamento  
da “questão social”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em ciências sociais.

**Linha de pesquisa:** Trabalho e movimentos sociais

**Orientador:** Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi

**Bolsa:** Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Araraquara – SP  
2016**

Chaves, Alessandro

A face neodesenvolvimentista do Estado brasileiro: o falseamento da "questão social" / Alessandro Chaves – 2016  
172 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientadora: Maria Orlanda Pinassi

1. Neodesenvolvimentismo. 2. Crise estrutural. 3. Partido dos Trabalhadores. 4. Estado autocrático. 5. "Questão social"  
I. Título.

## ALESSANDRO RODRIGUES CHAVES

### A face neodesenvolvimentista do Estado brasileiro: o falseamento da “questão social”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em ciências sociais.

**Linha de pesquisa:** Trabalho e movimentos sociais

**Orientador:** Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi

**Bolsa:** Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Data da defesa: 24/03/2016

#### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

**Presidente e Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Orlanda Pinassi

Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho–Unesp (FCLAr,  
Campus Araraquara)

---

**Membro Titular:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Terezinha Ferrari

Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA)

---

**Membro Titular:** Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano

Universidade Estadual de Minas (UEMG-Campus Passos)

---

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

## **Agradecimentos**

À professora Maria Orlanda que gentilmente acolheu a proposta deste trabalho e o orientou de modo que ele não caísse nas armadilhas das imposições acadêmicas e das teorias apologéticas em vigor.

Agradeço aos membros da banca de defesa. Terezinha Ferrari por ter me acompanhado desde os tempos da graduação, pela disposição – mesmo diante das adversidades – em discutir os temas deste trabalho e demais assuntos. E por insistir quando nem eu acreditava mais. Frederico Daia Firmiano por seus valiosos comentários e instigantes reflexões para trabalhos futuros.

Ao professor Plínio de Arruda Sampaio Jr. que participou da banca de qualificação, e muito contribuiu para o resultado final deste trabalho.

Agradeço aos docentes do Colegiado de Ciências Sociais do Centro Universitário Fundação Santo André, local que me proporcionou sólida formação e animou o espírito crítico frente às teorias da ordem.

À Carolina, minha companheira, por ter sempre a palavra e o abraço capazes de amenizar a solidão do trabalho intelectual, deixando os dias mais alegres e dando sentido às minhas ações. Obrigado pelo carinho e pela compreensão.

Meu amigo-irmão Helton (Bastos) Saragor de Souza por sua contribuição intelectual e por sua amizade incondicional. Aos militantes do Núcleo de Luta Popular pelas saudáveis polêmicas e por bravamente nunca abaixarem o punho esquerdo.

À minha família que insistiu em manter a casa cheia nos finais de semana. Principalmente minha avó que nunca deixou de apoiar seu neto. À minha irmã que nunca deixou de oferecer ajuda e por ter trazido ao mundo o pequeno Augusto, fortalecendo a esperança de que dias melhores virão.

*Para Paulo Rodrigues  
Chaves (in memoriam)  
e Maria Aparecida  
Chaves.*

*“Se não pode se vestir com nossos sonhos  
Não fale em nosso nome.  
Não mais construir casas  
Para que os ricos morem.  
Não mais fazer o pão  
Que o explorador come.  
Não mais em nosso nome!  
Não mais nosso suor, o teu descanso.  
Não mais nosso sangue, tua vida.  
Não mais nossa miséria, tua riqueza.  
Tempos de dizer  
Que não são tempos de calar  
Diante da injustiça e da mentira.  
É tempo de lutar  
É tempo de festa, tempo de cantar  
As velhas canções e as que ainda vamos inventar.  
Tempos de criar, tempos de escolher.  
Tempos de plantar os tempos que iremos colher.  
É tempo de dar nome aos bois,  
De levantar a cabeça  
Acima da boiada,  
Porque é tempo de tudo ou nada.  
É tempo de rebeldia.  
São tempos de rebelião.  
É tempo de dissidência.  
Já é tempo dos corações pularem fora do peito  
Em passeata, em multidão  
Porque é tempo de dissidência  
É tempo de revolução”  
(Mauro Iasi, “Dissidência ou a arte de dissidiar”)*

*“Regar as flores do deserto, regar as flores com chuvas de inseto”.*  
(O Rappa, “O salto”)

## RESUMO

A inclinação política e econômica realizada pelos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, denominada neodesenvolvimentista é o objeto deste trabalho. O objetivo é identificar os impactos do modelo sobre os trabalhadores. Em caminho oposto ao trilhado pelos defensores do conceito – que insistem em divulgar números de empregos criados, aumento do salário mínimo, políticas sociais e estratégias que visam impulsionar o crescimento econômico –, partimos do entendimento de que o modelo neodesenvolvimentista emerge em um cenário de *crise estrutural do capital* que tem como consequência o *desemprego industrial* e a perda da potencialidade civilizadora que caracterizou o capital após a Segunda Guerra em países da Europa ocidental. A ilusão de se resolver a “questão social” que afeta a maior parte da população brasileira a partir da intensificação das relações capitalistas é revelada, neste texto, quando percebemos a predominância dos resultantes da crise estrutural, a permanência de um Estado autocrático e de um projeto político-institucional que visa reduzir as reivindicações dos movimentos populares e dos trabalhadores a políticas públicas e inclusão no mercado por via do consumo. Através desses pressupostos é que podemos sugerir que o neodesenvolvimentismo e sua pretensão social não passam de uma *farsa*.

**Palavras – chave:** Neodesenvolvimentismo; Crise estrutural; Partido dos Trabalhadores; “Questão social”.



## **ABSTRACT**

The political and economic inclination made by governments led by the Workers Party, called new-developmentalism is the object of this work. The goal is to identify the model of the impacts on workers. In the opposite way to trod by the concept advocates - who insist on disclosing numbers of jobs created, the minimum wage increase, social policies and strategies to boost economic growth - we start from the understanding that the new-developmentalism model emerges in scenario a crisis structural capital that results in the structural unemployment and loss of civilizing potential that characterized the capital after World War II in Western European countries. The illusion of solving the "social issue" that affects most of the population from the intensification of capitalist relations is revealed in this text, when we noticed the predominance of the resulting structural crisis, the permanence of an autocratic state and a political-institutional project that aims to reduce the demands of the popular movements of workers and the public policies and inclusion in the market via consumption. Through these assumptions we can suggest that the new-developmentalism and social pretension are just a scam.

**Keywords:** New-developmentalism; Structural crisis; Workers' Party; "Social issues".

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>I – O Estado no sistema do capital.....</b>	<b>17</b>
1.1 – A expansão <i>incontrolável</i> do capital, autonomização do Estado e os limites do poder de decisão das frações de classes .....	21
1.2 – O exercício das funções do Estado frente ao sistema sem controle .....	25
1.2.1 – <i>Ausência de unidade entre produção e controle</i> .....	25
1.2.2 – <i>Ausência de unidade entre produção e consumo e a ilusão do “Estado social”</i> .....	30
1.2.3 – <i>A ausência de unidade entre produção e circulação: o Estado impulsionando a expansão do capital</i> .....	34
1.3 – A especificidade do Estado brasileiro: dependente e autocrático .....	38
1.3.1 – <i>A via colonial de entificação do capitalismo</i> .....	38
1.3.2 – <i>Conciliação burguesa no capitalismo dependente</i> .....	41
1.3.3 – <i>O Estado autocrático</i> .....	46
<b>II – Nacional desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: autonomia nacional e “questão social”. Os limites dos modelos de desenvolvimento na periferia do sistema .....</b>	<b>51</b>
2.1 – O nacional desenvolvimentismo: o contexto.....	52
2.1.1 – <i>Industrialização e autonomia</i> .....	54
2.1.2 – <i>O Desenvolvimentismo e a “questão social”</i> .....	61
2.2 – Neodesenvolvimentismo: o contexto .....	65
2.2.1 – <i>Neodesenvolvimentismo: macroeconomia como estratégia e abandono da autonomia nacional</i> .....	66
2.3 – O “social-desenvolvimentismo”: o social como o “eixo” do desenvolvimento.....	70
2.4 – O Estado no neodesenvolvimentismo .....	74
2.4.1 – <i>A crise de 2007 e o Estado “administrador de crises”</i> .....	75
2.5 – A inserção internacional das empresas internas: a “ofensiva” do capitalismo periférico .....	80
2.5.1 – <i>A internacionalização neodesenvolvimentista: a procura pela redução dos custos de produção</i> .....	86
<b>III – Neoliberalismo e crise do capital.....</b>	<b>91</b>
3.1 – Neoliberalismo: crise dos anos 70 e rearranjo do capital.....	91
3.1.1 – <i>Reestruturação produtiva e a funcionalidade do trabalho precarizado</i> .....	95
3.1.2 – <i>O Estado Neoliberal e a ideologia do Just in time: controle sobre o trabalho</i> .....	101
3.2 – A crise estrutural do capital e o desemprego crônico.....	110
3.2.1 – <i>O desemprego crônico e a “nova questão social”</i> .....	117

<b>IV – A “questão social” e o neodesenvolvimentismo: a utopia do Estado de bem-estar na periferia.....</b>	<b>126</b>
4.1 – “Questão social”: uma breve história .....	131
4.2 – A problematização marxiana: os limites do Estado e da questão distributiva.....	135
4.3 – O século XX: o Estado de Bem-estar e a suposta resolução da “questão social” .....	137
4.4 – Neodesenvolvimentismo e o falseamento da “questão social” .....	140
4.5 – Lutas sociais no neodesenvolvimentismo: o exercício do controle sobre o trabalho.....	146
4.5.1 – <i>Frente política neodesenvolvimentista e coalização produtivista: o mito da aliança entre trabalhadores e burguesia no capitalismo periférico</i> .....	146
4.5.2 – <i>Burocracia sindical e políticas de “alívio social” como formas do exercício do controle</i> .....	151
<b>V – Considerações finais.....</b>	<b>162</b>
<b>VI – Referências bibliográficas:.....</b>	<b>166</b>

## Introdução

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder executivo, através da figura de Lula em 2002, promoveu o debate sobre uma suposta alteração no quadro político nacional, pois estava colocada, para alguns setores e por parte da intelectualidade, a emergência de um modelo econômico e político oposto ao antecessor neoliberal. Contribuiu para o fortalecimento dessa tese a guinada política ocorrida na América do Sul no início do século XXI, alguns intelectuais chegavam a dizer que o ambiente político, brasileiro e sul-americano poderia ser classificado como *pós-neoliberal* (SADER, 2009).

No caso brasileiro a vitória eleitoral de Lula, e as políticas de seu primeiro mandato, significou uma nítida continuidade com o modelo neoliberal, destacamos o compromisso com a estabilidade econômica, a política de superávit primário e as reformas que atingiram diretamente os servidores públicos implicando em perda de direitos. O que justificaria a distinção do primeiro mandato de Lula do seu antecessor neoliberal seriam as propostas sociais, particularmente o programa Fome Zero, a “questão social”<sup>1</sup> passaria a ser uma pauta constante nos discursos oficiais e nas políticas do governo petista. Contudo, de uma maneira geral, as características neoliberais prevaleciam.

A inclinação ocorreu a partir de 2006. Características que se diferem das neoliberais se apresentaram com maior vigor após o escândalo do *mensalão* quando há significativas alterações no alto escalão do governo – a entrada de Dilma Rousseff na Casa Civil e do economista desenvolvimentista Guido Mantega como Ministro da Fazenda –, e de forma mais intensa durante a crise instaurada em 2007. É, portanto, a partir de 2006 que há uma orientação do Estado brasileiro em torno de uma política neodesenvolvimentista.

É evidente que há continuidades entre os distintos mandatos presidenciais independente dos partidos políticos, principalmente o compromisso com a estabilidade econômica, o combate a inflação e a política de superávit primário, no entanto, há também as políticas que caracterizam uma política neodesenvolvimentista: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma ativa política de financiamento a setores empresariais selecionados através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), significativo aumento do salário mínimo e intensificação do programa Bolsa Família com o claro objetivo de

---

<sup>1</sup> Assim como José Paulo Netto (2013, p. 24)) utilizamos sempre as aspas para nos referirmos à “questão social”, pois a utilização deste termo já demonstra a incorporação do ideário conservador burguês no trato das consequências do sistema sociometabólico do capital, obscurecendo suas reais determinações. “A partir daí, o pensamento crítico-revolucionário passou a identificar na expressão “questão social” uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador”.

impulsionar o mercado consumidor interno, o Programa Minha Casa, Minha Vida que deu fôlego ao mercado imobiliário e as construtoras fortalecendo a contratação de mão de obra no setor.

Assim se identificava a intervenção do Estado na economia e uma suposta política de pleno emprego acrescentada de uma preocupação com a “questão social”. Os defensores do modelo e do governo exaltavam uma política econômica e social que se assemelhava – ou procuravam ter como modelo ideal – às características do Estado de Bem-estar social.

A sustentação do modelo se dava, no plano econômico, com o boom das commodities aumentando significativamente as receitas, no plano eleitoral o crescimento econômico e os programas sociais garantiam a sustentação política e eleitoral. Falava-se em um *sonho rooseveltiano* (SINGER, 2012), em anos de crescimento econômico e melhorias sociais.

O declínio das condições que propiciaram a estabilidade do modelo – o elevado preço das commodities, e o crescimento econômico que mantinham estáveis os empregos somados aos programas sociais – resultaram na crise política que atinge seu clímax – até o momento – neste início de 2016. A utopia da construção de um Estado de bem-estar na periferia do sistema e do infinito crescimento econômico se encontram com a realidade de um país que tem como marca um *Estado autocrático* (FERNANDES, 2010) e um modelo de acumulação subordinado aos imperativos dos capitais centrais que coloca em lados opostos *progresso nacional* e *progresso social* (CHASIN, 2000). O neodesenvolvimentismo e sua expressão político-eleitoral, o *lulismo*, não conseguiram amenizar ou mesmo promover significativas alterações nas determinações estruturais que configuram um país dependente da periferia do sistema.

Alguns autores definiram o neodesenvolvimentismo como uma *frente política* encabeçada por uma identificável *burguesia interna* (BOITO JR., 2012). No entanto, os fatos deixam cada vez mais evidentes – principalmente com o desenrolar das implicações políticas neste primeiro semestre de 2016 – que mais uma vez a burguesia exerceu a sua rotineira tarefa de se colocar em oposição aos interesses dos trabalhadores. Comprometida que é – porque necessariamente deve ser em um país de economia dependente – com a superexploração da força de trabalho, elege como alvo os direitos dos trabalhadores, procurando intensificar ainda mais as formas de flexibilização e precarização da força de trabalho. No plano político exerce o seu caráter autocrático, inviabilizando a efetiva participação popular e criminalizando as ações dos movimentos sociais. As experiências brasileiras do século XX deixam evidentes que não há alternativa do ponto de vista do trabalho que inclua a burguesia, que certamente não é mais nacional, assim também como não é interna, mas faz parte de toda uma cadeia de

fusões de capitais – financeiros, industriais, agrícolas e etc. – com o grande capital internacional, daí o seu caráter transnacional. Tratam-se, os setores burgueses, supostamente aliados aos governos liderados pelo PT, de empresas que desde a década de 1960 procuram sua inserção internacional, e encontraram no período neodesenvolvimentista as condições ideias para fortalecer a sua participação internacional – aspecto que será discutido neste trabalho. Em uma palavra, para os que estão comprometidos com as pautas oriundas do trabalho não há como defender a ideia de uma *frente política* (BOITO JR., 2012) ou de uma *coalizão produtivista* (SINGER, 2012).

Fazer tal aposta – que em realidade é intensificar a ação do capitalismo no país – é ignorar os efeitos predatórios que a expansão do capital exerce sobre os trabalhadores. É crer em um Estado capaz de regular a ação destrutiva do capitalismo. Só é possível tal postura teórica e política, quando não se leva em consideração o caráter inerente do Estado, o seu comprometimento com a expansão e reprodução do capital e o cenário de *crise estrutural do capital* que presenciamos desde a década de 1970. Se não ignorarmos esses aspectos, assim como os fatos, veremos que o Estado está a serviço de um capital que visa somente *procurar e destruir*, pois, devido ao seu caráter inerentemente expansivo, perdeu todo o seu potencial civilizador.

Os defensores do neodesenvolvimentismo ocultam os imperativos destrutivos do capitalismo contemporâneo. Comprometido que estão com a inserção do país nas relações capitalistas mundializadas, enxergam como positivo o atual estagio do capital. O objetivo é intensificar a relação do país no processo de globalização, procurando garantir vantagens nas relações com as nações centrais. É nítida a diferença, como apontou SAMPAIO (2012), com o nacional desenvolvimentismo da década de 1950. O último não perdia de vista a necessidade de se conquistar espaços autônomos de decisões e se pautava por uma política nacionalista. Assim Sampaio identifica a *farsa* do modelo promovido pelos governos liderados pelo PT. Esses argumentos estão desenvolvidos no segundo capítulo deste trabalho.

Para além da *farsa* em comparação com o nacional desenvolvimentismo, identificamos que o neodesenvolvimentismo é uma *farsa* em relação à “questão social” que se propõe resolver. Assim, a sustentação eleitoral, a ampla política de aliança supostamente comprometida com a melhoria de vida da população brasileira, com o pleno emprego e com a perspectiva de um Estado de bem-estar, não passam de uma *farsa* quando colocados diante das potencialidades do capital em sua *crise estrutural* (MÉSZÁROS, 2014).

No momento em que a destruição predomina sobre as capacidades civilizatórias e humanas, qualquer política econômica que contribua para o inerente processo de expansão do

capital, contribuirá, acima de tudo, para nefastos impactos sobre os trabalhadores. Pleno emprego, Estado de bem-estar e etc., não são mais do que uma *farsa* diante de um capital que tem por necessidade – para continuar seu inerente processo de expansão – a destruição ambiental, humana e a superexploração da força de trabalho. Esta última se apresenta nas sofisticadas maneiras de flexibilizar e terceirizar a força de trabalho, criando empregos parciais em setores que se caracterizam pela alta rotatividade – telemarketing, construção civil, etc.. Sem investigar a fundo as condições efetivas de trabalho da grande massa da população brasileira, os defensores do neodesenvolvimentismo exaltam taxas que se assemelham ao pleno emprego, ocultando e *falseando* o que está por trás dos números.

Mas os fatos sempre dizem mais do que qualquer discurso apologético. Para além da recessão econômica, da crise política e das taxas de desemprego que já atingem 10% que configuram este início de 2016, podemos recorrer ao fato mais simbólico do modelo neodesenvolvimentista e seus impactos sobre o meio ambiente e sobre a população brasileira. A lama que varreu o distrito de Bento Rodrigues na cidade mineira de Mariana, é a lama promovida por um sistema sociometabólico e intensificada por um modelo econômico que seguiu seu rastro destruidor pelas águas do Rio Doce até chegar ao mar do Espírito Santo. Ao ter estreita relação com as empresas denominadas “campeãs nacionais”, e promover políticas que visam priorizar alguns setores, o fez também com a empresa que está envolvida no desastre de Mariana, a Vale. Em poucas palavras, um capital em crise estrutural cujas consequências não podem ser outras se não destrutivas, impulsionado por uma política desenvolvimentista, só pode resultar em nefastos impactos sociais e humanos até agora incalculáveis. A lama de Mariana é a lama neodesenvolvimentista. Aqui se presencia a irracionalidade do capital em sua crise estrutural, ao perder sua capacidade civilizatória e promover a destruição, o sistema sociometabólico do capital perde também a racionalidade que o caracterizava, o que faria Max Weber, entre outros, rever a associação de capitalismo com uma racionalidade calculista.

Ao fazer a opção pela intensificação das relações capitalistas, se faz, ao mesmo tempo, a opção contra os trabalhadores e contra os ideais civilizadores no momento em que se presencia a crise estrutural do sistema do capital. É impossível se pensar em uma solução da “questão social”, ao contrário, procura-se reduzir ainda mais os problemas dos que vivem da venda de sua força de trabalho a inclusão nas relações de consumo, fortalecendo o mercado consumidor interno. “Questão social” é totalmente reduzida à inclusão de indivíduos no mercado, em acordo com a teoria do *social-liberalismo* que procura diminuir a pobreza

através de um “choque de capitalismo nos pobres brasileiros”, como apresentaremos no quarto capítulo deste trabalho.

A teoria marxista da luta de classes e os processos revolucionários que ameaçaram a ordem capitalista deixaram evidentes que as conquistas de direitos que beneficiam a classe trabalhadora só ocorreram pela efetiva participação dos trabalhadores, os direitos são oriundos dos levantes operários que emergiram concomitante com o capitalismo. Dessa forma, o reconhecimento da “questão social” – mesmo em sua forma burguesa conservadora – só é possível devido a ação da classe trabalhadora.

O modelo neodesenvolvimentista e sua expressão eleitoral, o *lulismo*, age em sentido oposto. O PT é historicamente alinhado as pautas trabalhistas e populares, seja no cruzar dos braços que caracterizou o novo sindicalismo, seja na luta contra a ditadura militar, ou ainda na luta contra o neoliberalismo, o Partido dos Trabalhadores impulsionava e somava nas lutas dos “de baixo”. Atrelado ao projeto neodesenvolvimentista – na medida em que este requer um amplo campo de ação para intensificação do capital – passou a transferir as antigas pautas que moviam os movimentos populares e trabalhadores para o Estado (PINASSI, 2015). Os anseios dos trabalhadores passaram a depender e ser canalizados nas políticas sociais. O PT e o projeto neodesenvolvimentista contribuíram para esvaziar as ruas de palavras de ordem – com exceção, evidente, dos movimentos e organizações políticas que rejeitaram fazer parte deste pacto neodesenvolvimentista e o denunciaram desde seus primeiros dias – e lotar o banco de dados dos organismos estatais com os preenchimento de cadastros. Na medida em que a história demonstra que não é possível se falar em “questão social” sem ter por base a movimentação das ruas, o “projeto PT” *falseia* as pautas sociais reduzindo-a a ação institucional.

Este trabalho procura levantar questões sobre o neodesenvolvimentismo. Sem reduzir o tema estudado as suas características macroeconômicas, sem tratá-lo somente do ponto de vista eleitoral – tão defendido pela atual ciência política – mas procurando indicar seus nexos causais e seus impactos sobre os indivíduos que vivem da venda de sua força de trabalho, relacionando-o com a configuração recente da economia brasileira em um cenário de *crise estrutural do capital*. Assim, sugere-se, nesse texto, uma definição *negativa* do Estado no sistema do capital, devido ao seu inerente papel de servir ao capital, jamais essa instituição pode ser vista como uma saída para emancipação da classe trabalhadora, aspecto que por si já bastaria para demonstrar as *farsas* do modelo neodesenvolvimentista. Sugere, ainda, que o modelo econômico que vigora nos mandatos presidenciais petistas, contribui ainda mais para que o país ocupe uma posição subalterna nas relações capitalistas mundializadas, isso por ter



abandonado qualquer pretensão de construção de autonomia. Ainda, sugerimos que a “questão social” é totalmente falseada quando não se leva em consideração os impactos que a crise estrutural causa sobre a organização do trabalho, falar-se em “questão social” sem fazer referência aos imperativos da *reestruturação produtiva* que *desertificou* o Brasil na década de 1990, é um debate *falso*. Assim também como é uma *farsa* apostar em mecanismos institucionais para a resolução dos amplos problemas sociais que afetam a maioria da população brasileira, excluindo a categoria *luta de classes*, deixando de contribuir para a organização e movimentação dos setores populares e dos trabalhadores.

## **I – O Estado no sistema do capital**

O neodesenvolvimentismo – assim como as demais teorias neodesenvolvimentistas – é construído tendo como principal referência a capacidade de o Estado agir em benefício da população. O Estado seria o agente que distribuiria os frutos do trabalho de modo a amenizar conflitos e impulsionar o desenvolvimento econômico. Neste capítulo procuramos demonstrar algumas características que enfatizam ser o Estado uma instituição alheia aos interesses dos que vivem do trabalho. Com base na teoria marxista do Estado, e na especificidade do Estado brasileiro, autocrático, buscamos evidenciar os limites de qualquer concepção que se diz pautada pelo social, mas que enxerga no Estado o instrumento por excelência para a melhoria de vida da classe trabalhadora na periferia do sistema capitalista.

Dessa forma, em oposição aos que enxergam no Estado um instrumento eficaz para amenizar os efeitos nocivos da expansão do capital, ou mesmo para superar suas contradições, este capítulo procura demonstrar que o Estado é um componente estrutural do sistema sociometabólico do capital e age para reforçar e expandir suas contradições. É elemento indispensável para se compreender qualquer política de desenvolvimento e expansão capitalista. Políticas denominadas intervencionistas, protecionistas, de expansão das atividades de empresas e setores, de expansão do mercado interno e de promoção de novos indivíduos ao mercado consumidor, devem ser entendidas como o modo necessário de impulsionar e garantir a reprodução do capital. A execução dessas funções é tarefa inerente do Estado, como iremos demonstrar através dos escritos de István Mészáros e Ernest Mandel – autores que teóricos e atuantes nas lutas sociais do século XX mantiveram a interpretação das ações e estruturas objetivas do Estado na manutenção da reprodução do capital em tempos de hegemonia dos monopólios transnacionais.

No entanto, a formulação mais comum do Estado moderno é a que o relaciona com a asseguuração do bem comum. Diversas teorias destacam a capacidade de o Estado ser o instrumento capaz de propiciar o bem geral, de exercer um poder autônomo sobre a sociedade, capaz de orientá-la para alcançar um resultado que satisfaça os diversos integrantes de determinada sociedade. Esta concepção se apresenta em autores, que mesmo diferentes entre si, enaltecem o caráter administrador do Estado – seja o Estado soberano de Thomas Hobbes, seja a defesa do legislativo feita por Locke, a paz perpétua de Kant, ou a efetividade da razão como pensou Hegel (MÉSZÁROS, 2015, p. 83).

A defesa do Estado como o agente capaz de regular e/ou administrar as relações sociais é presente também no pensamento e no exercício do poder das esquerdas. Tanto na socialdemocracia quanto no *socialismo realmente existente*, ambos reforçavam a necessidade da existência do Estado para garantir uma melhor distribuição em benefício da classe trabalhadora. A primeira, cuja conquista do poder data, principalmente, do pós-guerra em países da Europa, percebia no Estado e na teoria keynesiana a oportunidade de distribuir o resultado do trabalho para os próprios produtores. A postura do Estado socialdemocrata era: “Em vez da propriedade direta, o Estado podia concretizar todos os objetivos socialistas influenciando a indústria privada a agir em função do interesse geral.” (PRZEWORSKI, 1991 p. 54). Abandona-se, nessa perspectiva, o horizonte revolucionário e mesmo o da nacionalização da produção. Estabelece-se uma crença de que o Estado possui autonomia suficiente para distribuir os frutos do trabalho da maneira que atenda aos interesses das diversas classes sociais presentes em uma sociedade capitalista, em especial em repartir os ganhos com os trabalhadores.

Como ainda veremos no decorrer deste trabalho – capítulos III e IV – no período do pós-guerra o capital conseguiu estabelecer significativos ganhos para a classe trabalhadora, o Estado foi caracterizado, neste período, como de Bem-estar. Esse curto período da história do capital fornecia os instrumentos para a afirmação da autonomia do Estado e sua capacidade de regular e distribuir a renda entre as diferentes classes sociais. No entanto, o desmanche dessa forma de Estado suscitará a retomada dos debates, na medida em que, com a ofensiva neoliberal, ficava evidente que o Estado estava a serviço do capital, e da classe – e frações de classes – comprometida com sua expansão.

No caso soviético, o Estado acabou por assumir a função principal no chamado *socialismo realmente existente*. Com a ilusão de que se alcançaria o “socialismo em um só país”, Stálin e seus seguidores apostaram no Estado como o agente capaz de expropriar a burguesia e socializar a produção entre os reais produtores. Apostava-se que a estatização total da produção propiciasse a desejada socialização e a superação do sistema do capital. Não foi o que ocorreu.

As soluções propostas pelos economistas do governo soviético não passavam pela abolição do trabalho submetido às determinações exteriores aos reais produtores; em vez de se submeter diretamente ao capitalista, submetia-se, agora, ao Estado. Substituir o capitalista pelo Estado não resulta na superação do capital, mas em um *socialismo de acumulação* (CHASIN, 1987). Pois, pode existir capital sem necessariamente ser dentro da lógica

capitalista, “O capital e a produção de mercadorias não só *precedem*, mas também necessariamente sobrevivem ao capitalismo” (MÉSZÁROS, apud, CHASIN, 1987, p.24).

Inseridos dentro da lógica do capital e com a existência de um Estado que toma para si as relações comerciais, o que há é a permanência da *regência do capital* e não a inauguração da *regência dos trabalhadores*.<sup>2</sup> Dessa forma, segundo o autor, o que ocorreu no regime soviético estalinista não foi uma *socialização* dos bens produzidos, mas uma “[...] apropriação *Coletiva/Não-Social* e, igualmente uma gestão também nestes moldes (CHASIN, 1987, p.31. Grifo do autor). A gestão exercida por um Estado – para Chasin (IBIDEM), um complexo *partidário/estatal/administrativo* – que por mais que não representasse os interesses, e não era composto pelas *personae* do capital, e a permanência da lógica da *regência do capital* sobre os produtores reais, “[...] mantém e reproduzem aspectos decisivos da estruturação social que tem no valor, no mercado, no trabalho assalariado etc. suas determinações essenciais.” (IDEM, p.32).

Os crimes do regime estalinista, a absurda repressão dos opositores ao sistema, a concentração de renda pelos integrantes do partido no poder, e o colapso total do sistema soviético, demonstraram, efetivamente, a incapacidade da perspectiva estalinista e da permanência do Estado como o agente supostamente autônomo capaz de promover a socialização da produção.

Para além dos exemplos citados, e através da concepção de que o Estado é um agente que age para servir a produção e expansão do capital, submetendo, para alcançar tal fim, qualquer movimento que imponha algum limite ao inerente caráter expansivo do capital, este capítulo caminha no sentido de demonstrar que não há saída emancipatória para a classe trabalhadora através do Estado, pois este é, em essência, o agente que cria e promove as condições de expansão e reprodução do capital. Faremos isso expondo a teoria marxista do Estado (através dos escritos de Mézáros e Mandel), em seguida demonstraremos a ação do Estado na periferia do sistema capitalista tendo como principal referência a concepção do Estado *autocrático* de Florestan Fernandes.

Para isso, o primeiro ponto a se considerar é o entendimento que se deve ter de *capital*. Seguindo a definição de Mézáros (2014, p. 96), o capital é, “[...] *em última análise*,

---

<sup>2</sup> “Na polaridade conhecida, ao capital básico *privado* corresponde o *capitalismo*, do mesmo modo que ao capital básico *social* corresponde o *comunismo*. Ou seja, o capital, força gerada socialmente, é apropriado no capitalismo por uma *pluralidade* de *personae do capital*, enquanto no *comunismo* ele é apropriado pela *universalidade de seus produtores*. Neste caso perde seu caráter de força de dominação, deixando, então, de *reger* aos homens e à sociedade, para passar a ser *regido* conscientemente pelos seus produtores.” (CHASIN, 1987, p. 31)

*uma forma incontrolável de controle sociometabólico*” (grifos do autor). Como aponta o autor, o capital escapa a qualquer forma de controle, mas também é “uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (IBIDEM, p. 96).

A característica de ser o capital incontrolável e necessariamente expansivo foi o que permitiu que ele superasse as formas anteriores de organização social e inaugurasse um novo sistema sociometabólico (IDEM, p. 101). Dois pontos se destacam para sua emergência e caracterização: o emergir da propriedade privada especificamente capitalista e a consolidação do “trabalho livre” que alterara as relações precedentes de produção de *valor de uso* para a predominância do *valor de troca*. Transformações em geral que Mézáros chama de “[...] processo de liberação das restrições da autossuficiência” (IDEM, p. 104). Forma incontrolável de controle “[...] orientado para a expansão e movido pela acumulação” (IDEM, p. 100).

O Estado emerge das necessidades do próprio capital. Por isso deve ser entendido como base material do capital e a seu serviço, capaz de amenizar as falhas desse sistema garantindo que seu processo inerente de expansão continue a ocorrer:

Em compensação, o sistema do capital evoluiu historicamente a partir de constituintes *irrefreáveis*, mas longe de autossuficientes. As falhas estruturais de controle que como vimos antes exigiam o estabelecimento de estruturas específicas de controle capazes de *complementar* – no nível apropriado de abrangência – os constituintes reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital. Foi assim que se criou o Estado moderno como estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da “base material” do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas. (IDEM, p. 119, grifos do autor).

Assim, o Estado não deve ser entendido como superestrutura, “[...] o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria *superestrutura* – a que Marx se referiu apropriadamente como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais.” (IBIDEM). O Estado é dotado da capacidade coesiva possibilitando que as unidades dadas do capital constituam um sistema:

Sem a emergência do Estado moderno, o modo espontâneo de controle metabólico do capital não pode se transformar num sistema dotado de microcosmos socioeconômicos claramente identificáveis – produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente, devidamente integrados e sustentáveis. Tomadas em separado, as unidades reprodutivas socioeconômicas particulares do capital são não apenas *incapazes* de

coordenação e totalização espontâneas, mas também *diametralmente opostas* a elas, se lhe for permitido continuar seu rumo disruptivo, conforme a determinação estrutural centrífuga de sua natureza. Paradoxalmente, é esta completa “ausência” ou “falta” de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital [...] que faz existir a dimensão política do controle sociometabólico do capital na forma do Estado moderno. (MÉSZÁROS, 2002, p. 123).

Em *O capitalismo tardio* Mandel (1985, p. 333) estabelece as funções do Estado. Sobretudo, tais funções devem ser entendidas como a “[...] pretensão e a reprodução da estrutura social (as relações de produção fundamentais), à medida que não se consegue isso com os processos automáticos da economia.” As funções são as seguintes: a) *criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades dos membros da classe dominante*; b) *reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes*; c) *integrar as classes dominadas, garantir a ideologia dominante; que os explorados aceitem a própria exploração*. (IBIDEM).

Nota-se um acordo entre Mézáros e Mandel em relação à função do Estado ser a de criar as condições para a expansão do capital, e na capacidade totalizadora do Estado, na medida em que ele se coloca acima dos interesses particulares para impulsionar a expansão do capital, como veremos em seguida.

### **1.1 – A expansão *incontrolável* do capital, autonomização do Estado e os limites do poder de decisão das frações de classes**

Atualmente o caráter expansionista do capital pode ser verificado no processo denominado por globalização que evidencia a dimensão da estrutura totalizadora exposta por Mézáros. No momento do capital globalizado é apresentado um cenário em que não existem alternativas ao sistema do capital e ao livre mercado. A globalização evidencia tanto o dinamismo do capital, confirmando sua característica expansiva, como também deixa mais nítida a incapacidade de ser controlado, uma das características de sua crise estrutural:

[...] o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão. Isto não se aplica apenas aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego renumerado ou fora dele – é bastante óbvia [...], mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio. (MÉSZÁROS, 2002, p. 97. Grifos do autor).

É possível dizer que qualquer que seja o ramo de atuação do capitalista individual, ou de uma fração da burguesia, o seu poder de decisão é limitado diante dos imperativos do capital para continuar o seu processo de expansão. Não há espaço para que frações burguesas ou capitalistas individuais exerçam poder de decisão de forma a garantir a hegemonia frente outras frações<sup>3</sup>. As ações do Estado não podem ser reduzidas ao controle de determinada fração da burguesia, na medida em que as “personificações do capital” são controladas pelo sistema do capital:

Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema. (MÉSZÁROS, 2014, p. 126. Grifos do autor).

Mandel por ter, assim como Mézáros, uma concepção totalizadora do Estado, trata este aspecto de forma semelhante:

[...] qualquer representação de interesses gerais do capital por capitalistas que operam individualmente é em geral difícil, quando não totalmente impossível, numa sociedade burguesa – ao contrário de um Estado feudal, por exemplo, que poderia constituir-se, simplesmente pelo nobre mais poderoso, o rei. (MANDEL, 1985, p. 336).

Portanto, a ação de frações de classes, ou de capitalistas particulares é limitada quando não atendem ao processo geral de expansão do capital. Devido ao fato de os capitalistas particulares, ou as frações de classes, estarem também submetidos à lógica de expansão e a *inerente* falta de controle do capital. A contribuição de Mandel se torna mais significativa quando realiza a importante distinção entre “capitalista total ideal” e “capitalista total real”:

A concorrência capitalista determina assim, inevitavelmente, uma tendência à autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como um “capitalista total ideal”, servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do “capitalista total real” constituído pelos “muitos capitais” do mundo real. (IBIDEM).

É pela universalidade alcançada pelo Estado em representar os interesses do capital em geral que identificamos que os limites de qualquer teoria que se baseie na identificação do Estado com alguma fração burguesa de forma unilateral. Pois, conforme já mencionamos acima, na medida em que o Estado – e necessariamente o governo que se apossar do aparato –

---

<sup>3</sup> Isso não impede que, como veremos, em determinado período uma fração ou um setor do capital seja beneficiado, mas isso depende muito mais do momento e dos entraves encontrados para a expansão do capital do que atitudes de capitalistas individuais ou frações de classes. Ou seja, o setor beneficiado será aquele que melhor atende aos requisitos para que o capital continue o seu processo de expansão.

é o agente por excelência da expansão do capital, é com este que está comprometido acima de tudo. Neste momento se verifica a segunda função do Estado estabelecida por Mandel – a saber, *reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes*. Os beneficiados pelas eventuais políticas econômicas do Estado serão aqueles em condições de viabilizar a expansão inerente do sistema do capital, como deixa entender Mészáros (2014, p. 128):

O Estado só conseguirá cumprir seu papel se puder melhorar o potencial produtivo inerente à *irrestringibilidade* das unidades reprodutivas particulares, dado que estas constituem um *sistema*. Em outras palavras, o que está em jogo aqui, em última análise, não é simplesmente a eficácia do apoio proporcionado pelo Estado a esta ou àquela fração particular do capital sob sua jurisdição. É antes a capacidade de assegurar o avanço do “todo” na dinâmica variável da acumulação e expansão. O apoio privilegiado que qualquer Estado pode proporcionar a suas seções dominantes de capital – é parte da lógica de sustentação do avanço do “conjunto” dado (o que, na prática, significa: o capital nacional total do Estado em questão), sujeito à necessidade de ajustar aos limites estruturais do próprio sistema do capital.

E ainda:

Uma vez definidos à sua maneira pelo capital os objetivos da existência social, subordinando implacavelmente todas as aspirações e valores humanos à sua expansão, não pode sobrar espaço algum para a *tomada de decisão, exceto* [grifo nosso] para a que estiver rigorosamente preocupada em encontrar os *instrumentos* que melhor sirvam para atingir-se a *meta predeterminada* [a expansão do sistema como um todo]. (IDEM, p. 131).

Dizer que há entraves e que não há espaços para a tomada de decisão de frações burguesas, não quer dizer que essas deixem de atuar:

A razão disso [da autonomia relativa] é que as decisões do “capitalista total ideal”, enquanto transcendem os interesses competitivos conflitantes de capitalistas específicos, têm efeitos importantes sobre esses interesses. Toda decisão estatal relativa a tarifas, impostos, ferrovias, ou distribuição do orçamento afeta a concorrência e influencia a redistribuição social global da mais-valia, com vantagens para um ou outro grupo de capitalistas. Todos os grupos capitalistas são obrigados, portanto, a se tornarem politicamente ativos, não só para defender seus interesses coletivos de classe, mas também para defender seus interesses particulares. (MANDEL, 1985, p. 337).

Mesmo quando se valem dos mecanismos existentes para exercerem sua influência – particularmente atuando no parlamento burguês – a ação das diferentes frações da burguesia é limitada devido à necessidade de o Estado atingir uma “autonomia relativa”. Na fase do capitalismo tardio – na qual os monopólios prevalecem sobre a concorrência – a característica da democracia burguesa se altera, resultando em uma centralização e autonomização maior do poder de decisão. Isso devido, principalmente, a dois fatores, segundo Mandel: uma tendência



a “superacumulação permanente nas metrópoles” resultando em uma propensão a exportar capitais e a elevação de gastos militares decorrentes de tal expansão; e a ascensão dos partidos socialistas e comunistas na Europa ocidental:

[...] a entrada em larga escala de deputados social-democratas e mais tarde de deputados comunistas nos parlamentos burgueses significava que esses órgãos legislativos perdiam cada vez mais sua função de árbitro de interesses conflitantes no interior da classe burguesa. A tarefa de assegurar a continuidade da dominação política do capital foi gradualmente transferida do parlamento para os escalões superiores da administração estatal. Daí para o futuro, a tendência do poder político de centralizar-se cada vez mais no aparato do Estado foi uma resposta a esses desenvolvimentos. Correspondeu também a uma inversão da situação que existira sob o capitalismo competitivo. Se antes era rara a ação autônoma do aparato do Estado, com a finalidade de preservar o poder econômico da burguesia por meio de sua expropriação política enquanto classe, agora tornou-se frequente, sob a forma de ditaduras militares, bonapartismo, fascismo. (IDEM, p. 338).

Verifica-se, deste modo, duas formas necessárias de autonomização do Estado que impede que uma determinada fração burguesa exerça uma influência hegemônica na condução das políticas: a primeira, como vimos, devido à necessidade inerente de ter o Estado a função de garantir e impulsionar a expansão do capital de modo geral, sendo que na fase monopolista o poder torna-se ainda mais centralizado; a segunda é que o Estado deve reprimir qualquer ameaça a reprodução e expansão do sistema, impedindo que a classe trabalhadora influencie no poder de decisão, assim como frações burguesas que sejam eventualmente prejudicadas pela expansão geral do capital, recorrendo para isso a formas ditatoriais com o objetivo de *reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes*:

O caráter estrutural e fundamentalmente conservador do aparelho do Estado burguês, que faz dele um instrumento eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas, expressa-se da forma mais clara quando essas relações de produção são diretamente ameaçadas por crises pré-revolucionárias e revolucionárias. (MANDEL, 1985, p. 348).

Ditaduras, regimes fascistas e nazistas emergem desta conjuntura. O ponto é que dependendo das características particulares de cada país, as formas ditatoriais podem emergir mesmo que não ocorra efetivamente uma ameaça pré-revolucionária, mas somente uma conjuntura política e econômica que ameace em potencial o modelo de acumulação, como foi o golpe de 1964 no Brasil.

Em síntese, por ser o Estado o agente fundamental do processo de expansão do capital, ele possui ações totalizadoras que ultrapassam os interesses de capitalistas individuais ou de frações do capital, pois está sempre comprometido com a expansão e reprodução do capital

em geral. Mesmo quando se considera que existe um espaço democrático para as reivindicações de interesses – como o parlamento burguês –, toda ação que ameace a manutenção, reprodução e expansão do sistema resultará em uma maior autonomização dos processos de decisão, caracterizando formas de Estados ditatoriais. Dessa forma, não há espaço para uma hegemonia de determinada fração de classe que contrarie os interesses do capital em geral, há sim, frações beneficiadas pelas políticas estatais por melhor atender aos objetivos de manutenção, reprodução e expansão do sistema sociometabólico do capital.

Quando vemos a defesa que os desenvolvimentistas fazem do Estado, presenciamos, portanto, a defesa que fazem do capital, da intensificação das relações regidas pelo capital em época de predominância das empresas transnacionais. Assim, como percebemos os limites das teorias que definem o Estado neodesenvolvimentista através de sua associação com determinada fração da burguesia, esquecendo-se que o comprometimento do Estado é com a expansão do capital e com a fração que estiver na posição de impulsionar a expansão e acumulação de capital<sup>4</sup>.

## 1.2 – O exercício das funções do Estado frente ao sistema sem controle

A participação e as funções desempenhadas pelo Estado ficam mais evidentes durante as crises, principalmente sob a *crise estrutural do capital* na qual a necessidade de controle é visível. A resolução para o problema da perda de controle do capital não pode ser encontrada, somente, na ação das “personificações do capital”, pois tal problema é resultante de defeitos *estruturais* do próprio capital. Trata-se da ausência de unidade entre três aspectos: *produção e controle, produção e consumo, produção e circulação*. A única estrutura corretiva capaz de estabelecer alguma unidade entre os aspectos mencionados é o Estado:

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital – a falta de unidade em todos os três aspectos referidos na seção anterior. (MÉSZÁROS, 2014, p. 107).

### 1.2.1 – Ausência de unidade entre produção e controle

A ausência de unidade entre produção e controle se refere à *alienação* dos meios de produção dos reais produtores. A alienação dos meios de produção sob controle dos produtores reais e, conseqüentemente, a sua apropriação pela burguesia, requer um Estado que permita e garanta, através de seu aparato jurídico, a relação contraditória entre trabalhadores e

---

<sup>4</sup> Cf. BOITO JR (2012).

proprietários privados capitalistas como se fosse uma relação entre iguais. Evitando a emergência de conflitos que questionem a perda de controle dos produtores reais sobre os instrumentos de produção e sobre a forma como se organiza o trabalho.

Assim, é compreensível que as “personificações do capital” exerçam o controle no local de produção, dominando por diversos mecanismos a força de trabalho. Contudo, é o Estado com seu aparato jurídico que garante o controle e a dominação dos capitalistas diretamente nos locais de trabalho (MÉSZÁROS, 2014, p. 107). A estrutura jurídica do Estado é elemento indispensável para o sistema do capital, pois sua ausência abalaria a organização da produção e das relações entre trabalho e capital.

João Bernardo (2000) deu um importante passo na compreensão de como ocorre o exercício do controle “fora” do Estado. A concepção de *Estado Amplo* do autor nos permite identificar formas de controle que ultrapassam o âmbito do Estado tal como o entendemos. O Estado tradicional como conhecemos, é denominado por Bernardo como *Estado Restrito* – se trata do Estado caracterizado pelos poderes executivo, legislativo e judiciário –, e tem seu poder de atuação, e de controle, reduzido diante do *Estado Amplo*. Neste, o exercício do poder, e conseqüentemente do controle, cabe às grandes empresas. O exercício do poder característico do Estado Restrito é exercido, com a emergência do Estado Amplo, no próprio local de produção. Podemos encontrar, segundo o autor, o exercício de poderes nos locais de trabalho de forma análoga aos três poderes do Estado Restrito:

Em tudo o que diz respeito à organização interna das empresas, os patrões e os gestores escolhem os sistemas de administração e organizam a força de trabalho, o que constitui uma forma de poder legislativo. Além disso, eles estabelecem as hierarquias, definindo a amplitude das decisões possíveis de ser tomadas em cada escalão, e impõem as normas de trabalho, o que constitui uma forma de poder executivo. Finalmente, os proprietários das empresas ou os seus administradores avaliam o desempenho de cada trabalhador, concedendo prêmios de produtividade ou impondo multas e outros tipos de punição, inclusive a demissão, o que constitui uma forma de poder judiciário. (BERNARDO, 2000, p. 12).

O Estado Restrito não precisa exercer diretamente o controle sobre os trabalhadores, essa tarefa passa a ser do Estado Amplo. Os sindicatos acabam também por compor o Estado Amplo. As modificações do capitalismo que ruíram o Estado de Bem-estar social, assim como o Estado corporativista, resultando em uma reestruturação da produção a partir, principalmente da década de 1970, interferiram na base sindical, dificultando a manutenção da burocracia dos sindicatos e as formas tradicionais de mobilização dos trabalhadores. No entanto, a significativa perda de sua base não resultou efetivamente na redução da burocracia sindical, pois as direções sindicais aderiram ao que Bernardo (2000, p. 21) chamou de

*capitalismo dos sindicatos*. O objetivo principal da ação da burocracia sindical não era mais fortalecer as reivindicações oriundas dos trabalhadores, mas sim manter e fortalecer a própria burocracia sindical. Por isso, as alianças da burocracia sindical serão realizadas ou com o Estado Restrito – com poder sobre os locais de trabalho reduzidos – ou diretamente com as empresas.

A burocracia sindical por meio de seus dirigentes controla parte dos rendimentos dos trabalhadores, através da gestão dos fundos de pensões, assim como se alia às empresas na gestão da força de trabalho. O primeiro ponto se caracteriza no que o autor denominará *capitalismo de sindicato*, trata-se da prioridade dada pela burocracia sindical à esfera financeira. A segunda reduz o papel dos sindicatos a mero departamento pessoal das grandes empresas:

Perante o declínio do Estado Restrito, a outra opção para os dirigentes sindicais consiste em estreitar a ligação ao vértice hegemônico do triângulo corporativo, ou seja, às empresas, ao Estado Amplo. Mas como podem então os sindicatos evitar que a sua esfera tradicional de ação seja absorvida pelos departamentos de pessoal das empresas? Com efeito, os trabalhadores não veem nenhuma diferença entre um sindicato burocrático e um departamento de pessoal; e os patrões preferem dispor de um departamento integrado no seu organograma do que lidar com uma instituição que, apesar de burocratizada, tem uma margem de independência e cujos dirigentes possuem interesses próprios. Hoje, muitas grandes empresas preferem regular diretamente o mercado de trabalho a recorrer para isso à burocracia sindical. (BERNARDO, 2000, p. 20).

A ligação entre a burocracia sindical e o Estado Amplo é verificável no Brasil através de práticas assistencialistas por parte dos sindicatos, auxiliando as empresas, assim como impulsionando a lógica do capital:

Numa nova modalidade de assistencialismo, e em estreita colaboração com os chefes de empresa, os sindicatos dedicam-se a arranjar colocação para os numerosos trabalhadores despedidos e em ministrar cursos de microempresário a trabalhadores terceirizados. Essa tentativa de gestão das economias falidas tem mesmo sido apresentada como um exemplo de solidariedade econômica e há quem, com toda a seriedade, pretenda que o socialismo se poderia desenvolver através da articulação entre as empresas capitalistas, cada vez mais concentradas e produtivas, e aquele setor débil e precário. (IDEM, p. 22).

Nessa nova modalidade de ação da burocracia sindical nota-se o aumento da capacidade de controle do Estado Amplo sobre os trabalhadores, na medida em que a burocracia sindical não se constitui mais num instrumento efetivo para representar as reivindicações dos trabalhadores que vão de encontro aos interesses das grandes empresas.

O aumento do desemprego oriundo da reestruturação produtiva dos anos 1990, assim como das políticas neoliberais, inaugurou outra forma de controle do Estado Amplo sobre os trabalhadores: serviços tradicionalmente desempenhados pelo Estado de Bem-estar, como saúde, educação, devido às políticas de ajustes, ficaram, em alguns casos, a cargo das grandes empresas, contribuindo para que os trabalhadores não questionem a sua posição dentro da empresa, mesmo quando exercida com algum grau de precariedade.

A estrutura sindical e suas direções evitam a todo custo perder o controle sobre a sua base. Para evitar que isso ocorra, sempre tentam criar e organizar a base a partir do topo. As tentativas dos trabalhadores de, por iniciativa própria, impulsionar as mobilizações contra o patronato são ofensivas à burocracia sindical e aos interesses de seus dirigentes. Foi o que aconteceu, segundo Bernardo (2000, p. 26), com os levantes autônomos dos trabalhadores ocorridos a partir da década de 1950.

[...] essas lutas eram decididas e conduzidas fora das instituições sindicais e dos mecanismos de negociação legalmente instituídos, por isso começaram a ser denominadas greves “selvagens”, ficando depois conhecidas pelo nome de movimento autônomo. A própria base, em assembleias de empresa e em comissões de trabalhadores, decidia o encaminhamento das lutas.

O movimento autônomo colocou em risco a capacidade de representação dos sindicatos e a sua burocracia, na medida em que não são mais fundamentais na condução das lutas dos trabalhadores. As empresas também sofreram os impactos resultantes das movimentações autônomas dos trabalhadores: “A capacidade de auto-organização demonstrada pelos trabalhadores perturbou muito seriamente o funcionamento do capitalismo, sendo talvez o fator mais importante no desencadear de uma gravíssima crise econômica em 1974.” (BERNARDO, 2000, p. 28).

Disso podemos destacar dois aspectos: 1) os trabalhadores auto-organizados acenam com a possibilidade de tomar o controle do processo produtivo e da gestão da mão de obra em seus locais de trabalho, na medida em que se mostravam

“[...] capazes de controlar diretamente não só o movimento reivindicatório, mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo dotados também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional.” (IDEM, p. 29).

2) o declínio do fordismo também tem relação com o movimento autônomo dos trabalhadores, pois a forma fordista de organização do trabalho marcada, em grande medida, pela passividade dos trabalhadores no processo de trabalho, é revertida com a conquista dos trabalhadores em exercer o controle no processo de produção.

Ao acenar com a possibilidade de os trabalhadores exercerem o controle, o capital, se coloca em movimento, através da ação do Estado Amplo, e oferece uma resposta ao movimento autônomo dos trabalhadores, não uma ofensiva despótica como se acostumou a ver no *taylorismo*, por exemplo. A retomada da capacidade de *controle*, por parte do Estado Amplo, ocorre de forma sutil, de modo a incorporar os feitos resultantes da auto-organização dos trabalhadores para o processo produtivo, trata-se do *toyotismo*:

Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitarem a explorar a atividade muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar-se o seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com este fim que se desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que se remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando-se o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas similares de gestão. (IDEM, p. 29).

O toyotismo resulta, em grande parte, da capacidade de o capital conseguir se reorganizar,

[...] e, ao fazê-lo, criaram um quadro social diferente, introduzindo novos problemas e desafios, o que impediu aquelas formas de luta de prosseguirem da mesma maneira. As classes dominantes readquiriram assim um vasto espaço de manobra e retomaram o rumo ascensional. (IDEM, p. 28).

O Estado Amplo e o toyotismo constituem, certamente, a necessidade de o capital manter a unidade entre produção e controle em seu favor; evitando o retorno da produção orientada pelas reais necessidades humanas o que levaria ao desmanche da produção voltada simplesmente para a troca, na medida em que o controle ameaçava ficar nas mãos dos trabalhadores auto-organizados. Em outras palavras, o exercício do poder pelo Estado Amplo, com o respaldo jurídico do Estado Restrito, age para evitar a retomada do controle pelos trabalhadores da organização do trabalho e de eventual superação da separação entre produtores reais e meios de trabalho.

A relevância da caracterização do exercício do controle pelo Estado Amplo – ou seja, pelas próprias empresas e pela burocracia sindical – reside em nosso objetivo de compreender que a expansão das formas de controle para além do Estado restrito são maneiras encontradas pelo capital de evitar a perda do necessário controle sobre a produção. Contando para isso com as empresas e com a burocracia sindical, ambas, agora, comprometidas com a expansão do capital, devido a sua atual capacidade e funcionalidade em exercer o controle sobre os trabalhadores.

No caso da burocracia sindical a reflexão deve ser mais complexa e merece maiores mediações. Contudo, a inclusão da burocracia sindical na categoria Estado Amplo – que em

geral quer dizer que a finalidade da burocracia sindical está em manter e expandir o controle sobre os trabalhadores – nos permite compreender a adesão de grandes centrais sindicais a projetos capitalistas de governos. Por exemplo, a adesão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao projeto neodesenvolvimentista do governo petista, fato demonstrado pelo apoio que a CUT deu a execução do projeto da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – em direção oposta aos movimentos sociais e diversas organizações que aderiram ao “não vai ter copa” – e a defesa do governo de Dilma Rousseff no período de crise que marcou o ano 2015. Fica a dúvida se estaria a CUT defendendo os interesses dos trabalhadores ou comprometida com o projeto de intensificação do capitalismo – neodesenvolvimentista –, ou seja, exercendo a função característica do Estado Amplo. Esse debate será desenvolvido no capítulo final deste trabalho.

### *1.2.2 – Ausência de unidade entre produção e consumo e a ilusão do “Estado social”*

A ausência de unidade entre produção e consumo resulta da ruptura com as restrições impostas pela produção de valores de uso (MÉSZÁROS, 2014, p. 109). Abre-se para o sistema do capital um enorme horizonte expansivo, superando a antiga produção voltada para satisfazer as necessidades reais:

A expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais – para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez mais destrutiva – pelo modo de existência independente e pelo poder de consumo afirmativo. (IBIDEM).

A superação da produção de valores de uso e a expansão do capital de modo a “gerar apetites imaginários e artificiais” intensifica uma das funções dos produtores reais, os trabalhadores. Pois são os últimos que em maior medida devem adquirir bens e serviços de modo a satisfazer seus “apetites”. Na relação inaugurada pelo cenário descrito, trabalhador é consumidor e o produtor de riqueza é o capitalista:

Compreensivelmente, a ideologia burguesa gosta de descrever o capitalista como “o produtor” (ou “o produtor da riqueza”) e falar do consumidor/cliente como uma misteriosa entidade independente, de modo que o verdadeiro produtor de riqueza – o trabalhador – desapareça das equações sociais pertinentes e sua parcela no produto social total seja declarada “muito generosa” mesmo quando escandalosamente baixa. (IDEM, p. 110).

O trabalhador deixando de ser entendido como o real produtor de riqueza desempenha outra função essencial para a reprodução do sistema do capital:

Nesse domínio, deve-se reconhecer, mediante a aplicação de medidas práticas apropriadas, que o trabalhador como *consumidor* desempenha um papel de grande (ainda que variável ao longo da história) importância no funcionamento saudável do sistema do capital. Seu papel varia segundo o estágio mais ou menos avançado de desenvolvimento do capital, o que na verdade significa uma tendência a aumentar seu impacto no processo de reprodução. Assim, deve-se admitir *na prática*, em interesse da própria ordem estabelecida, que o papel do trabalhador-cliente-consumidor tem importância muito maior no século XX do que na era vitoriana, não importa a força com que se deseja, em certos lugares, recuar o relógio e voltar a impor ao trabalho alguns valores vitorianos e, naturalmente, as restrições materiais correspondentes. (IBIDEM, grifos do autor).

O trabalhador, no sistema do capital, exerce duas funções basilares para a manutenção do sistema, primeiro – por mais que a ideologia burguesa tente obscurecer – é o de produtor da riqueza; segundo é como cliente-consumidor, função indispensável para a reprodução do capital. Neste sentido, a consolidação de um mercado consumidor é um elemento do qual o capital não pode abrir mão. O Estado adquire aqui a função de potencializar e gerar as condições necessárias para que o baixo consumo não seja um entrave à sua expansão. Característica que ganhará contornos muito nítidos em países “subdesenvolvidos”, onde são encontrados problemas estruturais para a consolidação de um amplo mercado interno de massas. Nesses países, políticas que visam criar a demanda fortalecendo o mercado interno via aumento da capacidade de consumo, estão inseridas na lógica de reprodução mencionada, sendo o Estado o agente capaz de realizar tal feito.

Assim, mesmo não podendo resolver o problema da ausência de unidade entre produção e consumo – devido a ser tal ausência aspecto indispensável à reprodução do sistema do capital<sup>5</sup> – a ação corretiva do Estado é fundamental:

Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. (IBIDEM).

---

<sup>5</sup> “Reconhecidamente, a intervenção totalizadora e a ação corretiva do Estado não podem produzir uma *unidade* genuína neste plano, porque a separação e a oposição de produção e consumo, com a radical alienação do controle dos produtores, pertencem às determinações estruturais mais internas do próprio sistema do capital, e constituem, portanto requisito indispensável para sua reprodução constante.” (MÉSZÁROS, 2014, p. 110).



Como o processo de expansão do capital é extremamente dinâmico, assumindo diferentes conjunturas ao longo do tempo, a forma de ação do Estado não pode ser fixa. É neste sentido que devemos compreender as variações dos tipos de atuação do Estado, ora liberais – neoliberais – ora desenvolvimentistas – neodesenvolvimentistas. Tanto em uma, como em outra direção, a ação reguladora está presente, sempre tendo como objetivo a expansão do sistema do capital. Essa compreensão é importante para os nossos objetivos na medida em que os Estados desenvolvimentistas – e neodesenvolvimentistas – são geralmente identificados por uma maior presença do Estado na regulação da economia, em oposição ao liberalismo – e neoliberalismo – de “Estado mínimo”. Evidenciando a farsa dessa polarização, é necessário compreender que o Estado sempre terá que adotar a política necessária – seja de tipo desenvolvimentista, seja de tipo liberal – pretendendo superar os entraves que limitam a expansão do capital.

Políticas estatais que visem promover benefícios sociais ou distribuir renda devem ser compreendidas através deste pressuposto, ou seja, estabelecer algum controle entre produção e consumo, seja qual for a forma política assumida – liberal, neoliberal ou desenvolvimentista, neodesenvolvimentista. Se for verdadeiro que o emergir das legislações sociais se devem à luta de classes, elas se devem, sobretudo, a necessidade de reprodução do próprio capital:

Em certo sentido [a legislação social] tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. (MANDEL, 1985, p. 338).

Neste aspecto reside a terceira função do Estado apontada por Mandel – a saber, a integração das classes dominadas, de modo que os explorados aceitem a própria exploração. Para “[...] garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas [...]”, o Estado se vale de mecanismos de integração (MANDEL, 1985 p. 333).

Isso devido ao fato de ser o Estado inerentemente um grande “administrador de crises” agindo tanto economicamente como socialmente em sua busca pela retomada da valorização do capital:

Economicamente falando, essa “administração das crises” inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e

catastróficas como a de 1929/32. Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais das relações de produção capitalistas por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado. Assim o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, “parceiro social” ou “cidadão” [...] A pressão geral no sentido de um controle maior de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo, quer diretamente exercido pelo capital ou indiretamente pelo Estado capitalista tardio, é uma consequência inevitável da dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo tardio. (IDEM, p. 340. Grifos nossos).

Uma das características do neodesenvolvimentismo é a ampliação do mercado consumidor interno, assim como o privilegio dado – em discurso – as questões sociais. Já podemos adiantar que, para nós, esta é a maneira de as políticas neodesenvolvimentistas “integrarem” a classe trabalhadora, e nesta “integração” reside o “ataque sistemático à consciência de classe do proletário”<sup>6</sup>. Um ponto a ser destacado é que para o neodesenvolvimentismo essa foi uma das saídas para *adiar* os efeitos da crise de 2007/08, pois ao mesmo tempo em que “integrou” atacando a “consciência de classe do operariado”, também aumentou o mercado consumidor interno, dando uma sobrevida à estabilidade econômica do país. Contudo, Mandel, já apontava – ao tratar do capitalismo tardio – que tais medidas de política social e econômica não escondem o que vem depois:

Todas as ilusões subseqüentes relativas a um “Estado social” baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência [de expansão das legislações sociais], na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho [...] As ilusões quanto à possibilidade de “socialização através da redistribuição” não passam, tipicamente, de *estágios preliminares* do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim “estimular investimentos”. (IDEM, p. 339. Grifos do autor).

Trata-se das soluções encontradas pelo capital e exercidas pelo Estado que se alternam entre tipos de liberalismo e de desenvolvimentismo, é assim que se compreende o curto período neodesenvolvimentista, cujo fim já parece decretado e a saída liberal já é aparente. Podemos aventar que o neodesenvolvimentismo foi um “estágio preliminar” cujo fim é a estabilização da economia em benefício da reprodução e acumulação de capital.

---

<sup>6</sup> No capítulo IV deste trabalho será abordada com maior rigor essa afirmação.

*1.2.3 – A ausência de unidade entre produção e circulação: o Estado impulsionando a expansão do capital*

É função do Estado “administrador de crises” criar condições para sua superação e para a retomada do crescimento. Deve-se superar dificuldades resultantes da supercapitalização e/ou superacumulação promovendo oportunidades adicionais. Uma dessas atividades adicionais é a “ajuda” aos países estrangeiros com subsídio do Estado. É neste sentido que deve ser compreendido tanto a expansão do capital internacional do pós-guerra, como a ascensão da “globalização” após a crise de 1970. Tal expansão tem o objetivo de explorar locais que apresentam ainda a possibilidade de acumulação de capital em condições favoráveis, ou seja, que, sobretudo, apresentem mão de obra a baixo valor.

Essa ação do Estado está em sintonia com a necessidade de reestabelecer alguma unidade entre produção e circulação mencionada por Mészáros. Há uma contradição no fato de serem os Estados articulados enquanto Estados nacionais quando o capital tem inerentemente o caráter de ser totalizador, por isso sua tendência à “globalização”, superando os limites das fronteiras nacionais. Ou seja, na medida em que o capital se propõe a ser transnacional convive com os espaços nacionais, representados pelos Estados. Para tentar resolver tal contradição o Estado institui um “duplo padrão”:

[...] em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração (MÉSZÁROS, 2014, p. 111).

Trata-se, a “globalização”, segundo o autor, no plano de uma política totalizadora, do estabelecimento de uma “[...] hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global.” (IBIDEM).

O Estado, diante da “globalização” age de duas maneiras distintas, uma interna, dentro do território nacional e outra externa, em sua relação com as demais nações. Internamente o Estado nacional busca, entre outras ações, limitar a concentração e centralização de capitais evitando que a tendência ao monopólio resulte na eliminação de unidades produtivas viáveis dentro das fronteiras nacionais, o que comprometeria o capital nacional presente em tais unidades. (MÉSZÁROS, 2014, p. 113). Externamente, a ação do Estado é oposta:

Em compensação, no plano internacional, o Estado nacional do sistema do capital não tem nenhum interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes. Muito pelo contrário. No domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político (e, se preciso, também militar), maior a probabilidade de vencer seus adversários reais ou potenciais. É por isso que o relacionamento entre Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior. (IBIDEM).

Os Estados de países considerados “em desenvolvimento” não estão inseridos totalmente na lógica descrita. Os Estados de países não desenvolvidos encontram limites *estruturais* para impedir a ação e a efetivação de monopólios em seus territórios, principalmente os de capital estrangeiro. Assim também como encontram dificuldades estruturais em concorrer no cenário internacional, ou seja, em comparação com os Estados dos países centrais, os países “subdesenvolvidos” não gozam de condições semelhantes a dos primeiros na disputa capitalista internacional.

Isso não quer dizer que os Estados periféricos deixem de elaborar estratégias para impulsionar e incentivar as ações internacionais das empresas internas. Contudo, isso ocorre em condições muito limitadas quando comparada com os países centrais, e, na maior parte das vezes, tal impulso e incentivo já vem acompanhada de capitais externos, que realizaram ou processos de fusões, ou alguma outra forma de investimento, como a compra de ações na bolsa de valores. Tudo agravado pelo processo de “globalização” que desnacionalizou grande parte do parque produtivo dos países subdesenvolvidos<sup>7</sup>.

No entanto, mesmo em países periféricos, é função do Estado,

[...] afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da “diplomacia das canhoneiras” – diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital. (IBIDEM).

Os aspectos mencionados ajudam a compreender as pretensões e os limites da estratégia neodesenvolvimentista brasileira, por um lado pretende impulsionar e incentivar as ações de algumas empresas internas, contudo, é limitada pelas condições inferiores de concorrência com as empresas dos países centrais – a não ser, talvez, quando o Estado consegue estabelecer acordos bilaterais, ou entre blocos regionais, que satisfaçam os objetivos dessas empresas e promovam a expansão do capital de modo geral. Por outro, por ser um país

---

<sup>7</sup> Cf. Gonçalves (2006).

da periferia do sistema, poucos recursos possui o Brasil para limitar ou eliminar a formação de grandes monopólios, principalmente os internacionais, isso devido à dependência *estrutural* que sofre o país de recursos e tecnologias dos países centrais, o que resulta em não impor barreiras efetivas para a entrada do capital e das empresas estrangeiras.

Mandel identifica políticas nacionalistas em um cenário de crise do capitalismo. Nas crises as ações políticas de cunho nacionalistas promovidas pelo Estado, como por exemplo, a nacionalização de parte do capital, só tem sentido se levar à estabilização e/ou aumento dos lucros do capital privado (MANDEL, 1985, 341). Apreende-se disso que qualquer ação de cunho nacionalista – na medida em que o nacional ainda é um termo válido no capitalismo atual – não tem outra função senão estimular a expansão e a acumulação geral de capital.

Embora a expansão do capital em geral seja o objetivo maior do Estado, tal expansão pode ocorrer prejudicando alguma fração de classe, mesmo burguesa. A ação de grupos de pressão – que representam as diferentes frações do capital, setores da indústria, do comércio e das finanças – nem sempre terminarão em consenso sobre a política econômica a ser adotada,

[...] mas [o resultado] será uma decisão que reflete os interesses de classe da burguesia no sentido da promoção e consolidação das condições gerais de valorização do capital, embora possa, ao mesmo tempo, arriscar interesses particulares mesmo de frações importantes da classe burguesa. (IDEM, p. 344).

Assim, é importante pensar que quando um setor da burguesia é privilegiado pelas políticas estatais, isso não se deve – somente – a ação e influência exercida por um setor particular. Mas também – e talvez em maior medida – a ser o setor com maior capacidade e com margem suficiente para intensificar e expandir a acumulação nacional geral de capital. Se a conjuntura resultante do pós-guerra impulsionou a industrialização em nível mundial, assim como as relações fordistas de trabalho, da qual o Brasil também se beneficiou, diferente foi a saída para a crise da década de 1970 que privilegiou os setores rentistas<sup>8</sup>, devido ao excesso de liquidez, em cenário de irrestrita abertura dos mercados e mobilidade de capitais possibilitada por novas tecnologias<sup>9</sup>. Isso não quer dizer que os demais setores sejam totalmente prejudicados. Quer dizer que um setor será privilegiado e terá a “missão” de impulsionar o crescimento, de modo que, no geral, os demais também sejam beneficiados pela retomada do crescimento econômico geral.

Portanto, o argumento que enfatiza que o neodesenvolvimentismo é caracterizado por uma frente política dirigida por determinado setor da burguesia – a burguesia interna – em

<sup>8</sup> Cf. Paulani, 2008. Especialmente p. 116 e seguintes.

<sup>9</sup> Cf. Chesnais, 1996. Especialmente p. 34.

oposição à burguesia rentista (BOITO JR. 2012) nos suscita as seguintes considerações: 1) os aspectos que apontam para que tal fração burguesa tenha um poder de influência maior nas políticas econômicas do que as demais frações; 2) se realmente o segmento rentista refluíu no período e, sobretudo, se tal setor apresentou queda na acumulação de capital durante o período neodesenvolvimentista.

Essas dúvidas ocorrem devido ao fato de ser o setor beneficiado pelas políticas intervencionistas, aquele que, em tese, tem os instrumentos mais eficazes e goza de uma condição capaz de superar as barreiras encontradas pelo capital em determinado momento. O que não quer dizer que, em decorrência dos benefícios recebidos, uma fração deixe de estar na dianteira das demais, contudo, será para cumprir um objetivo que interessa a todas as frações burguesas: a manutenção da reprodução geral ou em determinadas condições a retomada do crescimento econômico.

Políticas nacionalistas, intervencionistas, que até podem beneficiar uma fração burguesa, devem ser entendidas acima de tudo, dentro do seguinte pressuposto estabelecido por Mandel: “Quanto maior a intervenção do Estado no sistema econômico capitalista, tanto mais claro torna-se o fato de que esse sistema sofre de uma doença incurável.” (MANDEL, 1985, p, 341), certamente o neodesenvolvimentismo não está isento dessa condição – como vemos no próximo capítulo.

Não pode haver dúvidas quanto ao fato de ser o Estado um agente fundamental na superação das crises capitalistas. Por ser ele a estrutura capaz de reestabelecer os controles necessários para a continuidade da expansão do capital, será o Estado que viabilizará as maneiras pelas quais os limites impostos ao capital serão superados para a retomada de sua lógica expansionista. Tal atuação se deve ao próprio capital não encontrar saídas para a continuidade de sua reprodução:

*A irrestringibilidade* dos princípios constitutivos do capital determina os limites de seu sistema de controle metabólico historicamente singular, tanto em termos negativos como positivos. Positivamente, o sistema do capital pode continuar avançando enquanto suas estruturas produtivas internamente incontroláveis encontrarem recursos e saídas para a expansão e a acumulação. E, negativamente, instala-se uma crise quando a ordem estabelecida de reprodução socioeconômica colide com obstáculos criados por sua própria articulação dualista, de modo que a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação já não pode mais ser conciliada, muito menos usada como maquinário poderoso do processo vital de expansão e acumulação. (MÉSZÁROS, 2014, p. 122, grifo do autor).

Mesmo sabendo que o Estado não é capaz de superar a “tríplice contradição”<sup>10</sup>, ele é o agente capaz de estabelecer uma dimensão coesiva e de controle, além de totalizadora para a continuidade do processo expansivo do capital. Dessa forma, o Estado é a estrutura – tal como Mézáros formulou – que potencializará os caminhos para a superação das crises capitalistas. Exercendo o controle sob os antagonismos e as contradições inerentes ao sistema do capital. Assim, é importante se fazer uma reflexão sobre as políticas econômicas adotadas após as grandes crises capitalistas, especialmente as do século XX. A crise de 1929 resultou nas políticas keynesianas, na qual o Estado é um agente singular; a crise de meados de 1960, que se instaurou efetivamente na década de 1970, resultou nas políticas neoliberais, na qual a ação do Estado foi intensa economicamente e extremamente repressora em relação aos direitos sociais; na recente crise de 2008 a participação do Estado no socorro das instituições financeiras também foi notável. São todas políticas, guardadas as especificidades, que objetivam a retomada de controle sob as três contradições inerentes do sistema do capital. Em nosso entendimento o neodesenvolvimentismo está inserido nessa lógica de políticas que visam “superar” ou “adiar” os efeitos de uma crise, mas com a particularidade da condição de um Estado dependente.

### **1.3 – A especificidade do Estado brasileiro: dependente e autocrático**

#### *1.3.1 – A via colonial de entificação do capitalismo*

Dada as características gerais da função do Estado sob o sistema sociometabólico do capital, é necessário agora compreendermos como tais funções se apresentam e são executadas diante da especificidade do capitalismo brasileiro. Especificidade que é marcada pelo modo como o país se insere no sistema capitalista, o que nos remete ao período colonial. Como aponta Prado Jr. (2011), é na compreensão do *sentido da colonização* que se percebe a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial. As consequências de ter sido colônia, de ter implantado o trabalho escravo, marcaram profundamente a sociedade brasileira, a configuração do Estado, e o tipo de capitalismo que será efetivado.

Portanto, qualquer tentativa de compreender as configurações e ações do Estado brasileiro deve estar assentada na especificidade do processo pelo qual o capitalismo se efetiva no país, visto que é em função deste que o Estado atuará. Sendo o Estado um

---

<sup>10</sup> “Assim, ele [o Estado] é literalmente vital para manter sob controle (ainda que incapaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos socioeconômicos e políticos de tomada de decisão sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente.” (MÉSZÁROS, 2014, p. 122).

componente *estrutural* que viabiliza a expansão do capital, no momento em que se apresenta uma *via particular* de efetivação do capitalismo, o Estado acumulará as funções necessárias para impulsionar a expansão do tipo particular de capital, pretendendo romper com os entraves que a formação social peculiar apresentar. Em outras palavras, uma forma social específica implicará em um Estado específico, na medida em que tenha que lidar com as condições particulares e estruturais de uma sociedade subdesenvolvida.

O primeiro ponto a ser considerado para identificarmos a particularidade do Estado brasileiro está em compreender que o processo pelo qual o capitalismo se efetiva no país se difere dos demais, especificamente dos “clássicos” e dos “tardios”.

Exemplos significativos de casos clássicos são Inglaterra e França. Em ambos, o emergir do capitalismo é acompanhado de processos sociais e políticos simultâneos. Assim, não há um descolamento expressivo entre a ordem do capital instaurada e a sociedade presente. A efetivação do capitalismo, em outras palavras, é acompanhada por movimentos políticos que inclui – dentro dos limites do sistema do capital – grande parte dos trabalhadores, que atuam politicamente e contribuem para o emergir de um Estado pautado, no caso, pelos ideais iluministas. São clássicos,

[...] acima de tudo, porque mais *coerentes*, mais *congruentes ou consentâneos*, no plano da sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas *partes* fundamentais imbricam entre si e em relação ao todo de forma amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como *racional*, no nível da máxima racionalidade historicamente possível. (CHASIN, 2000, p. 43. Grifos do autor).

Tanto na Inglaterra quanto na França, “[...] constata-se que ambos [evolução nacional e progresso social] se apoiam e estimulam mutuamente” (IBIDEM). Trata-se de uma imbricação entre o desenvolvimento econômico da nação e o desenvolvimento social que impulsiona e acompanha o desenvolvimento do capital. Impulsiona atuando politicamente, como foram os movimentos dos trabalhadores urbanos e camponeses – tendo a sua frente a burguesia – nesses países que, em relativa associação com a emergente burguesia, culminaram nas revoluções burguesas rompendo efetivamente com a ordem econômica e política anterior.

Diferente são os casos de Alemanha, Itália e Japão que chegaram tardiamente na disputa imperialista. O caso alemão, mais nítido, foi denominado por Lenin (1980) de “caminho de tipo prussiano”. O elemento decisivo da via prussiana reside no fato da não



ruptura com a grande propriedade rural, esta, mesmo sob as determinações capitalistas, continua decisiva<sup>11</sup>. O resultado é apresentado na síntese de Coutinho:

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares e de massa, como é característico da ‘via francesa’ ou da ‘via russa’, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular. (COUTINHO, apud, Chasin, 2000, p. 39).

Economicamente tal conciliação retarda o desenvolvimento das forças produtivas, o que explica a efetivação tardia do capitalismo industrial na Alemanha. Politicamente este processo exclui a grande massa da população da participação política, da qual o nazismo e o fascismo – no caso italiano – são exemplos significativos. No entanto, as características singulares da “via prussiana” não impediram a emergência de um Estado capaz de decidir os rumos do processo de efetivação do capitalismo nesses países, pelo contrário, tanto a Alemanha como a Itália e o Japão foram protagonistas de guerras imperialistas<sup>12</sup>. Em fins do século XIX os três países já apresentavam Estados unificados e uma emergente potencialidade industrial, já identificada por Lenin no início do século XX (2010a).

Trata-se, o processo de efetivação do capitalismo industrial na Alemanha, ao contrário dos casos clássicos, de uma evolução nacional que se coloca contra o progresso social (CHASIN, 2000, p. 221). Assim também ocorreu na Itália, do qual o fascismo é o evento mais significativo. Fascismo que é, nas palavras de Chasin (IBIDEM), “[...] a atrocidade, a desumanidade, de uma forma de capitalismo altamente desenvolvido.” É exemplo efetivo da expansão do capital, da evolução nacional contra o progresso social:

De modo que, em síntese, a ideologia fascista se põe e mostra como uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, na particularidade, nunca é demais repetir, do *capitalismo tardio*, quando emerge como *elo débil* da cadeia imperialista. (IDEM, p. 52. Grifos do autor).

Aponta o autor que o traço decisivo da diferenciação entre o caso alemão e o brasileiro reside no caráter da propriedade e do modo de produção existente pautado pela grande propriedade rural:

---

<sup>11</sup> Com as palavras de Lenin: “A estes dois caminhos de desenvolvimento burgueses, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a exploração feudal do latifúndio transforma-se lentamente numa exploração burguesa-júnker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo [...] No segundo caso, ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais. (1980, p. 30).

<sup>12</sup> Para ver os determinantes da efetivação do capitalismo industrial na Alemanha, Itália e Japão consultar Chasin, 2000, p. 46 e seguintes.

Desse modo, se aos dois *casos* convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiamos verdadeiramente a concreção ao atentar *como* ela se objetiva em cada uma das entidades sociais, isto é, no momento em que se determina, que, no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial. (CHASIN, 2000, p. 44).

Ainda, quanto às forças produtivas:

Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “*verdadeiro capitalismo*” alemão é *tardio*, enquanto o brasileiro é *hipertardio*. (IBIDEM. Grifos do autor).

O fato de ter chegado *hipertardiamente* ao capitalismo industrial, somado ao fato de não ter realizado uma revolução que rompesse com os entraves oriundos da sociedade pautada pelo latifúndio, resultando em conciliações “pelo alto” entre as diferentes frações do capital, na qual os setores agrários exercem influência decisiva, é o que Chasin denominará de *via colonial*:

A *via colonial* da objetivação do capitalismo, em uma de suas determinações mais gerais, significa o estabelecimento da existência societária do capital sem interveniência de processo revolucionário constituinte. Por si só esta característica da história brasileira é responsável por traços fundamentais *do modo de ser e de se mover* da formação nacional. Para efeito de contraste, basta recordar que só a revolução burguesa configurou a fisionomia definitiva e consumada tanto da França como da Inglaterra. (IDEM, p. 220. Grifos do autor).

Ausência de revolução burguesa e capitalismo *hiper-tardio* impossibilitam o avanço de, ao menos, dois aspectos: da superação da dependência – ou subordinação – externa e da ausência do progresso social, elementos que se mantêm presentes por toda a história brasileira.

### 1.3.2 – Conciliação burguesa no capitalismo dependente

A condição estrutural de subordinação e a falta de progresso social são características que marcam profundamente não só o Brasil, mas também a América latina. Os países latino-americanos passaram por sangrentos processos de colonização, especializaram-se em

produção de bens primários – embora cada país com a sua singularidade e em diferentes períodos de tempo – e continuam sofrendo com as imposições do capital transnacional. Desse modo, as análises sobre os tipos de dominação na América Latina em geral são úteis, também, para a singularidade brasileira.

A dominação por qual passa a América Latina é identificada já no processo de colonização. Fernandes (2009) aponta os tipos de dominação por qual passaram e passam os países da América Latina. O primeiro tipo de dominação é o colonial, caracterizado por uma exploração ilimitada dos recursos naturais e humanos para o benefício da Coroa e dos colonizadores (Fernandes, 2009, p. 23). O segundo tipo é a neocolonial, que se caracteriza, sobretudo, pelo declínio da forma anterior e a predominância, neste momento, das nações que estavam mais interessadas em ganhos comerciais do que na produção local, casos de Inglaterra e Holanda. Trata-se de uma dominação “indireta”, através do comércio cujo resultado é a não internalização da produção nos países da América Latina.

O autor destaca o papel que as classes dominantes brasileira terão diante desta forma de dominação:

O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais [particularmente os produtores rurais] e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o regime colonial. (FERNANDES, 2009, p. 25).

O terceiro padrão de dominação apontado pelo autor é o *imperialista*. Diferente da dominação colonial e neocolonial, o imperialista visa *incorporar* algumas fases do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural (IBIDEM). Assim, “As economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negócios a distância, sob condições ultralucrativas.” (IDEM, p. 26). O quarto tipo de dominação é o *monopolista*, que ocorre com a emergência e consolidação de grandes empresas multinacionais – hoje, transnacionais. O efeito da entrada dessas empresas na América Latina será o de se apoderarem “das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus ‘*policy-makers*’.” (IDEM, p. 27).

O tipo de dominação monopolista se trata, para o autor, de um *imperialismo total*:

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de

massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. Segundo, esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. Como nos outros três períodos, a implementação de mudanças é feita por pessoal estrangeiro, transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e de controle financeiro. Terceiro, ela prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia (isto é, *lato sensu*, aos setores dominantes das classes altas e médias), o subdesenvolvimento e suas consequências. Como ocorrem com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoísta e particularistas. (IDEM, p. 28).

As formas de dominação ocorrem, vale enfatizar, em associação – consensual ou por pressão – com os setores dominantes internos. Consolidando, assim, a característica fundamental dos setores dominantes brasileiros em “conciliar”, seja com os setores do “atraso” seja com os estrangeiros, se isentando de iniciar um processo revolucionário que garanta a autonomia econômica e política do país.

A ausência de rupturas marca toda a história brasileira, e irá ser determinante para a configuração do Estado no país. Até mesmo o processo de independência não pode ser entendido como de efetiva ruptura (COUTINHO, 2008, p. 110). Não existindo rupturas concretas com a ordem estatal e socioeconômica que configuram o capitalismo de tipo *hipertardio*, assim como a condição de dependência em relação aos países centrais, é o que determinará a emergência de um tipo de Estado dependente e autocrático.

O Estado dependente é um tipo particular de Estado. Por mais que ele exerça as funções necessárias para a acumulação de capital – ou seja, como um componente estrutural que emerge e serve ao sistema sociometabólico do capital –, o Estado dependente tem que impulsionar a expansão do capital sobre condições adversas, diante de entraves que diferem dos países centrais. Assim, ele deve ser entendido como um Estado subordinado às decisões externas – devido a não ruptura com os padrões externos de dominação, por não ser fruto de um processo popular e revolucionário – e ocupado por uma classe dominante associada e subordinada às classes dominantes dos países centrais, o que configura a *subsoberania* dos Estados dependentes<sup>13</sup>:

---

<sup>13</sup> “Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao

Este duplo processo provoca o enfraquecimento ou a ausência nas classes dominantes do capitalismo dependente – pelo menos em seus setores mais poderosos – de projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais. Seus projetos operam em condições de subordinação – e associação – aos capitais desenvolvidos e imperialistas que predominam em diversos momentos históricos. (OSORIO, 2014, p. 206).

Dessa forma, sendo o Estado inerentemente um agente impulsionador da expansão do capital, no capitalismo dependente ele continua a ser, mas sem um grau suficiente de autonomia para alavancar projetos que satisfaçam as necessidades reais de sua população. O Estado *subsoberano* irá impulsionar os projetos que visam à acumulação e expansão de capitais oriundos das políticas econômicas elaboradas através dos objetivos dos países centrais. Sabendo da particularidade do capitalismo brasileiro, subordinado – de tipo *hipertardio* – é difícil imaginar que as políticas econômicas e, sobretudo, as necessidades do capital dos países desenvolvidos, sejam as que melhor atenderão ao conjunto da população brasileira, o que agrava as situações de conflitos. Por isso, se fez necessário, para a burguesia nacional, devido a sua formação, instaurar um Estado autocrático.

Florestan Fernandes (2010) percebeu, através de estudos que identificavam as peculiaridades da burguesia nacional, a tendência à conciliação entre as frações dominantes com o objetivo de impossibilitar a democracia e a efetiva participação popular. Para o autor, no Brasil houve uma conciliação entre os setores ligados ao passado (as oligarquias) e os emergentes (urbano-industriais) em torno do poder político, no Estado. A composição de poder terão como agentes principais as duas frações, conduzindo o país a um caminho próprio na efetivação de seu capitalismo moderno. A conciliação entre os setores agroexportadores e os industriais se dá pelos interesses comuns, e essa conciliação está para além das categorias econômicas:

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter sua dominação socioeconômica [...] As próprias “associações de classe”, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível. (FERNANDES, 2010, p. 240).

---

contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.” (OSÓRIO, 2014, p. 206).

A conciliação se apresenta, segundo Fernandes, no fato de que os setores do “atraso” não são suprimidos pelos setores modernos e industriais, eles se modernizam e enfrentam a transição não sucumbido, mas fazendo parte, atuando econômica e politicamente. A atuação e a conciliação ocorrem, segundo Fernandes, no Estado. Uma “associação de classe” em torno do Estado e com orientação para a realização de fins particulares, ou seja, não havia um projeto político, social e econômico universal em seu horizonte. Podemos dizer, com cuidado, que, no caso brasileiro, prevalece mais a ideia de uma burguesia em termos gerais, devido à conciliação entre as distintas frações, do que as inúmeras divergências entre as diferentes camadas da burguesia, assim, faz mais sentido falar de uma burguesia em geral, com interesses comuns, portadora do mesmo “horizonte cultural”, do que restringir a análise a seus aspectos divergentes:

A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (IDEM, p. 241).

Ou ainda, quando o autor menciona as diferentes frações, as divergências se sucumbem aos elementos comuns:

[...] o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural – qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica –, e, quer vivesse na cidade ou no campo, sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (como e enquanto tal, ou seja, antes de fundir-se e perder-se principalmente no setor comercial e financeiro da burguesia). Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. (IBIDEM).

A capacidade de influência das oligarquias em contato com os demais setores acaba por gerar, segundo Fernandes, a *consolidação conservadora* da dominação burguesa, aspecto que evidencia, sem deixar dúvidas, a primazia da conciliação das distintas frações burguesas sobre suas divergências:

Porque é nele, nesse entrelaçamento de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos *altos negócios*, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a

possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa. Cedendo terreno ao radicalismo dos setores intermediários e à insatisfação dos círculos industriais, ela praticamente ditou a solução dos conflitos a longo prazo, pois não só resguardou seus interesses materiais “tradicional” ou “modernos”, apesar de todas as mudanças, como transferiu para os demais parceiros o seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo de do jogo. (IDEM, p. 245. Grifos do autor).

Tal modo de dominação tinha um objetivo comum, capaz de agregar diferentes frações burguesas, a saber, a não abertura democrática como pressuposto pelos valores ocidentais modernos, pelo contrário, este padrão de dominação, oriundo da *consolidação conservadora*, elegia um inimigo comum:

Também foi ela [a oligarquia agrária, agente primordial da *consolidação conservadora*] que definiu o *inimigo comum*: no passado, o escravo (e, em sentido mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semiassalariado do campo e da cidade. Com essa definição, ela protegia tanto as fontes de acumulação pré-capitalista, que continuaram a dinamizar o persistente esquema neocolonial de exportação-importação, que deu lastro ao crescimento interno do capitalismo competitivo, quanto o modelo de acumulação propriamente capitalista, nascido com a mercantilização do trabalho e as relações de produção capitalista, que possibilitaram a revolução urbano-comercial e a transição concomitante para o industrialismo, ainda sob a égide do capitalismo competitivo. (IDEM, p. 247).

### 1.3.3 – O Estado autocrático

Definir como inimigo comum os assalariados, as massas populares, é não permitir efetivamente a sua atuação política, assim é possível considerar o modelo de dominação como *autocrático-burguês*. A formação de uma sociedade capitalista de classes traz consigo os interesses e reivindicações da classe trabalhadora. A autocracia burguesa brasileira irá se caracterizar por se acomodar aos conflitos intra-burgueses, deixando as divergências entre as frações *intra muros*, e formando “um acordo tácito quanto a necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo” (FERNANDES, 2010, p.243). O objetivo principal da autocracia burguesa brasileira – resultado de sua conciliação “pelo alto” – é impedir as formas de reivindicação das massas populares. A síntese pode ser encontrada em uma passagem de Fernandes:

Ora, as elites brasileiras não estavam preparadas para as duas transformações concomitantes [a primeira: divergências dentro da própria burguesia; a segunda: “a oposição de baixo para cima”, das massas populares]. Acomodaram-se de modo mais ou menos rápido à primeira diferenciação, que brotava no ápice da sociedade e podia ser tolerada como uma divergência *intra muros* e que, no fundo, nascia de uma pressão natural para

ajustar a dominação burguesa a seus novos quadros reais. No entanto, viram os efeitos da segunda diferenciação como um desafio insuportável, como se ela contivesse uma demonstração de lesa-majestade: as reservas de opressão e de repressão de uma sociedade de classes em formação foram mobilizadas para solapá-la e para impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio, “dentro da ordem”. (IDEM, p.244).

O direcionamento das forças de repressão e opressão às massas populares não se dava somente por um caráter inerente da burguesia nacional, nem somente ao seu “horizonte cultural”, mas, sobretudo para manter o padrão de acumulação exigido por um capitalismo de tipo *hipertardio*<sup>14</sup>. Fernandes é claro quando associa o modelo de dominação autocrático ao modelo de acumulação necessário diante da especificidade do capitalismo brasileiro. Neste momento categorias como *dependência*, *subdesenvolvimento* e *imperialismo* aparecem como fundamentais para se compreender a relação entre a conciliação das frações burguesas e a repressão sofrida pelas massas populares, condicionando a especificidade do modo de acumulação e a dominação burguesa em países de capitalismo de tipo *hiper-tardio*.

Ao mencionar os mecanismos de acumulação ditados pela condição de dependência, Fernandes (2010) percebe que a interferência do capital externo age sobre as condições internas, assim, ao modo de acumulação e as associações entre as diferentes frações da burguesia, deve ser acrescida a interferência do capital estrangeiro, trazendo novas configurações ao arranjo econômico, político e social, impossibilitando qualquer projeto autônomo de nação. Dessa forma, mais do que uma opção da burguesia, a sua dependência em relação aos países centrais limitava a sua ação:

[...] *o que deveria fazer*, no plano histórico, uma burguesia cuja tarefa não era liderar a transformação capitalista nos países centrais e hegemônicos, mas torná-la possível e durável *em condições francamente adversas* (se se considera que a dependência, a drenagem de riquezas para o exterior e o subdesenvolvimento devem ser tomados como tais)? (IDEM, p. 250. Grifos do autor).

Se os mecanismos da economia mundial como diz o autor, se colocaram de “fora para dentro”,

O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para o outro, por um

<sup>14</sup> Como vimos, a categoria *hiper-tardio* é encontrada na obra de Chasin (2000) para demonstrar a especificidade da formação capitalista e da sociedade brasileira diferenciando-a dos casos clássicos (Inglaterra e França) e dos casos tardios (Alemanha, Itália, Japão). Embora em nenhum momento Fernandes utilize a categoria, é constante na obra deste autor a ênfase dada a especificidade do capitalismo e da sociedade brasileira. Como assumiremos a categoria de Chasin com o mesmo objetivo, achamos conveniente associá-la aos escritos de Fernandes.



amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira percebeu e aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo. (IDEM, 253).

Portanto, em Fernandes encontramos a conciliação entre as frações dominantes no plano interno – que supera suas divergências<sup>15</sup> - assim como a associação da burguesia (suas diferentes frações) ao capital externo, ao imperialismo, como já anunciamos acima. E, em nosso entendimento, é para garantir este modelo de acumulação associado e dependente que ocorre o modelo *autocrático-burguês*, reprimindo as massas populares:

[...] a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se [...] Não é só porque ainda não existe outra força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou de detê-la. Mas também porque ela não teve como conciliar o modelo neoimperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática. (IDEM, p. 258).

É exatamente o exercício dessa autocracia por parte do Estado brasileiro que permite associá-lo ao fascismo. Contudo, uma forma particular de fascismo, que “[...] se baseia fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal e em uma modalidade de *totalitarismo de classe* [...]” (FERNANDES, 1981, p. 16). Assim,

O fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa dessa espécie de fascismo. Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa. (IDEM, p. 17)

Necessário enfatizar que a associação que Fernandes faz da caracterização política da América Latina com o fascismo se restringe, como disse o autor, a forma de exercício autoritário do poder estatal. Dessa forma, os pontos que caracterizam o fascismo italiano não são automaticamente aplicados à situação brasileira. Singularidades do fascismo apontadas por Chasin (2000) – ser o fascismo italiano uma expressão do intenso desenvolvimento do

---

<sup>15</sup> Para que não haja dúvidas: “Na verdade, todos os agentes econômicos privilegiados, qualquer que seja sua posição no espaço econômico e a orientação rural e urbana de seus negócios, encaram a empresa agrária em termos estreitamente mercantis e possuem interesses econômicos comuns (o que faz com que os empresários rurais tenham papéis econômicos da economia urbana que não nascem das empresas agrárias e, vice-versa, com que empresários urbanos tenham papéis econômicos na economia agrária que não derivam de empresas urbano-comerciais ou urbano-industriais nem de sua rede de relações comerciais).” (FERNANDES, 2008, p. 177).

capitalismo industrial e conseqüentemente a sua inserção nas guerras imperialistas – e por Coutinho (2008, p. 29) – o caráter ideológico e mobilizador do fascismo italiano de modo a agregar os setores populares e trabalhadores – não valem para a caracterização de um fascismo na América Latina.

O que se preserva do conceito é a sua característica contrarrevolucionária. Que se manifesta, de forma geral, segundo Fernandes (1981, p. 17) de duas maneiras: 1) contra a democratização como um processo social de mudança estrutural que ameace, entre outras coisas, a concentração da riqueza, portanto, o modelo de acumulação; 2) se coloca, como consequência de sua primeira característica, contra os setores socialistas e comunistas.

Este modelo fascista do Estado recebe apoio das potências hegemônicas, que objetivam garantir a estabilidade política na periferia. Evitam assim, em primeiro lugar, que seus negócios sejam ameaçados por levantes populares, assim como a instauração de governos comunistas na região – Fernandes, claramente esta aqui se referindo as políticas do período da Guerra Fria. A implantação deste tipo peculiar de fascismo se deve à “fragilidade” da burguesia nacional, incapaz de ser o agente impulsionador de uma revolução nacional (IDEM, p. 19). Contudo, no caso brasileiro, essa “fragilidade” em romper com a dominação externa e promover processos econômicos e políticos autônomos, não se revela no trato com os setores populares:

Os setores dominantes são diversificados e enfrentam clivagens internas, vinculadas a polarizações de conflito nacionais e à dominação imperialista externa. Mas eles dispõem de condições para estabelecer, graças a composições civil-militares, uma política conservadora-reacionária e para impô-la como uma articulação da hegemonia burguesa (abrangendo agentes internos e externos, com seus respectivos interesses e orientações de valores). Isso quer dizer: controle plutocrático do Estado e do governo, acima ou mediante processos politicamente legítimos, e a preservação do *status quo* através da violência institucionalizada e organizada (para manter a distorção permanente da democracia com participação ampliada e para impedir qualquer transição mais ou menos rápida mesmo para uma “democracia competitiva”). (FERNANDES, 1981, p. 20).

Nesta “plutocracia moderna” não importa qual fração burguesa exerça o poder, o essencial é como *controlar* uma sociedade de massas (IDEM, p. 24). Massas, que no caso brasileiro, não fizeram sequer parte do processo constituinte do Estado nacional. Como aponta Coutinho (2008, p.111), no Brasil antes de se formar uma nação instaura-se um Estado:

Decerto, com o passar do tempo, constituímos uma nação brasileira, embora – o que é certamente positivo – com suas muitas especificidades regionais. Mas cabe insistir que a nação brasileira foi constituída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares. Ora, isso provoca consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o

início da nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais.

Emerge, dessa forma, um Estado dependente, que não conta com a participação popular desde sua fundação, e no decorrer de sua existência, elabora cada vez mais práticas autocráticas – fascista – de modo a impedir a participação popular. As práticas autocráticas devem ser entendidas como a necessidade de o capitalismo dependente impedir que as massas tenham alguma influência sobre os processos de decisão, ou seja, de modo que eventualmente as massas populares recomponham a unidade entre produção e controle diante das fragilidades de um modelo de acumulação dependente.

Dos aspectos gerais do Estado, como dos aspectos específicos do exercício do Estado no capitalismo dependente, podemos sistematizar alguns pontos que irão orientar a exposição do nosso trabalho: 1) que o Estado é inerentemente um agente necessário para expansão do capital e a ele cabe – mesmo com alguns limites – reestabelecer a unidade necessária entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação; 2) o Estado como um “administrador de crises” será o responsável por aplicar políticas que vise retomar o crescimento econômico superando os entraves colocados pelo modelo de acumulação anterior; 3) o caráter autônomo do Estado, colocando-se acima das massas populares e até mesmo das disputas entre as frações burguesas; 4) a *subsoberania* característica dos Estados dependentes, que impedem decisões econômicas autônomas; 5) o caráter autocrático burguês do Estado brasileiro, assim como sua forma peculiar de fascismo que inviabilizam a participação popular no processo político. Nos próximos capítulos iremos demonstrar como o neodesenvolvimentismo concilia essas características, combina-se o exercício do poder do Estado como o agente do capital com sua forma autocrática, assim como o modelo de desenvolvimento procura “incluir” as massas no processo de intensificação do capital, tudo com o objetivo final de superar a crise inaugurada em 2008.

## **II – Nacional desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: autonomia nacional e “questão social”. Os limites dos modelos de desenvolvimento na periferia do sistema**

Tanto o nacional desenvolvimentismo quanto o neodesenvolvimentismo – seus fundamentos teóricos e práticas políticas – partem do pressuposto de que o Estado é o instrumento adequado para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo no país e aplicar soluções para a “questão social” brasileira. Talvez as semelhanças entre os modelos acabem por aí. Este capítulo tratará de demonstrar que os diferentes contextos históricos, a não superação da dependência e as particularidades da burguesia brasileira, fazem que o contraste entre os dois modelos seja acentuado.

A orientação dada ao Estado se altera para atender as demandas do capital, que por ser dinâmico, requer sempre diferentes formas de atuação dos Estados. No caso do nacional desenvolvimentismo o Estado teria sido o principal agente na promoção do desenvolvimento, caminho possível que, no entanto, foi travado pela entrada massiva de capitais estrangeiros durante a década de 1950 e pelos determinantes do golpe de 1964 colocando ponto final na ilusão de um Estado interventor que teria como objetivo o formulado pela teoria nacional desenvolvimentista. O Estado acabou atendendo, nesse período, a necessidade de expansão dos grandes monopólios oriundos dos países centrais, contribuindo para a internalização das multinacionais.

O neodesenvolvimentismo emerge em situação distinta, no cenário de globalização efetivado no Brasil na década de 1990, momento em que se abriu segundo alguns teóricos e governistas, uma nova oportunidade para o Brasil se inserir no mercado mundial de modo a participar da concorrência global e usufruir dos avanços técnicos produzidos no centro do capitalismo, o Estado agiu para este fim, propiciando a abertura econômica requerida pelo capital, agora, transnacional. Procurava-se, com essa abertura, expandir a internacionalização das empresas internas, assim como estabelecer as condições requeridas para a atração do capital estrangeiro. O contexto global deste período e a política econômica adotada decretaram o fim de qualquer pretensão de autonomia nacional – direção que já estava comprometida mesmo antes 1964.

Entretanto, sendo os contextos diferentes, as teorias também apresentarão uma “nova” face e as práticas político-econômicas serão distintas. Por isso iremos demonstrar as diferenças entre os dois modelos, o que vai resultar em posições econômicas e políticas radicalmente distintas, tanto na orientação do Estado e de sua política econômica, como no trato dado “questão social”. Nosso propósito, neste segundo capítulo, é compreender os

pressupostos teóricos e as pretensões neodesenvolvimentistas, assim como identificar os seus limites. Para isso vamos caminhar no seguinte sentido: 1) diferenciar o nacional desenvolvimentismo do neodesenvolvimentismo, de modo a compreender as suas especificidades; 2) compreender teoricamente as pretensões do atual modelo de desenvolvimento brasileiro, a direção dada ao Estado e os mecanismos para lidar com a “questão social”; 3) demonstrar, através dos exemplos da internacionalização das empresas internas em diferentes períodos, as distintas estratégias de desenvolvimento, procurando demonstrar os limites dos modelos de desenvolvimento em países da periferia do sistema.

## **2.1 – O nacional desenvolvimentismo: o contexto**

As condições históricas que impulsionaram o emergir do ideário e da política econômica desenvolvimentista no Brasil se encontram na década de 1930. Especialmente nos desdobramentos da crise capitalista de 1929. As consequências dessa crise afetaram diretamente a economia brasileira, a configuração política e outros aspectos da sociedade. Identificamos, principalmente, três implicações resultantes do cenário de crise: 1) o declínio das políticas econômicas liberais orientadas, sobretudo, pela teoria neoclássica e a emergente influência das teses keynesianas; 2) os impactos que a crise exerce sobre os setores exportadores brasileiros; 3) a identificação da dependência diante dos países centrais, pois nos momentos de crise, e no período de guerras, a economia brasileira apresentava extrema vulnerabilidade devido à queda das exportações e da dificuldade de adquirir produtos importados.

Colocava-se para as economias pautadas pela exportação de bens-primários, a necessidade de dar continuidade ao processo de acumulação de capital por outras vias. Abria-se a possibilidade de efetivar no país um processo de industrialização e modernização que possivelmente superasse as condições características do *subdesenvolvimento*. O caminho proposto era o da industrialização com objetivo de substituir os produtos importados pelas classes dominantes, com a pretensão de superar a dependência e a vulnerabilidade, na medida em que se internaliza a produção de produtos industrializados e supostamente se fortalece a autonomia dos processos políticos.

Por mais que o desenvolvimentismo possa ser entendido como uma “[...] ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria [...]” (BIELSHOWSKY, 2012, p. 250). A superação do *subdesenvolvimento* não deve ser reduzida somente às suas características econômicas, compõe a ideia de desenvolvimento a superação de uma estrutura política oriunda de um país

de origem colonial, das precárias condições de vida da grande massa da população e a conquista de autonomia política e econômica em relação aos países centrais. Todos esses elementos compõem uma totalidade, evidenciando que a superação do subdesenvolvimento não se trata somente da eliminação de um dos seus aspectos, mas da condição estrutural que causa e reproduz suas características. Essa totalidade e sua reprodução foi bem apontada por Celso Furtado ao focar nos padrões de consumo *modernos* das classes proprietárias brasileiras:

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre processo interno de exploração e processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravamento tanto da dependência como da exploração interna. *Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agrava-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais.* (FURTADO, 1974, p. 94. Grifo nosso).

A superação do subdesenvolvimento requer, segundo a teoria do nacional desenvolvimentismo, um esforço das classes proprietárias, assim como da classe trabalhadora e do direcionamento do Estado para superar as características do subdesenvolvimento, a dependência, o padrão de acumulação – em um primeiro momento primário exportador e mais tarde a própria industrialização pautada pela substituição de importações – e, principalmente, em nosso entendimento, e no de Furtado (*idem*, p. 95) das condições precárias de vida da grande maioria da população: “[...] principais características de subdesenvolvimento: grande disparidade na produtividade entre áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc.”.

A ideologia do nacional desenvolvimentismo pode ser entendida no sentido gramsciano, como aponta Oliveira (2003b, p.111) para caso da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL), por sua capacidade de orientar políticas econômicas da qual a década de 1950 é o exemplo mais significativo para o caso brasileiro, como aponta Mantega (1987)<sup>16</sup>. O Estado, orientado, em certa medida, pela ideologia nacional desenvolvimentista, foi o grande agente das políticas que visavam superar o subdesenvolvimento. Inaugurava-se um período, a partir da “Revolução de 1930”, mas, sobretudo em meados da década de 1950,

---

<sup>16</sup> Na obra citada, boa parte do primeiro capítulo de Mantega é destinado a evidenciar como a ideologia desenvolvimentista se torna política econômica do Estado, ver principalmente da página 63 a 76.

em que as teorias, as políticas, e as forças sociais se orientavam para o desenvolvimento do moderno capitalismo no país, tendo a expectativa de superar o subdesenvolvimento. O que não quer dizer que o todo da teoria cepalina fosse aplicada pelos governos desenvolvimentistas.

### *2.1.1 – Industrialização e autonomia*

Superar a vulnerabilidade diante das oscilações do mercado mundial significava, acima de tudo, industrializar o país. É a partir da década de 1930 que o pensamento industrializante ganha espaço. Personagens como Robert Simonsen emergem com significativa influência neste período, polarizando o debate com os defensores da “vocação agrária”, e da ortodoxia econômica como o economista Eug nio Gud n. A defesa da industrializa o pelo primeiro já   verificável em 1931:

  numa política industrial fundada com base racionais adequadas às condi es de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente, a produ o dos valores em bens sociais de que necessitamos para o rapido aumento de nosso poder aquisitivo e porque não dizel-o, com os beneficos reflexos de adiantamento de processos de trabalho que a industrializa o sempre conduz. Essa politica industrial acarretará, por sua vez, uma maior evolu o agrícola. A agricultura receberá os influxos dos processos scientificos adoptados na industria. A classe agricola por seu turno applicar  parte de suas economias nos títulos industriaes. (SIMONSEN, 1932 [1931], p. 247).

  expresso o desejo de que seja a indústria o elemento dinâmico do capitalismo no país. A teoria mais acabada que vai enfatizar a necessidade da industrializa o nos países latino-americanos   a da CEPAL. Contrariando os argumentos de autores que diziam que a ausência de desenvolvimento e industrializa o se devia a um estágio necessário do capitalismo, e que no futuro o próprio mercado se encarregaria de promover o desenvolvimento, os economistas da CEPAL percebiam que a ausência de desenvolvimento possuía rela es estruturais com o desenvolvimento dos países centrais.

Tratava-se de um questionamento frente   teoria das vantagens comparativas, assinalando que a divisão internacional do trabalho resulta em formas desiguais de desenvolvimento. Em outros termos, a existência de países especializados em exporta o de produtos primários e de países especializados em produtos industrializados, resultava, no comercio entre os dois países, em prejuízo para os primeiros.

Uma economia de origem colonial, especializada em produ o de bens primários para exporta o, deve recorrer   importa o de bens de capital e de consumo duráveis para garantir

tanto o padrão de consumo das elites quanto o padrão de acumulação interna. É nesse intercâmbio que reside a *deterioração dos termos de trocas*, identificada pela teoria cepalina:

Ao discutir o desenvolvimento calcado na referida divisão internacional do trabalho, o documento [trata-se do trabalho desenvolvido pela CEPAL em 1949: *Estudio Económico de América Latina*] verifica que os ganhos de produtividade foram substancialmente maiores na indústria ante a atividade primária. Ao constatar, no entanto, que, ao contrário do que sugeria a teoria das vantagens comparativas, isso não se traduziu em uma queda de preços relativos dos bens industriais ante os agrícolas, indicando um bloqueio na propagação do progresso técnico conduzindo à deterioração dos termos de trocas entre os dois grupos de países. Tal deterioração terminava por agudizar, por meio da redução da capacidade para importar, aquela que seria a maior restrição ao desenvolvimento periférico: a restrição de divisas ou, mais propriamente, a restrição externa. (CARNEIRO, 2013, p. 8).

Os preços dos bens industriais dos países centrais não sofriam quedas diante dos bens primários, devido, segundo a teoria cepalina,

[...] à rigidez salarial tanto pela transmissão dos ganhos de produtividade aos salários nas fases de expansão, quanto pela maior resistência à sua queda nas recessões, em razão da maior organização dos trabalhadores, reflexo do menor excedente de força de trabalho em tais economias. (IBIDEM).

Diferente era o caso brasileiro, na qual a maior flexibilidade dos salários imperava devido ao excedente estrutural de força de trabalho. A saída cepalina se concentra, portanto, na necessidade de se efetivar um processo de substituições de importações, ou seja, internalizar a produção de bens industriais antes importados. Nessa perspectiva reside também, a pretensão de que a industrialização absorva o excedente de mão de obra, de modo a propiciar relativos ganhos salariais ampliando o mercado consumidor interno:

A saída para essa situação reside, segundo a CEPAL, na implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova uma reforma agrária, melhore a alocação dos recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade. Trata-se de reverter o eixo básico da economia, até então voltada “para fora”, para o desenvolvimento voltado “para dentro”, ou seja, baseado na industrialização para o mercado interno. (MANTEGA, 1987, p. 39).

A execução desta tarefa cabe, sobretudo, ao Estado:

Para capitanear essas transformações, que deveriam resultar em economias nacionais sólidas e autônomas, com maiores níveis de renda e de consumo para toda a população, a CEPAL sugere a decidida participação do Estado na economia, enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável



pelo planejamento das modificações que se faziam necessárias. Assim, o Estado é tido como o centro racionalizador da economia, com a incumbência de intervir até mesmo como agente econômico direto, provendo a necessária infra-estrutura para a expansão industrial e a canalização de recursos nacionais para as novas atividades prioritárias. (IBIDEM).

A participação do Estado e a ênfase em uma economia voltada “para dentro”, davam o tom nacionalista do desenvolvimentismo brasileiro (IBIDEM), e são indicativos da pretensão desenvolvimentista de alcançar a autonomia, superando os entraves impostos pelos países centrais ao desenvolvimento nacional. Mesmo que a teoria cepalina não descartasse a participação do capital estrangeiro, como aponta Mantega (1987, p. 39), o objetivo de internalizar os processos de decisão era constante na teoria cepalina, como aponta Sampaio Jr. (2012, p. 673):

O centro dessa reflexão [desenvolvimentista] consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista.

De fato, essa pretensão norteava o pensamento cepalino, particularmente em Celso Furtado. Em texto de 1962 – momento em que ocupava o cargo de Ministro do Planejamento no governo João Goulart –, Furtado deixa claro em suas formulações a necessidade de se internalizar o centro de decisão. Considerava o autor que o caminho para se alcançar uma relativa autonomia já havia se iniciado na década de 1930, momento que significava “[...] a descontinuidade do módulo histórico de nosso desenvolvimento. Essa descontinuidade marca, no Brasil, o encerramento da economia de tipo colonial.” (FURTADO, 1962, p. 109). O encerramento da economia de tipo colonial marca a transferência “[...] para o próprio território nacional, do centro principal de decisões relacionadas com a vida econômica do país.” (IDEM, p. 110).

Os fatos políticos e econômicos do período pós 1930 forneciam sustentação para tal afirmação. A política industrializante do primeiro governo Vargas, o tom antiliberal e a ênfase no planejamento, condiziam com a ideia da internalização do centro de decisão, disse Vargas em 1939:

Não nos podemos conformar...com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais.

Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos, de maneira a adaptar o nosso comércio às suas exigências, às suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela nossa economia. Não nos devemos vincular à doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de cada país no plano das relações comerciais. (VARGAS, apud, IANNI, 1971, p. 27).

Assim, apresentam-se elementos que indicavam que o país havia conquistado relativa autonomia frente às oscilações do comércio internacional. Ao ter internalizado o centro de decisão, o Brasil não restringiria sua economia somente à exportação de produtos primários, mas procuraria direcionar os esforços para sua industrialização e expansão do mercado interno, superando, aparentemente, a situação de subordinação aos mercados centrais. Essa característica, entre outras, permitiam que Andre Gunder Frank desenvolvesse a hipótese de que quanto menos integrado ao comércio dos países centrais, mais havia a possibilidade de os países “satélites” se desenvolverem: “Una segunda hipótesis es que los satélites sufren su mayor desarrollo industrial capitalista clásico cuando y allí donde sus lazos con la metrópoli son débiles.” (FRANK, 1967, p. 167).

O período que vai de 1930 a 1945 se caracteriza, entre outros fatores, pela criação de diversos órgãos institucionais com o objetivo de planejar o desenvolvimento industrial do país (IANNI, 1971, p. 23). É deste período, por exemplo, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, que reforçava os argumentos nacionalistas e de autonomia frente aos países centrais:

A criação de um monopólio estatal para a exportação dos minérios de ferro e de manganês; a preferência do regime estatal para a exploração da indústria siderúrgica, como meio mais eficiente de defesa econômica e militar do País, admitindo-se o regime paraestatal somente com a preponderância da União; a condenação formal do “regime de concessão”, quer para exportação de minério, quer para exploração industrial do ferro de um órgão autônomo, para organizar, dirigir e controlar a instalação e o funcionamento de todos os serviços atinentes à exploração de minério de ferro e manganês e à indústria siderúrgica; a formal condenação da concessão à Itabira Iron Ore Company, considerada, além de prejudicial, perigosa aos interesses da defesa e seguranças nacionais, como aliás, já o haviam proclamado também os pareceres do Estado Maior do Exército, do Estado Maior da Armada e do Conselho do Almirantado. (ANDRADE, apud, IANNI, 1971, p. 31).

Todo o período é marcado por aspectos nacionalistas, protecionistas, de participação estatal, assim como relativa condenação, por parte do Estado, da participação das empresas estrangeiras. O vigor nacionalista característico do segundo governo Vargas e seus pronunciamentos contra a introdução do capital estrangeiro demonstram que, pelo menos até

1954 – ano de seu suicídio – o direcionamento das ações do Estado para desenvolver o capitalismo “para dentro” eram evidentes, e a permanência dessa política durante o segundo período de Vargas na presidência já faziam emergir uma forte oposição aos aspectos nacionalistas e trabalhistas de seu governo (BANDEIRA, 1979, p. 36).

O que talvez passasse despercebido pelos governos nacional-desenvolvimentistas deste período – basicamente os governos Vargas –, assim como pela teoria cepalina em geral, era que o capital estrangeiro e seus interesses já eram uma realidade efetiva no país, com capacidade para influenciar e quiçá direcionar a economia. Empresas estrangeiras voltadas para o mercado interno e investimentos em infraestrutura para a expansão do complexo cafeeiro já contavam com a participação do capital externo<sup>17</sup>. A inclinação das forças internas em direção a associação com o capital estrangeiro, contribui para que a participação deste seja decisiva no período que vai de 1954 a 1964.

A orientação do Estado, no período posterior a 1954, será a de intensificar o tripé do desenvolvimentismo: Estado, capital estrangeiro e capital nacional. As políticas de Juscelino Kubitschek (JK) caminham neste sentido. Tanto o contexto externo como o interno será decisivo para a compreensão das políticas do governo desenvolvimentista de JK. No plano externo se destacam o fim da Segunda Guerra Mundial, a recuperação das economias centrais e a hegemonia dos Estados Unidos – embora ainda em concorrência com o regime soviético. No plano interno, o acirramento das tensões entre as classes sociais após o suicídio de Vargas, no qual as pautas giravam em torno das políticas trabalhistas, da intervenção estatal, do nacionalismo e etc.

O governo de JK intensificou as relações entre Estado e planejamento econômico, “[...] durante o Governo Juscelino Kubitschek aprofundaram-se as relações entre o Estado e a Economia. O poder público passara a atuar no sistema econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro.” (IANNI, 1971, p. 142). A ofensiva capitalista norte-americana coincide com o momento do Plano de Metas:

---

<sup>17</sup> “Mais sólido é um setor particular da indústria brasileira que se veio desenvolvendo sobretudo a partir da Primeira Grande guerra: refiro-me às indústrias subsidiárias de grades empresas estrangeiras. Trata-se em regra de empresas que operando já de longa data no mercado brasileiro onde vendem seus produtos, acabam instalando-se no país para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitando-se de mão de obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte. Montam então indústrias subsidiárias no Brasil que são como prolongamentos delas, uma seção de acabamento dos produtos. O processo de produção fica dividido em duas partes: a primeira é realizada na matriz; a última, na filial instalada no Brasil.” (PRADO JR., 2010, p. 266). A expansão do complexo cafeeiro não ocorreu sem a participação do capital estrangeiro e do Estado: “O capital estrangeiro e o Estado tomam-nos a seu cargo. Este último, aliás, no mais das vezes, não servirá senão de empresário, levantando empréstimos no exterior para realizar os empreendimentos. Em outros casos, como se deu na maior parte das estradas de ferro, intervirá apenas estimulando o capital estrangeiro com a concessão de garantia de juros.” (IDEM, p. 195).

Depois do rápido sucesso do “Plano Marshall”, dos experimentos com a Doutrina Truman e do término da Guerra da Coreia, o capitalismo norte-americano precisava encontrar novas fronteiras de expansão; ou aprofundar os seus desenvolvimentos nas áreas em que já se encontrava instalado. Nesse sentido é que se pode dizer que a Doutrina Truman e o Ponto Quatro fazem parte do mesmo momento histórico que produz a missão Abbink e o Programa de Metas. (IDEM, p. 143).

Portanto, o Plano de Metas do governo JK “[...] seria uma expressão possível das tendências do subsistema econômico brasileiro, em combinação com as tendências do sistema capitalista mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos.” (IDEM, p. 145). O ambiente econômico interno se distingue do da década de 1930. Já há um significativo desenvolvimento industrial capaz de proporcionar relativa dinâmica para o capitalismo brasileiro. Assim, o Plano de Metas não tinha como objetivo substituir o sistema agrário exportador pelo industrial, mas intensificar a dinâmica interna do capitalismo sobre bases já existentes. Tratava-se da intensificação da dinâmica interna do capitalismo via participação do Estado com a participação do capital das economias centrais que estavam em pleno desenvolvimento.

O reconhecimento do Estado como o agente indispensável do processo de intensificação do capitalismo brasileiro se dava em âmbito interno, devido ao perfil e às incapacidades da burguesia nacional, e também “[...] por parte dos empresários e governantes dos países ‘desenvolvidos’, particularmente os Estados Unidos, de que a participação do Estado nas decisões e realizações ligadas à economia poderia ser uma garantia, em lugar de um risco, para os seus investimentos e as suas transações.” (IDEM, p. 152).

No referido texto de 1962, Furtado mesmo exaltando a suposta conquista do centro de decisões, já era consciente dos elementos que poderiam ameaçar a “autonomia” alcançada:

O desenvolvimento industrial firmado no mercado interno tornou possível um grau crescente de autonomia no plano das decisões que comandam a vida econômica nacional. Essa autonomia poderia haver sido cortada, caso os setores básicos da atividade econômica houvessem sido subordinados, desde o início aos grupos concorrentes que dominavam o mercado internacional. (FURTADO, 1962, p. 111).

É possível aventar a hipótese de que sobressaia nas teses de Furtado, deste período, assim como nas teses cepalinas em geral, o aspecto da eventual conquista do poder interno de decisão – pois, como vimos este aspecto sempre foi pauta da teoria do nacional desenvolvimentismo. Entretanto, a condição estrutural de dependência e a não mobilização do conjunto das forças sociais, principalmente a burguesia nacional, em torno de um projeto que visasse outra maneira de desenvolvimento que não o associado aos capitais estrangeiros,

mostraria a utopia não realizável das teses cepalinas. Assim, em 1962, quando Furtado declara *o futuro como opção*, este futuro já se encontra ameaçado. Ameaça, talvez, percebida por Furtado, por isso a sua insistência em se garantir a suposta autonomia do país:

Essa tomada de consciência, de que o nosso destino de povo está na dependência de nossas decisões, coloca esta geração em uma posição singular. Estamos em face de um desafio, cuja grandeza só é percebida por aqueles que têm intuição das potencialidades deste imenso país. Senhores de nosso próprio destino, poderemos optar entre consolidar as vitórias alcançadas, fechando-nos dentro da fronteira tradicional que nos legou a economia colonial, e empreender a conquista desse imenso legado territorial que hoje constitui o maior deserto econômico habitável da Terra. (FURTADO, 1962, p. 115).

Para alcançar tal objetivo era fundamental a participação do Estado e de um plano de governo:

É necessário reconhecer, entretanto, que um movimento dessa envergadura e transcendência só se poderá efetivar se a liderança fôr assumida pelo próprio Governo Nacional. É com um programa de govêrno que devemos conceber esse movimento em grande escala, em busca da conquista final do Brasil, a realizar-se nos próximos decênios. (IDEM, p. 116).

Portanto, a conquista da autonomia nacional e um Estado capaz de conduzir o desenvolvimento econômico são condições para o desenvolvimento tal como pensado pela CEPAL e em especial Celso Furtado. Aspecto, que como veremos adiante, não se apresenta de maneira semelhante na teoria e na prática política neodesenvolvimentista.

O golpe de 1964 marca o fim das pretensões desenvolvimentistas, assim como o fim da perspectiva de a sociedade conquistar o poder de decisão sobre os rumos da economia do país. Ficava evidente que mais do que garantir um centro interno de decisões era necessário que as classes sociais – e suas frações – se mobilizassem em torno de um projeto que superasse a condição estrutural de dependência. A conquista de um centro interno de decisão, tal como pensou Furtado, e a industrialização, não eram suficientes para superar a dependência, na medida em que todo o processo ocorreu com participação e em acordo com os interesses dos países centrais. A política econômica do período ditatorial assumidamente integrada aos mercados internacionais, embora ainda considerada desenvolvimentista<sup>18</sup>, não questionaria a participação do capital internacional, pelo contrário, encontraria nele o parceiro ideal para conduzir o processo de desenvolvimento associado.

---

<sup>18</sup> Por exemplo, Fiori (2014) e Gonçalves (2013). O primeiro fala em *desenvolvimentismo militar* (2014, p. 105). O segundo define como a *Era desenvolvimentista* o período que vai de 1930 até 1979 (2013, p.33).

O trágico desfecho do período do nacional desenvolvimentismo evidenciava a necessidade de se romper com o modelo do desenvolvimento associado. A não realização desse feito e a emergência da globalização terão implicações determinantes sobre as reformulações teóricas dos defensores do desenvolvimentismo, assim como na constituição da teoria neodesenvolvimentista.

### 2.1.2 – *O Desenvolvimentismo e a “questão social”*

Podemos afirmar que a “questão social” para os que se colocaram a favor das políticas econômicas desenvolvimentistas está atrelada ao desenvolvimento econômico. Robert Simonsen já em 1931 anunciava estar na industrialização a melhoria das condições sociais da população brasileira:

A vida social exteriorizando assim factos economicos, é pela actuação nestes ultimos que poderemos obter o relativo bem estar de que carecemos. Necessitamos levantar o padrão de vida brasileiro, augmentar o nosso poder aquisitivo e valorizar o homem no Brasil. Dêem á indústria o que ella necessita: aparelhamentos financeiros de que dispõem as nações civilizadas, leis harmonicas de defesa da producção, liberdade de actuação dentro do mercado brasileiro pela suppressão das barreiras inter-estaduaes e a industria poderá concorrer poderosamente para o enriquecimento do Brasil com sadios reflexos em nossos problemas sociaes e na organização politica administrativa de que carecemos. (SIMONSEN, 1932 [1931], p. 255).

Ainda, dentro do pensamento econômico, tendo como referência o ideário do período, se percebe que a melhoria da situação social se relaciona com a consolidação de um mercado consumidor interno. Isso pode ser identificado em documentos como a Carta da Paz Social sugerida na Conferência Nacional das Classes Produtoras, da qual resultou a famosa Carta de Teresópolis<sup>19</sup> de 1945:

Os empregadores e empregados que se dedicam, no Brasil, aos vários ramos de atividade econômica reconhecem que uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar precipuamente de uma obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança.

Para apressar um tal resultado, e como medida preliminar, reconhecem a necessidade de assegurar dentro do país um largo período de cooperação para que se possa processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro; e para isso é indispensável promover o aumento da renda nacional e sua melhor e mais vasta distribuição, com o melhor aproveitamento dos recursos do país, o qual

<sup>19</sup> Cf. Bielshowsky, 2012, p. 302.

poderá ser obtido pondo em execução um planejamento econômico amplo e objetivo, nos termos da Carta de Teresópolis. (Observatório Econômico e Financeiro, apud, BIELSHOWSKY, 2012, p. 302).

Alcançando os objetivos econômicos, a distribuição dos recursos acarretará em melhores condições para os trabalhadores. Assim se percebe, entre os desenvolvimentistas, no âmbito social, a importância da consolidação de um mercado consumidor interno:

Não só por motivo de solidariedade social, mas de conveniência econômica, deve ser o mais rapidamente possível aumentado o poder aquisitivo da população, principalmente rural, visando incrementar a prosperidade do país e fortalecer o mercado consumidor interno. (Carta da Paz Social, apud. BIELSHOWSKY, 2012, p. 304).

A “questão social”, de melhoria da vida da população em geral, desde a década de 1940 pelo menos, é entendida pelos desenvolvimentistas como a inserção efetiva da população nas relações capitalistas. Esta forma de pensar e de propor políticas é importante para nossos objetivos, pois vai reaparecer com fundamental importância no neodesenvolvimentismo na medida em que, em teoria, o consumo interno é um dos principais impulsionadores do crescimento econômico ocorrido depois de 2006, como veremos adiante.

A indústria brasileira necessariamente era voltada para o mercado interno devido à impossibilidade de competir no mercado mundial, necessitava ainda de proteção estatal para concorrer internamente com os produtos importados, portanto desenvolver um mercado interno consumidor era fundamental para a concretização da efetiva industrialização.

Contudo, não havia por parte dos desenvolvimentistas, uma teoria social, ou mesmo um desenvolvimento teórico articulado de como melhorar as condições gerais de vida da população do país. Era a consolidação de um capitalismo industrial e moderno que superasse o “atraso” a condição para a melhoria de vida de toda a nação, este pensamento se refletia em instituições como a CEPAL e mesmo em institutos do próprio governo durante a década de 1950<sup>20</sup>:

Essas medidas [desenvolvimentistas] deveriam modificar a estrutura econômica da periferia, propiciando a elevação e a retenção da produtividade e, finalmente, resultar em alterações na estrutura social e política a partir da extensão dos benefícios do desenvolvimento para a maioria dos grupos sociais. (MANTEGA, 1987, p. 41).

---

<sup>20</sup> Instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Conselho de Desenvolvimento Econômico, da SUDENE e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre outras (BIELSHOWSKI, 2012, p. 408).

Celso Furtado também incorporava tais ideias. A melhoria das condições de vida estaria atrelada, para o autor, pelo menos em 1962, ao desenvolvimento econômico, isso na medida em que se pretendesse alcançar a autonomia nacional:

Havendo tomado consciência de nosso subdesenvolvimento e havendo definido como aspiração social máxima a melhoria das condições de vida do povo, - *objetivo só alcançável através do desenvolvimento econômico*, - fomos inapelavelmente conduzidos a reformular as funções do Estado. (FURTADO, 1962, p. 73. Grifo nosso).

Como aponta Bielshowsky (2012) correntes do desenvolvimentismo que estavam presentes em instituições profundo e aplicando políticas de cunho desenvolvimentistas não privilegiavam as “questões sociais”, mesmo quando entendida como distributivas: “Seu otimismo desenvolvimentista impedia que, á exceção da questão dos desequilíbrios regionais, viessem àquela altura a dar ênfase a preocupações distributivas, como fariam pouco depois.” (BIELSHOWSKI, 2012, p. 408). Portanto, as possibilidades de melhoria das condições de vida da população estavam atreladas ao desenvolvimento econômico e à industrialização. É significativo que Celso Furtado, reconheça esta forma de pensar:

Naquela época, dávamos por certo que o desenvolvimento econômico e sua mola principal, a industrialização, eram condição necessária para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração da renda, as desigualdades regionais. (FURTADO, 2007, p.20).

Não foi o que ocorreu, a década de 1960 demonstrará efetivamente os limites das teses desenvolvimentistas referentes à “questão social”. Ficará evidente que o crescimento econômico e a industrialização – concretizados na década de 1950 – não se revelaram capazes de eliminar os “grandes problemas da sociedade brasileira”. Pelo contrário, ficará cada vez mais nítida a intensificação desses problemas. As políticas desenvolvimentistas, a plena implantação das relações de produção capitalista, a saber, a industrialização e a modernização da sociedade, não resultaram automaticamente em melhorias sociais:

Na prática, a resposta revelou-se negativa à medida que aumentavam a concentração de renda e as desigualdades sociais dessas populações ao longo dos anos 50, apesar da industrialização em curso, levando a CEPAL a repensar suas teses e a se preocupar mais diretamente com os problemas sociais e políticos (MANTEGA, 1987, p. 41).

Ficava nítido que a melhoria das condições sociais de grande parte da população não dependia apenas de aspectos econômicos, mas também da dinâmica das classes sociais e seus enfrentamentos, como reconhece Oliveira (2003b, p, 113):



O preço pago pelo otimismo cepalino-furtadiano, ao desconhecer a questão operária, obscureceu também a forma autoritária de que necessariamente se revestiria a modernização capitalista; nos termos de Florestan Fernandes, subestimou-se a radical impossibilidade utópico-revolucionária da dominação burguesa na periferia [...] não teve capacidade de percebê-lo, talvez por um excessivo economicismo e por não ter centrado nunca a teorização em torno das formas de Estado que a dominação periférica requer para a sua realização.

No caso de Celso Furtado, intelectual cujo destaque é inquestionável, haverá um reconhecimento dos aspectos sociais e políticos, no momento em que se presencia a ineficácia do desenvolvimento efetivo do capitalismo industrial para resolver os problemas sociais. Pouco antes do golpe de 1964, Furtado identificava os limites do desenvolvimento econômico na periferia, assim como os limites das teses desenvolvimentistas, percebendo que os entraves à melhoria das condições sociais estavam, em grande medida, na percepção das forças sociais:

Quando, já em começos dos anos 60, tomei consciência de que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes, compreendi que muitas águas ainda teriam de correr para que emergisse uma sociedade moderna no Brasil. (FURTADO, 2007, p. 20).

Percebia Furtado (2007), assim como já percebia Florestan Fernandes (2008; 2010), que a burguesia brasileira, mesmo a sua fração industrial, tendia a aliar-se não com os setores comprometidos com as lutas sociais, com as lutas operárias e/ou populares, mas sim com o latifúndio, e também com o capital dos países centrais, comprometendo o pressuposto fundamental para se alcançar um desenvolvimento econômico que resultasse na melhoria das condições de vida, a autonomia nacional. O golpe de 1964 deixará evidente essa “postura” da burguesia:

A produção capitalista foi se consolidando no Brasil ao longo dos anos 50, e frustrando as expectativas daqueles que esperavam colher os prometidos frutos sociais do desenvolvimentismo. Os desníveis sociais, ao invés de desaparecerem ou diminuírem, acabaram se ampliando, conforme mostravam os estudos sobre concentração de renda [...] Tornava-se evidente que o principal efeito da industrialização capitalista era a valorização do capital e não exatamente o “progresso” e o bem estar social de toda a coletividade. Aliás, com o golpe militar de 1964 ficava demonstrado que o avanço da acumulação poderia traduzir-se até mesmo na deterioração das condições de vida dos trabalhadores, dependendo da correlação de forças entre capital e trabalho. (MANTEGA, 1987, p. 76).

É importante mencionarmos que a melhoria das condições de vida da população brasileira só é possível, para Furtado, na medida em que se concretize a possibilidade de direcionar o desenvolvimento econômico para beneficiar a população mais carente. Esse direcionamento só é viável na medida em que se conquista a autonomia nacional, superando os elementos da subordinação. Dessa forma, a “questão social” é inseparável da conquista da autonomia nacional.

## **2.2 – Neodesenvolvimentismo: o contexto**

O contexto de emergência do atual modelo de desenvolvimento é radicalmente distinto do período do nacional desenvolvimentismo. Se no último tínhamos ainda perspectivas de um desenvolvimentismo de cunho nacionalista, com fortes empresas nacionais, somado com um movimento operário com capacidade organizativa e combativa que tinha ainda no horizonte a luta pela superação do capitalismo, muito devido ainda à existência de um polo, comandado pela União Soviética, oposto ao capitalista, este cenário se altera radicalmente na década de 1960, principalmente para o Brasil e demais países da América Latina. Os golpes militares em diversos países irão impossibilitar a ação dos movimentos anticapitalistas, através da forte repressão tratarão de exterminar qualquer movimentação em benefício do socialismo, esta é uma das características do golpe de 1964 no Brasil e o de 1973 no Chile, por exemplo. A queda da União Soviética é outro marco profundo para os que tinham a perspectiva da superação do capitalismo, perdia-se o referencial de oposição, o mundo agora assistia a hegemonia dos Estados Unidos sem nenhuma potência para lhe fazer oposição, tratava-se, diziam alguns, do “fim da história”, do momento em que se chegava a um modelo definitivo de organização da economia, da política e da sociedade. O que mencionamos acima guarda profundas relações com a crise capitalista inaugurada na década de 1970, de proporções mundiais, a saída para essa crise de superprodução será de um rearranjo das formas de produção e de uma política que vise, a qualquer custo, garantir que esta nova forma de produção e acumulação ocorra, estamos falando do neoliberalismo.

O capitalismo, em sua forma neoliberal, suplanta todas as visões alternativas, reduzindo o processo de “globalização” a, somente, expansão das práticas neoliberais por todos os continentes, aos países não desenvolvidos restava a opção de se adaptar (CHESNAIS, 1996).

Este é o período em que emerge o neodesenvolvimentismo: 1) crise dos movimentos, dos partidos políticos e das organizações anticapitalistas; 2) hegemonia dos Estados Unidos; 3) reestruturação produtiva e neoliberalismo desencadeado pela crise da década de 1970.

### 2.2.1 – *Neodesenvolvimentismo: macroeconomia como estratégia e abandono da autonomia nacional*

Enquanto teoria, o novo-desenvolvimentismo não pode ser entendido desvinculado de dois processos: o primeiro se trata do declínio do ideário e das políticas do nacional desenvolvimentismo, o que provocou significativas reformulações; o segundo se refere – atrelado a reformulação teórica – a pretensão de tornar os países dependentes agentes participantes da “globalização”, em outras palavras, em impulsionar a participação dos países periféricos no mercado internacional (SAMPAIO JR., 1999, p. 40).

Quanto ao primeiro aspecto é necessário mencionar que com o declínio do antigo desenvolvimentismo emergem as teses “revisionistas” da CEPAL de inspiração neo-estruturalista, que possuem a característica marcante de enxergar na associação com o mercado mundial – mesmo sob a condição de dependente – vantagens significativas para o desenvolvimento do capitalismo no país:

A avaliação de que a ordem internacional emergente abria importantes nichos de mercado para os produtos oriundos da periferia levou-os a adotar um receituário que defendia a inserção dinâmica das economias periféricas no sistema capitalista mundial. (SAMPAIO JR., 1999, p. 40).

Assim, o que se busca agora não é mais construir uma “vontade política” em torno do controle social do processo capitalista como queria o nacional desenvolvimentismo, mas sim se adequar aos ditames no mercado mundial para se inserir no sistema nacional, dessa forma,

Em vez de adequar o modo de organização da economia e da sociedade à necessidade de colocar a acumulação de capital a serviço do desenvolvimento nacional, o neo-reformismo da CEPAL passou a defender a necessidade de subordinar o arranjo econômico e social às exigências de uma reinserção dinâmica no comércio internacional. (IDEM, p. 43).<sup>21</sup>

Adotaremos a diferenciação proposta por Bastos (2012) sobre as novas teses desenvolvimentistas: o neodesenvolvimentismo (ou, como prefere o autor, novo-desenvolvimentismo) e o social-desenvolvimentismo. O primeiro se restringe a uma política macroeconômica que propicie o aumento das exportações industriais, da participação das empresas internas no mercado mundial (BASTOS, 2012, p. 788). Já o segundo, o praticado pelos governos petistas, se distingue pela “[...] ênfase no mercado interno e no papel do Estado para influenciar a distribuição de renda e a alocação dos investimentos” (IDEM, p. 794). Dessa forma, “Tal fato põe em questão a eleição do “social” como o próprio elemento

<sup>21</sup> Cf. também Carcanholo (2010).

ativador do desenvolvimento capitalista pretendido.” (IDEM, p 795). Ressaltamos que tal diferenciação só é realizada aqui por conta da didática, pois a política macroeconômica proposta pela teoria neodesenvolvimentista é aplicada pelos governos petistas – que são associados ao social-desenvolvimentismo –, isso na medida em que se vê um efetivo comprometimento com a estabilidade fiscal e com o incentivo a expansão das empresas internas (BOITO JR. 2012; SPOSITO e SANTOS, 2012). Portanto, há uma imbricação entre a macroeconomia neodesenvolvimentista e o social-desenvolvimentismo. De qualquer forma, nos parece que a suposta preocupação com o “social” que pretendemos analisar é mais presente no discurso do social-desenvolvimentismo. Quanto ao outro aspecto que faz parte de nosso estudo, a saber, a autonomia nacional, ela deixa de ser pauta de ambas as formulações.

As características do revisionismo exposta acima estarão presentes nas formulações do neodesenvolvimentismo. É significativo que, enquanto teoria, o ponto de partida dos defensores do neodesenvolvimentismo no Brasil é o de se diferenciar e se opor ao neoliberalismo, o que nos faz lembrar o emergir do nacional desenvolvimentismo quando se colocava como alternativa à teoria econômica e as políticas liberais de inspiração neoclássica. As diferentes correntes e institutos serão categóricos ao afirmarem a sua oposição a teoria e a política neoliberal.

A teoria neodesenvolvimentista no Brasil emergiu em universidades e institutos como: Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Instituto de Economia da Universidade de Campinas; Instituto de Economia da UFRJ e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (MATTEI, 2011; CARNEIRO, 2013). Sem ter o objetivo de diferenciar os fundamentos econômicos de cada instituto e de seus intelectuais, identificaremos os aspectos que os unificam, formando assim um conjunto de ideias comuns que o caracteriza. E mais do que qualquer outro elemento, o que os assemelham é a identificação teórica com as teses keynesianas e desenvolvimentistas:

O novo desenvolvimentismo é um “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional. É a alternativa à ortodoxia convencional que vem se desenvolvendo na América Latina desde o início dos anos 2000, com a participação dos economistas keynesianos e economistas do desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 17).

E a pretensão de ser uma alternativa ao fracasso das políticas neoliberais e suas consequências sociais:

O debate sobre o desenvolvimento retomou seu espaço na agenda pública em todo o mundo e, mais particularmente, na América Latina, devido a dois

fatores básicos: o fracasso das reformas políticas e econômicas das duas últimas décadas do Século XX propostas pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e o grave problema social decorrente da exclusão de milhões de pessoas do acesso aos mercados (trabalho, de bens, etc.) e aos serviços básicos, como saúde, educação, habitação e saneamento. (MATTEI, 2011, p. 8).

Portanto, trata-se de uma teoria que se distingue da ortodoxia convencional<sup>22</sup> e emerge do “fracasso” das políticas inspiradas pela ortodoxia econômica. Assim, ela possui dois objetivos gerais: 1) ser uma estratégia, que visa o crescimento econômico, alternativa à política econômica ortodoxa que inspira o neoliberalismo e ao antigo desenvolvimentismo; 2) corrigir os problemas sociais gerados pelas políticas neoliberais.

A diferenciação entre o neodesenvolvimentismo e o nacional desenvolvimentismo inclui os seguintes aspectos: o primeiro é crítico quanto ao protecionismo praticado pelo segundo, pois impedia o avanço tecnológico e a competitividade das empresas nacionais; diferente do antigo desenvolvimentismo que mesmo com o protecionismo praticado não conseguiu fazer com que as empresas privadas nacionais alcançassem patamar de competitividade internacional, no atual desenvolvimentismo as empresas privadas internas – principalmente os setores produtivos – devem ser estimuladas para melhorar sua competitividade e inserção internacional.

Em relação ao papel do Estado também há significativa diferença. Se no antigo desenvolvimentismo o Estado assumia um papel central como um agente interventor, atuando quase como um empresário, na teoria do novo-desenvolvimentismo as suas funções serão outras: a) regular a economia estimulando e direcionando o mercado e o sistema financeiro rumo ao desenvolvimento produtivo e não aos investimentos especulativos; b) realizar a gestão pública de forma eficiente e com responsabilidade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade da indústria e que melhorem sua inserção no mercado internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, que reduza as desigualdades de renda (MATTEI, 2011, p. 11).

Em teoria, tal postura do Estado, assim como alguns pressupostos mencionados sobre o neodesenvolvimentismo – como regular a economia, privilegiar a indústria e os investimentos produtivos ao invés dos especulativos, entre outros – se diferencia do

---

<sup>22</sup> Ortodoxia convencional é a categoria atribuída por Bresser-Pereira (2010, p. 26) para designar “/.../ o meio pelo qual os Estados Unidos, no nível das políticas e instituições econômicas, expressam sua hegemonia ideológica sobre o resto do mundo e principalmente sobre os países em desenvolvimento dependentes que carecem de nações suficientemente fortes para desafiar essa hegemonia, como tradicionalmente tem acontecido com os países latino-americanos”.

neoliberalismo. Isso quando se entende o neoliberalismo da maneira como o entendem os defensores do neodesenvolvimentismo, a saber, recorrendo a uma passagem de um dos principais teóricos do novo-desenvolvimentismo:

A ortodoxia convencional se altera no decorrer do tempo. Desde os anos 1980, ela tem sido identificada com o “Consenso de Washington” [...] O Consenso de Washington é, na verdade, a forma efetiva que a ideologia neoliberal e globalista assumiu no nível das políticas econômicas recomendadas para os países em desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 25).

Tratando o neoliberalismo somente como uma ideologia que tem por base a ortodoxia convencional, como a denomina Bresser-Pereira, é possível que se elabore uma estratégia de desenvolvimento alternativa, que se diferencie da ortodoxia praticada pelos neoliberais, principalmente em relação ao papel do Estado:

Na medida em que a ortodoxia convencional é a expressão prática da ideologia neoliberal, ela é a ideologia do mercado contra o Estado. Enquanto o novo desenvolvimentismo deseja um Estado forte e um mercado forte e não vê nenhuma contradição entre eles, a ortodoxia convencional deseja fortalecer o mercado enfraquecendo o Estado, como se as duas instituições fossem parte de um jogo de soma zero. (IDEM, p. 26).<sup>23</sup>

A associação entre mercado e Estado proposta pela teoria do novo-desenvolvimentismo, que em tese se diferencia do neoliberalismo, se dá, concretamente, no impulso fornecido pelo Estado à expansão das empresas internas, visando fortalecer sua participação no comércio internacional. A estratégia neodesenvolvimentista se reduz a criar um ambiente macroeconômico propício à expansão das empresas internas. Perde-se, nessa formulação teórica, qualquer semelhança com o nacional desenvolvimentismo. Enquanto o último pretendia, acima de tudo, conquistar a autonomia nacional e conduzir a acumulação de capital de acordo com as necessidades da população, o neodesenvolvimentismo reduz o conceito de nação, de autonomia, apenas à capacidade de o Estado controlar as taxas de câmbio e demais mecanismos macroeconômicos:

O novo desenvolvimentismo vê a nação como uma sociedade nacional, com um sentido de destino comum e de solidariedade *quando compete internacionalmente*, como o ator fundamental que define uma estratégia de crescimento. Vê como a instituição fundamental para esse crescimento a estratégia nacional de desenvolvimento, *que cria incentivos para os empresários inovarem e investirem*. Dá prioridade aos setores exportadores e

<sup>23</sup> Veremos no capítulo seguinte que o neoliberalismo não pode ser reduzido somente a práticas de governos e a uma ideologia. O neoliberalismo atende as necessidades vitais do capital em sua crise estrutural.

a setores caracterizados por um alto valor agregado per capita, ou seja, setores com alto conteúdo tecnológico ou de conhecimento” (IDEM, p. 31. Grifos nossos).

O conceito de nação é distinto do formulado pelo nacional desenvolvimentismo; agora é reduzido à elaboração de estratégias macroeconômicas – principalmente em relação às taxas de câmbio – que visam a inserção de empresas internas no mercado mundial. Não se questiona mais a relação centro-periferia, ou a condição de dependência, pretende-se, apenas, fortalecer setores estratégicos para competir internacionalmente.

A condição de dependência, de subalternidade, que efetivamente impossibilitou a realização da perspectiva do nacional desenvolvimentismo, agora é tratada com positividade e capaz de impulsionar o desenvolvimento brasileiro. O neodesenvolvimentismo deixa de questionar, pois vê como aliado, o aspecto que impede a real possibilidade de concretizar a utopia da superação da condição periférica.

### **2.3 – O “social-desenvolvimentismo”: o social como o “eixo” do desenvolvimento**

O ano de 2013 foi de comemoração para o Partido dos Trabalhadores (PT), exaltava-se o fato de o partido ter completado dez anos na liderança do governo. Comemorava-se também um cenário de dez anos de supostas práticas políticas opostas às neoliberais do governo antecessor liderado pelo PSDB, assim também como comemorava-se um novo modelo de desenvolvimento. Nas publicações dessa comemoração encontramos argumentos que vinculam o neodesenvolvimentismo ao governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores e sua prática política. Em documentos como *O Decênio que mudou o Brasil* e obras como *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* encontramos o conceito *desenvolvimentismo* – que em 2013 já deve ser acrescentado o prefixo “novo” – e de *pós-neoliberalismo* – conceito formulado em meados da década de 1990 encontrado principalmente nas obras de Emir Sader (2009). Fica evidente nos textos dos intelectuais petistas – Sader é um deles – a associação do desenvolvimentismo proposto e praticado pelo governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores como uma política econômica superadora, ou que difere substancialmente, do neoliberalismo. Vejamos o que diz o documento petista:

O projeto neoliberal representou a internalização de um ideário originado e praticado por governos como na Inglaterra (Margareth Thatcher, 1979 -90), nos Estados Unidos (Ronald Reagan, 1981-89) entre outros de idêntica inclinação política ideológica. (O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL, 2013, p.9).

E a alternativa *desenvolvimentista* de Lula/Dilma:

Na contracorrente dos governos neoliberais emergiu o projeto desenvolvimentista que desde 2003 ousou inverter as prioridades até então perseguidas. Assim, para que houvesse crescimento sustentável da produção nacional, a distribuição da renda se tornou o imperativo nacional. E, com isso, a possibilidade de viabilizar o projeto de Brasil para todos, cujo processo de inclusão social se transformou em mola propulsora da economia. (O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL, 2013, p. 13).

Os pressupostos ficam mais evidentes quando analisamos textos e dados fornecidos por autores estritamente ligados ao governo petista, como Aloizio Mercadante que exerceu o cargo de Ministro da Casa Civil no segundo mandato de Dilma Rousseff<sup>24</sup> e Nelson Barbosa que comandou a pasta do Planejamento – e no final de 2015 assumiu o Ministério da Fazenda. A passagem abaixo com os dados fornecidos por Mercadante enfatiza a influência que a teoria neodesenvolvimentista exerce sobre a política econômica por pretender superar o neoliberalismo e pela característica social dada ao modelo:

O programa de governo procurava articular três eixos: o social, o democrático e o nacional. Orientando para promover a inserção internacional soberana do Brasil, propugnava por uma ruptura com as políticas neoliberais, que já mostravam desgaste profundo em toda a América Latina. Essa ruptura envolvia mudanças estruturais do país. Outra parte das mudanças estruturais visava constituir um novo padrão de desenvolvimento, tornando, como já dissemos, o social o eixo estruturante do crescimento econômico. (MERCADANTE, 2010c, p. 3).

No entanto, segundo o autor, tal modelo econômico não conseguiu se efetivar de imediato com a eleição de Lula em 2002, devido às incertezas geradas pela vitória do candidato petista, foi necessário dar continuidade a políticas econômicas oriundas do governo de Fernando Henrique Cardoso e optar por uma transformação gradual ao invés de uma ruptura (IBIDEM).

Contudo, já no segundo mandato de Lula a política neodesenvolvimentista consegue se estabelecer, e nos parece que com o primeiro mandato de Dilma Rousseff ela se concretiza, tanto que a passagem abaixo de Mercadante (2010a, p. 43) evidencia a concretização do projeto neodesenvolvimentista, e mais, de ser o social, como o entendem os (neo)desenvolvimentistas, o eixo da estratégia:

Estabelecemos outra diretriz fundamental: a construção de um mercado de consumo de massas. À medida que reduzimos a vulnerabilidade externa, a fragilidade fiscal, e mantivemos a estabilidade da economia, criamos

---

<sup>24</sup> Mercadante durante a crise econômica e política que marcaram o ano de 2015 foi direcionado para o Ministério da Educação.



condições para construir um mercado de consumo de massas. *Esta era a grande diretriz econômica do nosso governo: criar um mercado interno forte, um mercado de massas.* Com isso, tiramos 20 milhões de pessoas da pobreza, conseguimos aumentar consideravelmente a população ocupada, geramos 7.700.000 postos de trabalho, aumentamos a massa salarial em 16,8%, o salário mínimo real cresceu 38,6%, o consumo das famílias em 37,1%, quer dizer, desenvolvemos um ritmo chinês de crescimento. (Grifo nosso).

Para o autor a consolidação do mercado interno de massas é um dos elementos que iria diminuir a fragilidade do país diante da crise internacional que eclodiu em 2007:

O Brasil tem um mercado interno de massas que está se consolidando e um sistema financeiro sólido, condições para resistir a crise [...] E nós poderemos sair [da crise] sustentadamente, aprofundando o modelo de mercado de massas, de inclusão social, mantendo a marca da sustentabilidade ambiental, um diferencial que o Brasil não pode perder, especialmente na cúpula de Copenhague, porque as exigências vão ser muito mais rígidas na área ambiental. (MERCADANTE, 2010b, p. 126).

Torna-se mais clara a adesão do governo e de suas práticas políticas ao ideário social-desenvolvimentista, principalmente no aspecto da efetivação de uma demanda, da criação de um mercado consumidor interno. Este parece ser o eixo sobre o qual emerge a possibilidade das políticas econômicas neodesenvolvimentistas, tornando-se até o mecanismo principal de proteção do país diante da crise econômica de 2007.

Nelson Barbosa (2013) tem acordo com Mercadante, quando questionado sobre as consequências da crise econômica para o Brasil, Barbosa também aposta no mercado interno:

Do ponto de vista de longo prazo, o país continua tendo um grande potencial de crescimento com base no seu mercado interno. Continuamos tendo um grande potencial de aumento de investimentos, de aumento de produtividade e de integração de mais pessoas no mercado de consumo de massa, no mercado de trabalho e no mercado de crédito, que é o que conta para o futuro da nossa economia. (BARBOSA, 2013).

Os neodesenvolvimentistas ligados diretamente ao governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, como Barbosa, por exemplo, ressaltam que mais do que uma estratégia puramente macroeconômica – como definiu Bresser-Pereira, como vimos – a estratégia de desenvolvimento realizada pelos governos Lula e Dilma *tem como finalidade o bem-estar social, considerando os instrumentos macroeconômicos como um meio e não um fim.*

Então temos que reindustrializar o Brasil? Sim, temos que reindustrializar o Brasil. Temos que ter inflação baixa e estável? Sim, temos que ter inflação baixa e estável. Mas reindustrialização e controle da inflação tem que ser

compatíveis com o aumento do bem-estar da população. O instrumento não é o fim, ter uma indústria que represente 20% do PIB é um instrumento para melhor bem-estar da população. Ter um resultado primário de 2% do PIB é um instrumento para melhorar a qualidade de vida da população, não é um fim em si mesmo. Às vezes, no debate macroeconômico, meios e fins ficam misturados. (BARBOSA, 2013).

Barbosa passa a ideia de que potencializar o mercado consumidor interno – que é uma forma economicista de tratar a “questão social” – também se trata de um instrumento para um fim que é o crescimento econômico e a proteção possível do país diante das oscilações do capitalismo em crise. Esta forma de pensar, que encontra sua síntese: “os pobres e os trabalhadores são solução e não problema”, frase pronunciada por Lula (apud, BARBOSA, 2013), torna possível associar as políticas neodesenvolvimentistas com “um projeto mais próximo dos ideais trabalhistas” (IBIDEM). Mas que também busca articular os interesses dos financistas e dos rentistas, mesmo em se tratando de interesses conflitantes:

Então, no Brasil, você tem esses três grandes polos de interesse [produtivistas, rentistas e trabalhadores] brigando com propostas diferentes de política econômica. Nos últimos anos os governos do presidente Lula e da presidente Dilma têm tentado administrar esses interesses conflitantes em torno de um projeto de desenvolvimento que seja bom para a maioria dos trabalhadores. (BARBOSA, 2013).

Com a tentativa de estabelecer um novo consenso, a estratégia política do neodesenvolvimentismo tende a rejeitar as polarizações entre financistas, industrialistas e trabalhadores: “Acontece que às vezes as coisas ficam disfarçadas e nebulosas por conta da mídia, que quer estabelecer um Fla x Flu. Mas o sucesso depende da construção de consenso, não de um Fla x Flu, e isso acaba prejudicando.” (BARBOSA, 2013). Dessa forma, na prática política pretendida pelos neodesenvolvimentistas não há uma oposição entre rentistas e produtivistas – como pensa, por exemplo, Boito Jr. (2012) que veremos com detalhes no último capítulo – mas a ilusão de se conciliar os interesses conflitantes de modo a proporcionar supostos ganhos para os trabalhadores.

Demonstraremos no tópico seguinte as características do Estado no neodesenvolvimentismo, de modo a compreender as funções por ele desempenhadas. Em seguida analisaremos o processo de internacionalização das empresas internas demonstrando que independentemente da política econômica adotada, essas empresas, por estarem localizadas em um país da periferia do sistema, em concorrência com os capitais centrais, não impulsionam o desenvolvimento – econômico e social – nas mesmas condições que as

empresas oriundas dos países centrais. Elas não contam com um Estado com as características do imperialismo de modo a potencializar a sua expansão a todos os cantos do planeta.

#### 2.4 – O Estado no neodesenvolvimentismo

O neodesenvolvimentismo enquanto proposta de política econômica é, segundo seus defensores, o reconhecimento da importância do Estado como promotor do crescimento econômico<sup>25</sup>. O grau de intervenção do Estado no modelo petista, em relação ao nacional desenvolvimentismo praticado no Brasil, principalmente na década de 1950, já foi tratado acima. O que nos interessa neste momento, é identificar de que modo e em qual conjuntura, as ações do Estado no Brasil coevo cumprem as funções basilares de um Estado no sistema do capital.

A teoria neodesenvolvimentista atribui algumas características ao Estado. Dentre elas estão: 1) políticas que visam superar e defender o país do cenário inaugurado pela crise iniciada em 2008; 2) estimular a inserção internacional do país, ou seja, das empresas internas; 3) o aspecto social, a pretensão de direcionar o Estado para reduzir a pobreza e as desigualdades (MATTEI, 2011).

Os três aspectos fazem parte do discurso oficial do governo neodesenvolvimentista, assim como dos intelectuais defensores desta política econômica. O nosso objetivo, nas linhas abaixo, é identificar em qual medida e de que forma essas políticas são colocadas em prática pelo Estado neodesenvolvimentista. Em primeiro lugar, é necessário levantar a hipótese de que a emergência do Estado neodesenvolvimentista se deve a conjuntura imposta pela crise econômica iniciada em 2007. Momento em que os Estados foram reconhecidos como elemento importante para amenizar os efeitos da crise, ao contrário das políticas inspiradas pela ortodoxia econômica. Em seguida analisaremos a forma como foi conduzida a política de expansão e internacionalização das empresas internas e no capítulo IV destacaremos como o Estado neodesenvolvimentista enfrenta a “questão social”<sup>26</sup>.

O que já sabemos sobre as características inerentes do Estado no sistema do capital – ou seja, a necessidade de corrigir as separações entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*, assim como o papel do Estado “administrador de crises”, e

<sup>25</sup> Ao ponto do líder do governo na Câmara dizer as seguintes palavras ao tratar da escolha de Nelson Barbosa para substituir Joaquim Levy no Ministério da Fazenda: “Ajuste por ajuste não mais. Ajuste para retomar o crescimento. O Brasil não precisa no momento de mais mercado, mas de mais Estado. Não haverá retomada se ficar só nessa história do ajuste.” *Folha de São Paulo*, 22 de dezembro de 2015, p. A17.

<sup>26</sup> A “questão social” será analisada e precisada no último capítulo deste trabalho. Além de ela ser o foco principal deste trabalho, outros elementos como o neoliberalismo, a crise estrutural do capital e o desemprego crônico – temas do capítulo III – devem ser acrescentados para análise da “questão social” no período neodesenvolvimentista.

sua característica de dependente no caso brasileiro – serão os pressupostos para compreendermos a ação do Estado neodesenvolvimentista.

#### 2.4.1 – A crise de 2007 e o Estado “administrador de crises”

É possível identificar uma postura neodesenvolvimentista do Estado brasileiro a partir de 2006. Após o chamado escândalo do *mensalão*, Dilma Rousseff chega ao Ministério da Casa Civil e Guido Mantega substitui Palocci no Ministério da Fazenda. Para Emir Sader (2009, p. 86) essas alterações “[...] foram responsáveis por transformações que, embora sem rupturas, estabeleceram uma nova orientação [...]” ao governo, da mesma forma para Bresser-Pereira (2011): “A partir, porém, de 2006, já com Guido Mantega no Ministério da Fazenda e Luciano Coutinho no BNDES, o governo Lula começou a mudar a estratégia de desenvolvimento em direção ao novo desenvolvimentismo”.

Mais do que atribuir o emergir do neodesenvolvimentismo as alterações na composição do governo ou aos defensores do conceito, é necessário verificar quais as condições econômicas e políticas conjunturais que podem ter feito o governo “alterar” o seu rumo, resultando na classificação *neodesenvolvimentista*. Enquanto ambiente geral a crise econômica que se inicia em 2007 não pode ser descartada como um dos fatores determinantes do rumo neodesenvolvimentista assumido pelo governo (BARROS, 2012).

A conjuntura inaugurada pela crise iniciada em 2007 possibilitou que o debate sobre a intervenção do Estado na economia fosse retomado. Não por conta de uma doutrina econômica, mas simplesmente para fazer o Estado cumprir suas funções inerentes, como demonstramos através das análises de Mészáros e Mandel. Até mesmo as políticas do FED (Federal Reserve Bank) caminharam no sentido da intervenção estatal para tentar amenizar os efeitos da crise e retomar o crescimento econômico (IBIDEM).

A ação dos Estados em socorrer o mercado, principalmente o setor financeiro, ultrapassou as fronteiras norte-americanas fazendo com que o, na época, presidente da França, Nicolas Sarkozy, pedisse, “[...] em Paris, que sejam revistas as regras do capitalismo financeiro ‘o mais depressa possível.’ ” (SARKOZY, apud, COTRIM, 2011 p. 164).

O Brasil não ficou alheio ao “retorno” da intervenção estatal na economia. Pelo contrário, aderiu e reivindicou a necessidade de fortalecer a demanda para retomar o crescimento. Nessa direção, Dilma Rousseff em discurso na ONU em 2012 questionava as políticas aplicadas pelas “lideranças do mundo desenvolvido”, afirmando que elas “[...] não encontraram o caminho que articula ajustes fiscais apropriados e *estímulos ao investimento e à demanda indispensáveis* para interromper a recessão e garantir o crescimento econômico.”

<sup>27</sup>. Assim, o governo brasileiro assumia claramente uma posição em favor da intervenção estatal, em uma conjuntura em que até mesmo os países desenvolvidos e identificados com a ortodoxia econômica assumiam essa necessidade.

Contrariando a ortodoxia econômica praticada no período anterior a crise, os Estados atuaram em três frentes:

1) evitar a todo custo o colapso espetacular do sistema financeiro; 2) estimular a demanda agregada para combater a depressão; e 3) impedir reações nacionais que pudessem colocar em risco as bases da ordem global, levando à fragmentação do sistema capitalista mundial. (SAMPAIO JR., 2009a, p. 14).

O socorro ao mercado financeiro foi adotado por diversos governos, sendo o volume destinado ao salvamento, a grande novidade da crise:

[...] até o final de outubro de 2008 os maiores grupos financeiros do mundo já tinham recebido, sob a forma de injeção de liquidez e pacotes de resgate financeiro, um montante de recursos públicos equivalentes a quase U\$\$ 7 trilhões – valor igual a quase duas vezes o PIB anual da América Latina, mais de quatro vezes o PIB anual do Brasil. (SAMPAIO JR., 2009b, p. 121).

O Brasil aproveitou a onda intervencionista mundial para colocar em prática o neodesenvolvimentismo não como uma política voluntarista do governo, mas como um ilusório mecanismo de defesa dos impactos advindos da crise, portanto, uma necessidade do capital para reestabelecer as condições para a retomada do processo de acumulação. Acompanhando a conjuntura mundial, o Estado brasileiro também socorreu instituições bancárias, o exemplo mais significativo foi a aquisição das ações do banco Panamericano, o que gerou a ira de personagens conservadores como Reinaldo Azevedo<sup>28</sup>; ainda houve depósitos que chegaram a 160 bilhões para o socorro dos banqueiros<sup>29</sup>.

As políticas que emergem com maior fôlego em 2008, que caracterizam o neodesenvolvimentismo, são mecanismos de proteção, que procuram compensar a fuga de capitais, a queda dos investimentos e o declínio do comércio internacional, principalmente a queda da demanda e dos preços das *commodities*, devido à contração internacional. A resposta dos países latino-americanos foi a seguinte:

<sup>27</sup> Ver “Dilma critica os EUA e nega acusações de protecionismo”. *Folha de São Paulo*, 26 de setembro de 2012. (Grifos nossos).

<sup>28</sup> O Brasil de fato mudou; no governo FHC, banqueiro incompetente quebrava; no governo Lula, recebem socorro de banco oficial. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-brasil-de-fato-mudou-no-governo-fhc-banqueiro-incompetente-quebrava-no-governo-lula-recebem-socorro-de-banco-oficial/>.

<sup>29</sup> “Lula da R\$ 160 bilhões aos banqueiros, mas não negocia com o bancário”. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/7944>.

Para compensar a contração do crédito internacional, foram tomadas providências típicas com o objetivo de ampliar o financiamento dos exportadores e evitar que uma crise de liquidez paralise o funcionamento do sistema bancário, sem alterar os mecanismos que atrelam o sistema financeiro nacional ao sistema financeiro internacional. A fim de atenuar o impacto recessivo da contração do comércio internacional, foram anunciadas algumas tênues iniciativas destinadas a ampliar o gasto público e incentivar os gastos internos com consumo e investimentos, sem questionar o padrão de política fiscal e monetária que prioriza os interesses dos credores do Estado e da plutocracia rentista. (SAMPAIO, JR., 2009b, p. 132).

O fato de ser a política econômica neodesenvolvimentista uma resposta à crise é encontrado em argumentos dos próprios integrantes dos governos. Podemos exemplificar este argumento através de uma passagem do Ministro Nelson Barbosa (2013), quando evidencia as ações dos governos Lula e Dilma para enfrentar a crise:

Do lado dos bancos públicos, o governo também aumentou a dívida bruta para dar recursos ao sistema financeiro oficial. Isso ocorreu para combater os efeitos da crise de 2008. Houve uma contração muito grande da oferta de crédito. Para manter a economia rodando e sustentar o investimento, a União tomou recursos a taxas, a 10% ao ano, e emprestou esses recursos a uma taxa subsidiada ao BNDES, a 5% ao ano. Com isso o BNDES teve capacidade de aumentar sua oferta de crédito e sustentar o nível de atividade da economia.

Dilma Rousseff também assume que a política neodesenvolvimentista foi para combater a crise:

Nós esgotamos todos os nossos recursos de combate a crise. Trouxemos para as contas públicas e Orçamento da União os problemas que, de outra forma, recairiam sobre a sociedade e os trabalhadores. (...) Agora temos que usar outros instrumentos de combate.<sup>30</sup>

Portanto, existe um elo real associando a crise iniciada em 2007 com a política econômica neodesenvolvimentista. Os incentivos do BNDES às empresas internas, os acordos comerciais que facilitaram a internacionalização dessas empresas datam deste período, sendo 2008 o ano de referência (BOITO JR.; SPOSITO e SANTOS). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é de 2007, o Programa Minha Casa Minha Vida que deu novo fôlego para o setor da construção civil foi iniciado em 2009. E este tipo de ação do Estado não é nenhuma novidade em períodos de crise. Como vimos nas passagens de Mandel, o Estado é um “administrador de crises”, como tal ele age elaborando políticas para amenizar os efeitos das crises (MANDEL, 1985, p. 340).

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.msn.com/pt-br/dinheiro/economiaenegocios/esgotamos-todos-os-recursos-para-combater-a-crise-diz-dilma/ar-AA9Hci7?ocid=mailsignoutmd>.

Contudo, a administração de crises, por parte do Estado brasileiro, se dá na condição de dependente. Essa singularidade fará com que as suas possibilidades de administrar crises sejam ao mesmo tempo específicas, como também limitadas. Integrado a ordem global do capital, pouco espaço há para decisões autônomas na condução do processo de eventual retomada do crescimento. Devido ao processo específico de sua formação, como já demonstramos, os limites para estabelecer algum grau de autonomia suficiente para romper com a ordem global do capital em crise são evidentes:

Sem competitividade dinâmica para competir com as economias que possuem capacidade de inovação, sem competitividade espúria para disputar as indústrias que se deslocam para as regiões periféricas em busca de salários baixos e sem Estado organizado para afirmar a “vontade nacional”, as economias latino-americanas ficam extraordinariamente expostas às pressões que tendem a exacerbar a sua posição subalterna no sistema capitalista mundial. (SAMPAIO JR., 2009b, p. 134).

O trágico desfecho das políticas neodesenvolvimentistas que presenciamos no ano de 2015 – que ameaçam permanecer por 2016 –, não deixam dúvidas sobre a posição subalterna ocupada pelo Brasil no sistema capitalista mundial. A necessidade de se realizar ajustes para “acalmar” o mercado e assim criar um ambiente favorável para os investimentos externos marca o declínio do neodesenvolvimentismo e deixam evidentes os limites de qualquer possibilidade de “caminho próprio” como anunciou Marcio Pochmann (2014), entre outros. Basta o anúncio de rebaixamento da nota do país por uma agência de classificação<sup>31</sup> para criar um cenário de pânico geral, do qual a resposta do governo neodesenvolvimentista é o ajuste, derrubando a conta em cima dos setores que vivem do trabalho.

A dependência do capital externo que é oriunda da particularidade do processo de inserção do país nas relações capitalistas, da qual emergiu uma burguesia singular com incapacidade de romper com os vínculos externos, faz do Brasil um país que deve sempre se adequar às determinações externas do movimento do capital e criar as condições para receber os capitais estrangeiros<sup>32</sup>. Ajustes entendidos como inexoráveis é a forma para se adequar as determinações exógenas de modo a construir um ambiente favorável aos investimentos, no

---

<sup>31</sup> Ver, “Agência vê ‘falta de vontade do governo’”, Folha de São Paulo, quinta-feira, 10 de setembro de 2015, p. A17.

<sup>32</sup> Interessante é que até mesmo os setores da burguesia que foram beneficiados pelas políticas neodesenvolvimentistas com recursos do BNDES e/ou exonerações, lamentaram o rebaixamento da nota do país, atribuindo a culpa ao governo: “A perda do grau de investimento era previsível. O Brasil precisava fazer um ajuste fiscal e cortar gastos. Não fez nenhuma coisa, nem outra. E ainda apresentou um Orçamento para 2016 com previsão de déficit. O governo faz escolhas erradas e quem perde é o Brasil.” (SKAF, Paulo. Folha de São Paulo, quinta-feira, 10 de setembro de 2015, p. A17). Isso demonstra a falta de conexão entre os empresários e as políticas econômicas neodesenvolvimentista, e a dificuldade de se construir *frentes* políticas.

entanto, eles contrariam tanto a teoria neodesenvolvimentista – já que esta se pressupõe oposta a neoliberal – assim como setores governistas, alguns ligados ao próprio Partido dos Trabalhadores<sup>33</sup>.

Este resultado se deve à condição estrutural de dependência, mas também a um entendimento superficial da gravidade da crise<sup>34</sup>. As políticas neodesenvolvimentistas que visavam superar a crise foram realizadas sem se ter a plena certeza de que a economia iniciaria um novo ciclo de crescimento. O que é inquestionável é a imposição da socialização das perdas. Socialização dos prejuízos não é especificidade dos países dependentes, Callinicos, já havia notado em relação aos países centrais:

Os resgates bancários em massa e os estímulos fiscais adotados pelos Estados capitalistas líderes evitaram uma contração prolongada, mas aumentaram os déficits no orçamento em 5% da renda nacional nas economias avançadas. Isso levou a uma nova fase, a do mercado “recuperado” pela dívida da crise soberana – uma vez que os mercados financeiros resgatados se espelham nos Estados, cujos déficits foram definidos como insustentáveis, forçando a disseminação de medidas de austeridades, primeiro através da Europa, mas agora crescentemente nos Estados Unidos, também. (CALLINICOS, 2011, p. 24).

Assim se apresentam as consequências gerais da crise, agravadas pela condição de dependência. O movimento feito pelo Estado brasileiro ao propor políticas econômicas de cunho desenvolvimentistas, exonerando setores selecionados, salvando bancos e investindo na intenção de retomar o crescimento econômico, não foi mais do que “adiar” os efeitos da crise, como pensou Mandel. No momento em que o mercado internacional exigiu a estabilidade e políticas de austeridade para diminuir o déficit público e fazer do Estado uma instituição confiável para honrar suas dívidas, o Estado dependente brasileiro mostrou que não há qualquer margem interna de questionamento diante da ordem global do capital, apenas sucumbiu às suas exigências. A conta do Estado deficitário – deficitário, neste caso, por ter fortalecido os setores privados durante a crise – recai sobre o mais exaltado aspecto do período neodesenvolvimentista, o emprego formal – que veremos com atenção no IV capítulo. Sobrou para os trabalhadores pagarem a conta, através das políticas de ajustes que automaticamente resultam em desempregos e no corte de recursos destinados às áreas sociais.

---

<sup>33</sup> É significativo o documento elaborado pela Fundação Perseu Abramo, instituição historicamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, no qual realiza críticas à política de ajuste do segundo governo Dilma. Ver, “Entidades lançam projeto de desenvolvimento”, disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/entidades-lan%C3%A7am-projeto-de-desenvolvimento>. E “Fundação do PT critica ajuste de Dilma”, Folha de São Paulo, segunda-feira, 28 de setembro de 2015, p. A7).

<sup>34</sup> Para compreender a profundidade da crise de 2007 ver, Sampaio Jr (2009a; 2009b); Cotrim (2011); Callinicos (2011).



No entanto, os neodesenvolvimentistas ainda exaltam dois feitos: a política externa brasileira que impulsionou a internacionalização de empresas internas, elemento tratado pelos defensores do conceito como políticas de soberania nacional; e da melhoria das condições gerais da população brasileira. Analisaremos em seguida o primeiro aspecto.

## **2.5 – A inserção internacional das empresas internas: a “ofensiva” do capitalismo periférico**

Quanto à inserção internacional das empresas internas<sup>35</sup> o estímulo fornecido pelo Estado para tais empresas não pode ser descolado de seus determinantes históricos. O estudo de Sposito e Santos (2012) revela que a internacionalização dessas empresas passa por ajustamentos qualitativos e quantitativos ao longo do tempo até alcançar as condições necessárias para atuar no mercado internacional. O resultado da pesquisa dos autores é capaz de revelar a ação do Estado cumprindo suas funções, em particular o estabelecimento da unidade possível entre *produção e circulação*, em condição de dependência e o caráter da burguesia nacional.

Dividindo o estudo da internacionalização das empresas internas em períodos, podemos notar uma evolução da participação internacional dessas empresas e os diferentes estímulos estatais necessários para que tal expansão ocorra. As décadas de 1960 e 1970 marcam o início do processo de internacionalização das empresas internas (SPOSITO, SANTOS, 2012, p. 216). O Estado é o grande impulsionador de tal expansão, com o objetivo de “alterar a composição das exportações brasileiras, aumentar as receitas em moeda estrangeira, estimular o crescimento da produção industrial e reduzir a dependência sobre produtos primários” (IBIDEM). As políticas estatais para impulsionar a internacionalização são: cambiais, fiscais e creditícios, mas, sobretudo o programa Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (BEFIEEX), que se trata de isenções de impostos sobre importações com a condição de a empresa exportar pelo menos o dobro do valor importado (IBIDEM). Contudo, a internacionalização não se apresenta em grandes proporções devido à ausência de capacitação gerencial e de experiência internacional das próprias empresas.

---

<sup>35</sup> Optamos por esta terminologia em substituição ao que se entende por empresas nacionais. Na medida em que não é possível afirmar com garantias que, após a ampla circulação de capitais sem restrições, qualquer empresa seja composta somente por capital nacional, e nem saber – pelo menos dentro dos limites deste estudo – se o capital majoritário é nacional. O que sabemos é que tais empresas se localizam geograficamente no país e contam com os incentivos da política econômica implantada. Há certa semelhança com o conceito de *burguesia interna* de Boito Jr. (2012), contudo nos restringimos a utilizar a terminologia somente para nos referirmos às empresas e não a fração de classe como este mesmo autor.

Vale mencionar que, embora o impulso se encontre no Estado, o interesse das empresas em se internacionalizar ocorria por diferentes objetivos a depender de cada setor, contudo, o que se revela é a necessidade de expandir seus negócios já evidenciando, dependendo do setor, a limitação do mercado doméstico. Neste período a atuação internacional das empresas é focada na exportação, assim não se trata de adquirir plantas ou construção de escritórios no exterior (IDEM, p. 219).

Diante do exposto entendemos que o impulso inicial à internacionalização ocorre através do Estado e que se trata de uma política que visa a expansão de empresas que já encontram limites para a realização do seu valor no mercado interno – caso, sobretudo, das construtoras (IDEM, p. 224). Diferente da expansão das empresas multinacionais dos países centrais – que, por mais que se beneficiem de políticas estatais, buscam em sua internacionalização a conquista de novos mercados e formas vantajosas de extrair valor, transferindo ou inaugurando partes de sua estrutura física para os países dependentes, portanto, uma ação ofensiva – a internacionalização das empresas internas tem o objetivo, por parte do Estado dependente, de adquirir receitas em moedas estrangeiras para arcar com a dívida externa. Trata-se, portanto, de uma ação defensiva, que visa cumprir com os acordos assumidos diante da impossibilidade de um país dependente impulsionar o seu próprio desenvolvimento. Ora, não é novidade que o período que se inicia, principalmente, na década de 1950 e percorre toda a ditadura militar, é caracterizado por contração de enormes dívidas no exterior.

Por outro lado, o fato de já se apresentar alguns setores que identificam limites para realizar internamente seu valor<sup>36</sup>, faz com que o Estado cumpra a sua função que é a de estabelecer a unidade necessária entre *produção e circulação* – tal como apontamos no capítulo anterior. Como o capital é inerentemente expansivo, qualquer limite para a continuidade de sua reprodução deve ser superado, assim se entende a ação do Estado em promover condições para a realização do valor, se não for internamente que seja externamente utilizando os meios necessários para isso. Não é por acaso que, já neste período, a internacionalização das empresas internas apresenta a tendência de se direcionar para outros países da periferia do capitalismo. Os setores que serão beneficiados pelas políticas estatais do

---

<sup>36</sup> Marini (2014) já apontava a internacionalização das empresas brasileiras e a estratégia de expansão internacional do país como resultante dos limites do mercado interno, ou seja, por problemas de realização. Dizia Marini em 1974 respondendo aos críticos de sua teoria do *subimperialismo*: “Se relacionarmos essa expansão comercial [das empresas “brasileiras] com o dinamismo da estrutura industrial brasileira – que, como vimos, desfavorece as indústrias de bens-salários – e a incapacidade do sistema para incorporar as massas à produção e ao consumo, fica difícil entender o motivo de tanta resistência em admitir a existência de problemas de realização *no interior* da economia brasileira.” (MARINI, 2014, p. 34).

período serão os que estão em melhores condições de garantir as receitas em moedas estrangeiras, privilegiando as empresas que são as líderes em seus setores e com alguma capacidade concorrencial no mercado internacional, assim como as atividades financeiras (IBIDEM).

A década de 1980 não traz muitos elementos novos. Mas é possível perceber que mesmo em uma época crítica – pois foi a denominada “década perdida” – empresas internas demonstraram maior fôlego no processo de internacionalização. O objetivo, acima de tudo, por parte do Estado, ainda é o mesmo: “atrair divisas em moedas estrangeiras para cumprir os compromissos da dívida externa” (IDEM, p. 227). O Estado beneficiou empresas adotando barreiras não tarifárias e desvalorizando a moeda (IBIDEM). A novidade está no objetivo de as empresas buscarem, mais do que nas décadas passadas, a “expansão internacional como estratégia de crescimento” (IBIDEM). O cenário inaugurado pela “crise da dívida” que marcou a década de 1980 fez com que os investimentos estatais se reduzissem, e o processo inflacionário afetasse o consumo, neste período fica mais evidente que, da parte das empresas, o objetivo é expandir suas atividades para o exterior devido aos entraves impostos pela crise:

[...] A força primária do IED [Investimento Externo Direto] brasileiro está na necessidade de exportar, derivada tanto da recessão em casa como de níveis de produção além do que o Brasil pode absorver. As multinacionais brasileiras estão procurando no exterior não apenas por mercados, mas também por segundas bases” (WELLS, apud, SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 233).

Os autores explicam a opção das empresas por procurar “segundas bases”:

Em meio à crise da década de 1980, resultado do sucateamento do Estado desenvolvimentista, as companhias que atuavam em setores de bens de capital (Bardella, Villares) e autopeças (Metal Leve, Cofap) optaram pelo maior envolvimento internacional e pela utilização dos subsídios fiscais oferecidos pelo Estado, mediante acesso ao programa BEFLEX. Já o setor de engenharia e construção, com capacidade ociosa acima das possibilidades engendradas pelo mercado interno e com a impossibilidade de o Estado realizar grandes obras, apresenta um fortalecimento do movimento de internacionalização iniciado em década anterior, mediante expansão das empresas Andrade Gutierrez, Mendes Junior, Odebrecht e Queiroz Galvão. (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 234).

Na década de 1980 os investimentos brasileiros ocorreram majoritariamente nos países vizinhos, comprovando a tendência já apontada nas décadas anteriores. Importante mencionar que há uma queda nos investimentos externos das empresas do ramo industrial, se entre 1977 e 1982 a participação da indústria era de 16% do total de investimentos externos, no período

seguinte os investimentos industriais no exterior caem para 10% (IBIDEM). É possível que a queda se deva à entrada em maior número das multinacionais dos países centrais na década de 1970, a estratégia das multinacionais instauradas no país devido a crise dos anos 1980, foi, entre outras, a de expandir suas exportações, aumentando, portanto, a concorrência com as empresas internas. Soma-se a isso a alta taxa de juros praticada durante a década de 1980 que direcionou os investimentos tanto nacionais quanto internacionais para o setor financeiro (GONÇALVES, 2006, p. 66).

Outro aspecto relevante é a participação do setor financeiro brasileiro no exterior. Desde a década de 1970 os IEDs dos bancos nacionais são os líderes de investimentos, acima até da Petrobras. Tanto no período de 1960-70 quanto da década de 1980, o objetivo era realizar transações que arrecadassem moedas estrangeiras para o país, de modo a arcar com os compromissos das dívidas, e apoiar as empresas internas que inauguraram escritórios e expandiram atividades no exterior.

O que deve ser acrescentado ao que foi desenvolvido até aqui é a associação da internacionalização das empresas internas com o plano econômico global. Dizemos isso pelo fato de ser necessário compreender, também, por qual motivo os demais países permitem a entrada das empresas internas, principalmente países desenvolvidos como os Estados Unidos. Celso Furtado (1983, p. 186) já apontava para o fato de ser necessário que os países desenvolvidos abrissem relativamente seus mercados para os produtos oriundos dos subdesenvolvidos. Pois, devido à incapacidade de o mercado interno absorver a elevada produção das multinacionais aqui instaladas, a exportação seria uma das alternativas mesmo para o setor estrangeiro, sendo os países centrais destinatários de parte da produção:

Basta colocar-se este problema para dar-se conta de que a economia internacional encontra-se ante a alternativa de ter que abrir novos caminhos ou fazer face a uma crise profunda cujas consequências não seria fácil prever. Do ponto de vista das tendências estruturais, a linha de menor resistência parece estar na abertura dos mercados dos “centros” aos produtos manufaturados de tecnologia menos dinâmica da “periferia”. Restabelece-se, assim, em outras bases, o sistema de divisão internacional do trabalho, fundado nas vantagens comparativas: os países subdesenvolvidos absorveriam menos progresso tecnológico por unidade de investimento que os desenvolvidos, mas, podendo ter acesso a uma parcela crescente do mercado destes últimos, encontrariam condições para prosseguir com o desenvolvimento dependente. (FURTADO, 1983, p. 186).

Portanto, a expansão internacional das empresas internas deve ser vista, também, dentro do movimento do capital “globalizado”, de modo a facilitar os acordos comerciais

entre países e entre empresas, deixando clara a necessidade de abertura dos mercados tanto dos países dependentes como dos centrais – o que não quer dizer em condições iguais de concorrência.

A década de 1990 também apresentará – ao contrário do que pensam os defensores do “Estado mínimo” – a participação do Estado em propiciar condições para a expansão do capital. As políticas econômicas do período foram estabelecidas externamente pelo “Consenso de Washington”, de modo que a ação do Estado dependente brasileiro foi extremamente forte para se “adequar” aos pressupostos oriundos das necessidades expansivas dos capitais centrais. Assim, se por um lado os Estados dos países centrais favoreciam as suas grandes empresas para superar os limites dos mercados locais, buscando ambientes onde a extração de mais-valia poderia ocorrer sem grandes impedimentos, por outro, os países dependentes se valiam de um forte Estado para garantir que tal objetivo fosse alcançado, contribuindo para a expansão global do capital. A justificativa – encontrada nas falas dos presidentes Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso – era a de colocar o país na rota da modernização, superar os elementos de atraso e não perder o “bonde da história”<sup>37</sup>.

Introduzir o país nesse “bonde” significava, acima de tudo, inserir o país na “globalização”, adaptar-se aos padrões necessários para que o capital continuasse seu inerente movimento expansivo, trata-se, na verdade, da expansão das grandes empresas oriundas dos países centrais (CHESNAIS, 1996). A adaptação consiste, entre outros aspectos, na abertura e desregulação da economia e na reestruturação produtiva, aspectos que se enquadravam no que se convencionou denominar neoliberalismo. Dessa forma, os impactos cairão sobre as empresas internas e sobre os indivíduos que vivem do trabalho.

As ações do Estado brasileiro foram direcionadas a criar um ambiente favorável para a recepção de investimentos externos. O Estado brasileiro realizava a sua função de garantir a unidade entre produção e circulação de modo subordinado às políticas dos países centrais, pois eram os últimos que contavam com grandes somas de capitais líquidos para serem investidos. Os estados dependentes colaboram na medida em que abrem os seus mercados, justificando que tal abertura resultaria na modernização e na possibilidade de o país e suas empresas se inserirem no mercado internacional.

---

<sup>37</sup> Para Paulani (2008, p. 97) as políticas adotadas pelo governo FHC, colocaram o Brasil em um estado de “emergência econômica”, no qual qualquer “barbaridade” praticada pelo governo se justificava “em nome da necessidade de salvar o país, ora do retorno a inflação, ora da perda de credibilidade, ora da perda do bonde da história.”

Não é novidade que os investimentos estrangeiros aumentaram com a abertura comercial (GONÇALVES, 2006), o que deve ser investigado são as reações que as empresas internas tiveram neste período. Com a entrada quase irrestrita das empresas e do capital estrangeiros,

Os grupos locais adotaram uma estratégia de especialização setorial, principalmente em recursos naturais (*commodities*), de fortalecimento de produtos nos quais eram mais competitivos (*core business*) e de atuação na licitação e na compra de empresas públicas – concessão de serviços de utilidade pública. As EM [Empresas Multinacionais], ao contrário, por serem detentoras de tecnologias mais atualizadas, voltaram a fazer parte das estratégias de suas matrizes e avançaram em produtos de maior valor agregado. (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 236).

Identificamos a forte ação do Estado brasileiro em criar o seu próprio “enfraquecimento”. O Estado – via BNDES principalmente (BATISTA, 2002) –, promovia as licitações e o crédito para que empresas adquirissem parte de seu patrimônio e dos serviços que executava, impulsionando a expansão do capital, cumprindo sua função de superar impedimentos para a circulação de capital.

A internacionalização das empresas internas neste período foi favorecida. Ao procurar a especialização setorial, empresas que já eram líderes nos mercados locais intensificaram suas estratégias de internacionalização, apoiadas com recursos estatais, pois foi o Estado que criou as condições necessárias para a especialização e expansão de alguns setores, como mineração e siderurgia – casos das privatizações da Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional –, entre outros. A internacionalização das empresas internas também deveu-se ao aumento da concorrência interna devido à abertura do mercado brasileiro para o capital estrangeiro.

Em síntese, fica evidente a participação do Estado nos períodos mencionados de modo a impulsionar a expansão de capital, com o objetivo de superar os entraves causados pela ausência de unidade entre produção e circulação. Assim como também é evidente a condição de Estado dependente, submetido a determinações externas – seja para arcar com as dívidas resultantes da incapacidade dos setores internos de impulsionar autonomamente o desenvolvimento econômico, seja pela submissão ao “Consenso de Washington”, pelo qual o Estado brasileiro se colocava a serviço da expansão e acumulação dos capitais centrais.

### 2.5.1 – A internacionalização neodesenvolvimentista: a procura pela redução dos custos de produção

Alguns autores apontam uma diferença significativa entre as políticas do Estado neodesenvolvimentista e do Estado neoliberal. O primeiro teria uma postura ativa em beneficiar a expansão de empresas locais. De fato, houve um significativo aumento da participação das empresas consideradas brasileiras no exterior (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 244). No entanto, devemos compreender o significado da inserção internacional das empresas internas. Dois autores se destacam nas explicações para tal fato, Boito Jr. (2012) e Fontes (2010).

Para Boito Jr. (2012), o Estado dirigido pelo governo Lula – em seu segundo mandato – e suas instituições, em especial o BNDES, promoveram a inserção internacional de setores internos da economia brasileira:

O segundo governo Lula investiu muito na criação e no fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais, com programas especiais de crédito e de participação acionária, visando, inclusive, promover o investimento desses grupos no exterior. Tal política acarretou uma redefinição do papel do BNDES: de banco que financiava as privatizações nos governos FHC, foi convertido num banco estatal de fomento ao grande capital predominantemente nacional. No ano de 2008, quase todas as vinte maiores empresas brasileiras que atuavam no exterior contavam com a participação acionária do BNDES, através da BNDESPAR, ou de fundos de pensão das empresas estatais ou, ainda, com grande aporte de crédito e juros facilitados por aquele banco. (BOITO JR., 2012, p. 81).

Esse é um dos dados que permite ao autor afirmar que “O projeto econômico que expressa essa representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neodesenvolvimentista.” (IDEM, p. 68). O caminho que percorremos até aqui permite esboçar outros aspectos que, de certa forma, questionam o argumento do autor.

Como demonstramos, a internacionalização das empresas internas no Brasil tem suas origens na década de 1960. O grau de internacionalização dessas empresas se eleva com o passar dos anos e com as mudanças na economia mundial. É importante notar que das 20 maiores empresas que atuavam no setor externo no ano de 2008, 15 se valiam de capital do BNDES ou de fundos de pensão (BOITO JR., 2012, p. 82). Dessas, nove empresas já aparecem na lista das mais internacionalizadas em períodos anteriores<sup>38</sup>. Ainda, são sempre as

<sup>38</sup> Chegamos a essa conclusão ao confrontar os dados que constam na obra de Boito Jr. (2012) com os dados que constam em Sposito e Santos (2012).

empresas líderes em seus ramos de atuação, fato que demonstra que a internacionalização das empresas internas se trata de um processo, no qual a adequação as condições internacionais de mercado e as diferentes fases do capitalismo, assim como o limite do mercado interno, contribuem de forma definitiva para a concretização das atividades no exterior.

Dessa forma, não se pode simplesmente dizer que há uma *burguesia interna* dirigente durante os governos Lula pelo fato de essas empresas serem estimuladas pelo Estado a expandir suas atividades no exterior. Se a maior parte dessas empresas – 60% – já apresentavam grau de internacionalização em outros períodos, podemos supor que a fração de classe que a representa atuou e se beneficiou em diferentes governos, se valendo de diferentes formas de benefícios. Portanto, essas empresas, desde a década de 1960, aparecem ligadas a diferentes governos, não é, portanto, uma característica peculiar do neodesenvolvimentismo. Em uma palavra, o neodesenvolvimentismo não pode ser definido como a ascensão da grande burguesia interna no bloco do poder (BOITO JR., 2012, p. 72). O que nos leva a incluir outros elementos para compreender a expansão da internacionalização das empresas internas, que não seja a composição de uma frente política.

Fontes (2010) identifica outros elementos para explicar a atual expansão das empresas internas. Entendendo que se trata da inserção do Brasil no *capital-imperialismo* a autora chega a conclusões significativas sobre a inserção internacional dessas empresas, em particular em dois aspectos:

A primeira, a de assenhorear-se de *fontes de matérias* nos demais países do continente. Na segunda e que me parece mais indicativa, socialmente, da modificação em curso, trata-se da *exploração da força de trabalho em outros países*: não se trata mais de mera exportação de produtos, mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da expansão burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, aplicando no exterior as práticas que aqui conhecemos, tanto da parte das empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas. (FONTES, 2010, p. 339. Grifos da autora).

Fontes chega a essa conclusão depois de percorrer um longo caminho identificando o papel do Brasil no capitalismo contemporâneo e a característica dependente do país e de sua burguesia, evidenciando como as empresas internas se expandiram após a abertura dos mercados e os processos de privatizações e fusões com os capitais internacionais (FONTES, 2010, p 328; SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 236).

Alguns aspectos sustentam os argumentos de Fontes, neste sentido: o primeiro é o fato de a expansão das empresas internas se dirigirem, sobretudo à América Latina; o segundo é



que as motivações que justificam tal internacionalização são os entraves encontrados internamente. O primeiro aspecto é facilmente identificado: “[...] no ano de 2008, a América Latina ostentou a condição de principal localização dos investimentos brasileiros (46%), seguido pela Europa (21%), América do Norte (17%), Ásia (11%) e África (5%)” (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 259). Das empresas que dirigiram suas atividades para a América Latina, podemos identificar, entre outras, a Petrobras, a Vale, Votorantim e a Gerdau, empresas que lidam diretamente com recursos naturais, o que demonstra o interesse dessas empresas pelos recursos naturais dos países vizinhos.

As justificativas para a internacionalização das empresas contribuem para o fortalecimento da tese de Fontes, em seu segundo aspecto. A motivação das empresas internas para se internacionalizar são, em primeiro lugar, a saturação do mercado doméstico, e em seguida as políticas macroeconômicas adotadas que beneficiam os diversos setores. No entanto, o ponto decisivo é que a internacionalização dessas empresas, que se valem dos benefícios do Estado brasileiro, não se configura a partir de uma expansão oriunda de uma situação interna favorável que impulse os investimentos no exterior; ao contrário, trata-se de um “[...] movimento radicalmente diverso pelo qual as empresas deslocam produção para o exterior, não como um extravasamento de uma situação favorável, mas visando fugir de condições negativas de custos ou de acesso a recursos produtivos no país de origem.” (KUPFER apud, SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 271). É um movimento de internacionalização “às avessas”, segundo os autores, pois os investimentos externos dos grandes grupos internos, “[...] parece estar muito mais apoiado na necessidade de redução de custos de produção em função dos menores custos de mão de obra e insumos conseguidos em países com moedas menos valorizadas que o real brasileiro – a busca de eficiência”. (KUPFER, apud, SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 271).

Portanto os entraves são os custos internos de produção, leia-se alta carga tributária e a existência, ainda que flexível, de uma legislação trabalhista. A escolha de ser a América Latina a maior receptora de capitais oriundos do Brasil se deve a oportunidade de reduzir concretamente os custos de produção, burlando leis e superexplorando a força de trabalho em países mais vulneráveis. Alguns exemplos clareiam a nossa hipótese. A Odebrecht é um dos mais significativos: para conseguir licitações em países da América Latina, aproximou-se dos governos petistas, se beneficiando da política externa deste governo qualificada como de “integração regional” (GARCIA, 2013). As irregularidades das ações da empresa em países

como Equador e Peru foram amplamente divulgadas na mídia brasileira<sup>39</sup>, contam também irregularidades em suas atividades na Itália<sup>40</sup> e as conhecidas condenações na investigação *lava jato* no Brasil.

A atuação da empresa em dois países merece atenção particular: em Cuba e em Angola. No primeiro país a empresa é responsável pela construção do porto de Mariel, mas já está em seus planos a construção de uma fábrica de transformação de plásticos na região. Apoiada por capital estatal, via BNDES, a Odebrecht trabalha, para conseguir maior flexibilização das leis trabalhistas em vigor no país<sup>41</sup>, conta para isso com a atuação do governo brasileiro que, para além do financiamento, contribui com o discurso ideológico do acesso ao consumo, disse Lula em visita a Cuba em 2013: “Além de produzir, é bom ganhar um dinheirinho”, divulgando o “sucesso” que foi sua política no Brasil pela qual amplos setores ascenderam ao consumo<sup>42</sup>. Em Angola as denúncias de corrupção e de não cumprimento das leis são mais evidentes, devido ao grau de internacionalização que a empresa alcançou no país africano; ao tornar-se próxima do governo angolano se beneficiou de licitações suspeitas<sup>43</sup>. O ponto mais grave se deve a denúncias de trabalho análogo ao escravo nas unidades da Odebrecht em Angola<sup>44</sup>.

Revela-se, assim, que os objetivos da Odebrecht são os de se instalar em locais onde as leis e as legislações de trabalho sejam mais flexíveis e manipuláveis, reduzindo o custo de produção; além de se instalar em regiões estratégicas para a exploração de recursos naturais. As empresas que aumentaram sua participação no comércio internacional encontraram apoio do Estado neodesenvolvimentista na medida em que sua política exterior enfatiza a “integração regional”, como se essa fosse uma “cooperação externa” (GARCIA, 2013, p. 60).

A ofensiva do empresariado para conquistar redução dos custos de produção no Brasil é exemplificada pela aprovação da PL 4.330 na câmara dos deputados, na qual a terceirização e maior flexibilidade do trabalho tende a reduzir os custos com mão de obra em nome do aumento da produtividade, as políticas de ajustes do segundo mandato de Dilma Rousseff,

<sup>39</sup> Ver, por exemplo, *Odebrecht, uma transnacional alimentada pelo Estado*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1501>.

<sup>40</sup> CHADE, Jamil e SALOMÃO, Alexa. *Odebrecht é citada na Itália em caso de corrupção*. O Estado de São Paulo, sexta-feira, 6 de março de 2015, p. B3.

<sup>41</sup> MELLO, Patrícia Campos. *Odebrecht quer instalar fábrica em Cuba*. Folha de São Paulo, domingo, 26 de janeiro de 2014, p. A19.

<sup>42</sup> MARREIRO, Flávia. *Lula diz em Cuba que as pessoas ‘querem ter um dinheirinho’*, Folha de São Paulo, quinta-feira, 31 de janeiro de 2013, p. A16.

<sup>43</sup> Ver, *Brasil não controla corrupção de suas empresas no exterior, diz ativista*. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120917\\_odebrecht\\_angola\\_sub2\\_jf\\_ac](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120917_odebrecht_angola_sub2_jf_ac)

<sup>44</sup> Ver, *MP denuncia Odebrecht por trabalho escravo e tráfico internacional de pessoas*. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140616\\_mp\\_denuncia\\_odebrecht\\_jf](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140616_mp_denuncia_odebrecht_jf).

comandadas pelo Ministro da fazenda Joaquim Levy – seguidas por Nelson Barbosa –, são amplamente apoiadas pelo empresariado brasileiro, o que eles não aceitam é o aumento de impostos que encareceriam os custos de produção, mas sim a redução dos gastos do governo, o que quer dizer corte de gastos, sobretudo, sociais.

Em síntese, o Estado brasileiro age de forma a impulsionar a internacionalização das empresas internas de modo, acima de tudo, a superar os entraves internos que dificultam a expansão das atividades dessas empresas e em geral a expansão do capital. Trata-se de reduzir a inerente separação entre *produção e circulação*, na medida em que novos territórios e mercados são abertos para que o valor produzido se realize. No entanto, tal política estatal é oriunda de um país dependente, com uma burguesia de característica singular, assim a expansão não se trata de uma ofensiva impulsionada por condições internas favoráveis que busque competir mundialmente com empresas transnacionais; se trata de enormes grupos que obtendo, em diferentes momentos, apoio do Estado se tornaram líderes em suas atividades e direcionaram suas atividades majoritariamente para as regiões mais vulneráveis.

Algumas considerações podem ser feitas diante do exposto. De uma maneira geral se percebe o abandono da perspectiva de se alcançar a autonomia nacional na teoria e na prática neodesenvolvimentista. Este modelo procura estreitar os laços da economia brasileira com as demais economias, enxergando na globalização boas oportunidades, mesmo sob a condição de dependente. Isso reflete no apoio que o Estado deu à inserção internacional das empresas internas, que sempre expressou os objetivos de um Estado *subsoberano*.

O atual processo de internacionalização das empresas internas – a partir de 2008, principalmente – evidencia a pretensão do Estado brasileiro de impulsionar a expansão e a acumulação de capital de setores estratégicos da economia que encontram limitações internas – na realidade, os que apresentam melhores condições para isso –; mas não o faz de modo a disputar com os setores mais dinâmicos da economia mundial, o faz sobre os países que apresentam as condições sociais, econômicas e políticas mais vulneráveis contribuindo para agravar o quadro social dessas nações. Procurando romper os entraves internos para a expansão de seu capital, as empresas internas apoiadas pelo Estado neodesenvolvimentista, busca encontrar em outras nações condições sociais, econômicas e políticas, mais degradadas que as brasileiras, já que o pouco que resta de proteção social no Brasil se coloca como impedimento para aumentar a superexploração da força de trabalho.

### III – Neoliberalismo e crise do capital

Uma das pretensões do neodesenvolvimentismo é a superação do neoliberalismo. Dois pontos se destacam na diferenciação feita pelos defensores do neodesenvolvimentismo em relação ao modelo neoliberal: o primeiro ressalta a participação ativa do Estado na economia em contraste com o neoliberalismo de um suposto “Estado mínimo” e o privilégio dado ao mercado; o segundo é a ênfase nas questões sociais, diferente da predominância do discurso neoliberal em torno da estabilidade e, conseqüentemente, da política de ajustes, incluindo os cortes nas políticas sociais. Isso ao menos é o dizem os defensores do neodesenvolvimentismo

Como o neodesenvolvimentismo se propõe o desafio de instaurar um modelo que se distingue do neoliberal privilegiando os aspectos sociais via participação do Estado, é necessário verificar qual o potencial que o modelo neodesenvolvimentista possui – através de suas políticas – de superar as distorções sociais causadas pelo neoliberalismo. Para verificarmos essa suposta potencialidade, é necessário, em primeiro lugar, definir o neoliberalismo, procurando compreender quais os impactos sociais causados por este modelo, e, posteriormente, verificarmos em que medida as políticas neodesenvolvimentistas podem superar ou eliminar os danos sociais causados pelo neoliberalismo, como esperam os seus defensores.

#### 3.1 – Neoliberalismo: crise dos anos 70 e rearranjo do capital

O fato é que o neoliberalismo, tal como o conhecemos, só começa a emergir efetivamente a partir da década de 1970. É importante compreender uma gama de fenômenos para identificarmos os motivos do declínio das formas econômicas, sociais e políticas que precederam ao neoliberalismo. Em outras palavras, não é por simples acaso que presenciamos, no período citado, no mundo desenvolvido com maior intensidade, o declínio: 1) do modelo fordista de acumulação; 2) do ritmo intenso de acumulação dos “anos dourados” (HOBSBAWM, 2010); 3) do chamado Estado de Bem-estar social.

Portanto, o ponto de partida, para entendermos o que é/foi o neoliberalismo é resgatar alguns aspectos que indicam o declínio dos elementos citados acima, do qual a ofensiva neoliberal será resultado. Os anos 1970 são os que marcam a ascensão do modelo neoliberal como alternativa à crise econômica instaurada nessa década. Ao se levar em consideração um fenômeno como a crise dos anos 1970, é necessário compreender que a superação dessa crise se dá – e assim o foi pelo que denominamos neoliberalismo – por um *rearranjo da estrutura do modo de produção capitalista visando à possibilidade de se voltar a acumular como nos “anos dourados”*, entretanto, agora, a partir de uma base produtiva identificada como flexível

– contrária à rigidez fordista (HARVEY, 2010) – e a partir também da reestruturação do Estado no sentido de garantir meios para exploração da força de trabalho sem mais custos para o capital – como, por exemplo, flexibilização das leis trabalhistas e sindicatos mais dóceis nas negociações.

Assim, as condições para retomar um ritmo de produção e acumulação como nos anos do pós-guerra não eram mais as mesmas, principalmente pelo esgotamento do modelo que propiciava uma combinação entre produção e realização que resultava numa acumulação tão elevada. A crise instaurada na década de 1970 marca o esgotamento dessa combinação. Por isso Mandel (1990) recorre a uma passagem de Marx para a compreensão dessa crise, devido a esse autor ter percebido que

As condições da exploração imediata e as de sua realização não são idênticas. As primeiras apenas são limitadas pela força produtiva da sociedade; as outras, pela desproporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade (MARX. 1980 apud. MANDEL. 1990, p. 209).

Dessa forma, se percebe a não possibilidade encontrada pelas forças produtivas incorporadas pelo capital de realizar sua valorização, devido – entre outros fatores – a desproporcionalidade entre a capacidade de produção instaurada – intensamente aumentada pelo emprego das novas tecnologias acompanhadas pelas recentes formas de organização do trabalho – e a capacidade de realização desse valor no mercado. Vale uma passagem do artigo do professor Cotrim, com base em Mandel, para melhor compreender os impactos da crise sobre a produção

A modificação revelada em relação às anteriores – mesmo à de 1929 – a despeito de sua extensão, está fundada nas condições para o uso da capacidade instalada, já que sua produção, em função da concorrência e da expansão das forças produtivas sem capacidade correspondente de realização do valor produzido, limita, na radicalidade, sua plena ocupação: “Podemos deduzir uma não utilização quase permanente, para fins produtivos, de perto de um terço da capacidade instalada de produção nos Estados Unidos” (Mandel, 1990, p. 26, grifo do autor) – isso reflete bem o novo caráter da crise resultante da acumulação de capital. (COTRIM. 2011, p. 154).

Tal ociosidade de grande parte da capacidade produtiva instalada se manifesta no declínio do processo de produção de massa, caracterizado pelo período fordista, no qual era frequente a mediação do Estado na relação capital-trabalho promovendo acordos coletivos e políticas compensatórias típicas dos Estados de Bem-estar social, como assinala Teixeira (1996, p. 214):

A partir do final dos anos sessenta, esse modelo de acumulação entra em crise. De acordo com os teóricos da economia política da social-democracia, assiste-se, a partir de então, uma erosão crescente do compromisso entre capital e trabalho, da chamada “relação salarial fordista”.

Perceber essa modificação no processo de produção é fundamental para os nossos objetivos, pois, é exatamente como consequência da crise econômica e também do modelo fordista de produção e organização do trabalho, que emergirá a proposta neoliberal, que tem como fundamento uma *reestruturação da produção*:

A crise vem sendo enfrentada através de um processo de reestruturação produtiva, que se faz acompanhar de novas tecnologias, que permitem uma produção flexível capaz de satisfazer as novas exigências do mercado e, assim, criar condições para que a oferta de bens e de serviços possa acompanhar as mudanças de hábitos no consumo. Se, antes, no chamado modelo de acumulação fordista, as empresas produziam sem se preocupar com a demanda de mercado, a partir de então as mercadorias não são mais produzidas para serem lançadas no mercado /.../ Para tanto, as empresas procuram reestruturar a sua organização produtiva. Em lugar de grandes corporações produzindo desde a matéria-prima até o produto final /.../ busca-se uma estrutura mais enxuta, mais flexível, capaz de responder aos movimentos de mudanças na composição da demanda. A terceirização, como é conhecida no Brasil, é um dos expedientes mais utilizados pelas empresas hoje em dia. (TEIXEIRA. 1996, p. 215).

Além da reestruturação da produção, novas formas de conseguir com que o capital complete seu ciclo vão surgir – *just-in-time* –, o montante de capital acumulado nas décadas anteriores, não podendo se revalorizar internamente, exatamente pela bifurcação mencionada, irão buscar a sua ampliação em outros países onde as condições são mais favoráveis. É neste contexto que identificamos o que Chesnais (1996) irá chamar de *mundialização do capital*. Segundo o autor, durante a crise dos anos 1970, a solução encontrada pelos países desenvolvidos foi a de exportar o excedente de capital e os problemas sociais decorrentes da crise. Assim se exportavam produtos industrializados, ampliava-se a expansão das transnacionais e também os problemas como uma alta taxa de desemprego. Neste aspecto, e para a propagação do “pensamento único”, os países do “terceiro mundo” tiveram papel fundamental, pois,

Foi para exportar uma produção que se tornara monumental, e não só para reciclar os “petrodólares”, que os países centrais do sistema mundial ajudaram, ou até incentivaram, os países do Terceiro Mundo

a acumularem uma dívida externa gigantesca, que logo iria se tornar um fardo insuportável. (CHESNAIS. 1996, p. 218).

Não é possível compreender o papel assumido pelo “terceiro mundo” neste processo de *mundialização* sem mencionar o novo papel assumido pelos Estados nacionais destes países, pois foi para realizar as políticas necessárias ao novo modo de acumulação que emergiram, principalmente na década de oitenta, as políticas de liberalização dos mercados e de desregulamentação da economia. Nota-se que o Estado continua a exercer um papel ativo para a acumulação de capital, mesmo no neoliberalismo, deixando evidente a sua característica inerente de proporcionar os meios para a expansão do capital. Contudo, no caso dos países periféricos, como o Brasil, a ação do Estado está orientada para satisfazer as necessidades dos capitais centrais e não para a construção da autonomia nacional, a condição de subalternidade é intensificada pelo processo de *mundialização do capital*.

Assim, o neoliberalismo deve ser entendido não apenas como uma alteração de regime econômico, nem somente como a substituição do Estado de Bem-estar pelo neoliberal, mas como um *rearranjo estrutural* da produção e da realização da mais-valia. A suas manifestações mais evidentes se apresentam como vimos, por uma forma mais enxuta da produção, pela expansão territorial dos grupos transnacionais em direção, principalmente, aos países da periferia devido à necessidade de investir os capitais conquistados no período de intensa acumulação, e, sobretudo para nós, pelos impactos que reestruturação exerce sobre os trabalhadores. Por isso a categoria neoliberalismo deve ser expandida, não se restringindo a um único aspecto. Teixeira (1996, p. 224) trata o conceito levando em consideração quatro aspectos fundamentais: o “desmantelamento do aparato burocrático do Estado, desverticalização produtiva, flexibilização do mercado de trabalho e desregulação da economia”. Todos esses elementos se combinam para impulsionar o capital na procura por reestabelecer sua capacidade de acumulação e expansão, no entanto em condições adversas, como veremos ainda neste capítulo.

O esforço de buscar na crise dos anos 1970 a origem do neoliberalismo é para apontar que ele não pode ser discutido sem levar em conta os diversos elementos fundamentais que o caracteriza. Tratá-los de forma isolada pode levar ao equívoco de se pensar a superação do modelo neoliberal apenas pela eventual superação de um de seus aspectos – como o fazem alguns economistas, por exemplo, que se limitam a oposição entre heterodoxia e ortodoxia. Dessa forma, para se discutir uma eventual crise do neoliberalismo, é necessária a verificação da existência do esgotamento das diversas partes constitutivas do todo. O ponto central, para nossos objetivos, ou seja, no que se refere a “questão social”, é que o neoliberalismo é a

expressão de uma forma de acumulação que tem em sua essência a precarização da força de trabalho, esta passa a ser a regra para o funcionamento do capitalismo atual, este é o significado das políticas de ajustes:

Nesse sentido, o *ajuste neoliberal* não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político institucional e das relações sociais. Passa a existir um outro projeto de “reintegração social”, com parâmetros distintos daqueles que entraram em crise a partir do final dos anos 70. Os *pobres* passam a ser uma nova “categoria classificatória”, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existem, “naturalmente”, ganhadores e perdedores, forte e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora.” (SOARES, 2009, p. 12).

As “soluções” apresentadas pelos neoliberais e pelos neodesenvolvimentistas para “superar” as mazelas sociais serão analisadas no próximo capítulo. Neste espaço nos dedicaremos as atuais determinações estruturais que o capital – em sua manifestação neoliberal – exerce sobre a organização do trabalho, que condiciona, em essência, as condições de vida da classe trabalhadora. Mesmo se tratando de determinações universais, devido à expansão global do capital, os impactos do neoliberalismo sobre os trabalhadores devem ser analisados a partir da particularidade de cada local, os períodos de implantação da reestruturação e conseqüentemente das práticas neoliberais se diferenciam entre os países, resultando em diferentes configurações (FERRARI, 2012).

Assim não tratamos o que é denominado neoliberalismo somente como uma ideologia incorporada pelos governos, ou como uma política que caracteriza uma forma específica de Estado, mas, sobretudo, como um *rearranjo do capitalismo para superar a crise, que se manifesta como de superprodução, dos anos 1970*. Esse *rearranjo* afeta diretamente a vida dos indivíduos que vendem sua força de trabalho para sobreviver, a “questão social” se apresentará com novas determinações depois da reestruturação produtiva realizada pelo capital, sendo este o terreno social herdado pelo neodesenvolvimentismo. Por isso, o nosso foco de análise recaí sobre os impactos sociais da reestruturação produtiva e o papel que o Estado exerceu – e continua exercendo – em possibilitar as condições necessárias para essa forma de acumulação.

### 3.1.1 – Reestruturação produtiva e a funcionalidade do trabalho precarizado

A reestruturação produtiva designa o processo que visa superar os entraves emergidos pelo esgotamento do modo de produção fordista. Como vimos, a crise se manifestou, entre



outros aspectos, pelo declínio da produção e consumo de massas do período. Assim, o desenvolvimento de novas técnicas e organização da produção tinha como objetivo se adequar às novas exigências do processo de acumulação de capital. (ALVES, 1996, p. 120) Tal processo tem como característica fundamental “enxugar” as fábricas expandindo as atividades antes internas ao ambiente fabril para os espaços das cidades (FERRARI, 2012); com o avanço tecnológico pôde-se reduzir o número de funcionários aumentando a produtividade. Visava-se atender o mercado consumidor, agora não mais predominantemente de massas, mas caracterizado, sobretudo, pela diversidade, o que resulta em novas formas de produção e de realização do valor – *Just in time* – afetando os trabalhadores dentro e fora do ambiente de trabalho, na medida em que o capital impõe uma aceleração do tempo de circulação sobre toda a sociedade (IDEM); por outro lado a reestruturação da produção tem o efeito de intensificar as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho. (ANTUNES, 2011, p. 121).

Este processo no Brasil se inicia nos anos 1980 e se intensifica nos anos 1990 com a desregulação efetiva da economia e abertura dos mercados, o que possibilitou a intensificação de entrada de capital estrangeiro e de proliferação dos grandes monopólios transnacionais, resultado das políticas econômicas adotadas como alternativa ao esgotamento do “milagre econômico”. São os grandes grupos transnacionais que trataram de introduzir no Brasil as técnicas e organização do trabalho que visavam elevar a produtividade *enxugando* (e consequentemente desverticalizando) os locais de produção, e ao mesmo tempo elaborando estratégias, no específico caso brasileiro, de superexplorar a força de trabalho, como se vê na exemplificação de Ricardo Antunes:

[...] verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pelas transferências de plantas industriais, onde empresas tradicionais, como a indústria têxtil, sob alegação da concorrência internacional, deslanchavam um movimento de mudanças geográfico-espaciais, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, acentuando os traços de superexploração do trabalho, além de incentivos fiscais ofertados pelo Estado. (2011, p. 121).

Dessa maneira, o Brasil se torna, principalmente na década de 1990, um grande atrativo para o capital internacional por possibilitar, pela desregulamentação da economia, oportunidades de instalação a baixo custo propiciado, por exemplo, por incentivos fiscais; por ter intensificado a importação de novas formas de organização da produção que visa enxugar as fábricas, flexibilizando as leis de trabalho – que será um dos elementos responsáveis pelo aumento do trabalho informal – e pela possibilidade de superexplorar a força de trabalho

abundante no país. As empresas internas, é importante mencionar, também passam a empregar as novas formas de organização da produção, com o intuito de conseguir se manter ou aumentar suas potencialidades concorrenciais diante do mercado agora *mundializado* (ALVES, 1996, p. 133).

Ricardo Antunes fornece diversos elementos que representam a reestruturação produtiva no Brasil em distintos setores da produção. Percebe o autor que a reestruturação produtiva por meio das inovações tecnológicas e por meio de mudanças organizacionais,

[...] envolveu uma relativa desverticalização, uma forte subcontratação e terceirização da força de trabalho, uma relativa redução de níveis hierárquicos, a implantação de novas fábricas de tamanho reduzido, estruturada com base em células produtivas, além da ampliação da rede de empresas fornecedoras (ANTUNES, 2011, p. 126).

Uma das consequências diretas da reestruturação da produção se dá em ampliar as empresas fornecedoras e de serviços prestados às empresas. A grande empresa, agora enxuta, terceiriza diversas funções de serviços e de fabricação de componentes e acessórios em sua produção. Isso é nítido nos exemplos da reestruturação da rede bancária no país e do setor de calçados de Franca, interior de São Paulo. O setor bancário foi um dos “privilegiados” pela introdução das novas tecnologias e das novas formas de organização do trabalho. A introdução efetiva da microeletrônica no setor possibilitou a redução de diversas funções antes desempenhada por funcionários empregados formalmente; a rede de atendimento ao usuário, por exemplo, passou a ser exercida por empresas de *Call Center* – diga-se, trabalho em tempo parcial e altamente danoso a saúde do trabalhador (IDEM, p. 129). O efeito imediato que também será encontrado em demais setores é bem descrito por Antunes (IDEM, p. 128):

[...] presenciou-se uma ainda maior precarização dos empregos e a redução dos salários, aumentando o processo de desregulamentação do trabalho e de redução dos direitos sociais para os empregados em geral e, de modo ainda mais intenso, para os terceirizados, em particular no espaço dos bancos.

Quanto ao setor de calçados, tradicionalmente localizado no interior de São Paulo, na cidade de Franca, percebeu-se a implantação de “técnicas de gerenciamento da força de trabalho” que visam fortalecer o “envolvimento” do trabalhador no processo produtivo, buscando através do “colaborador”, e não mais do trabalhador, aumentar a produtividade do trabalho. As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho buscam introduzir o chamado trabalhador “polivalente” ou “multifuncional”, que, segundo o autor, “mais se

assemelha a um mecanismo responsável por níveis acentuados de intensificação e exploração da força de trabalho” (IDEM, p. 130). As consequências da introdução desse tipo de trabalhador cada vez mais exigido pelas grandes empresas, somado a introdução de novas tecnologias acabam por contribuir para o desemprego de grande número de trabalhadores e a terceirização de funções antes desempenhadas por funcionários da própria empresa. A passagem abaixo nos indica os novos meios pelos quais se dá, dentro do processo produtivo, a atual forma de extração de mais valor:

Além das mudanças na organização produtiva, o setor calçadista vivenciou um intenso processo de terceirização por meio da ampliação do trabalho em domicílio, nas pequenas unidades produtivas etc., o que contribuiu para o agravamento das condições de trabalho, uma vez que boa parte desse trabalho é realizada em locais precários e improvisados, dentro e fora das casas, alterando o espaço familiar e suas condições de vivência. (IDEM, 2011, p. 130)

Um pouco mais adiante:

Direitos conquistados, como descanso semanal renumerado, as férias, o 13º salário, a aposentadoria etc., tornaram-se mais facilmente burláveis. Houve ainda uma ampliação do trabalho infantil, consequência direta da transferência do trabalho produtivo do espaço fabril para o espaço domiciliar, onde o controle desse tipo de trabalho fica ainda mais difícil. (IBIDEM).

As formas de subcontratação e precarização do trabalho, resultantes da reestruturação produtiva e das formas mais flexíveis de contratação, são maneiras encontradas pelo capitalismo de buscar superar a crise do modelo fordista de produção, assim a reestruturação produtiva (pós-fordismo) “foi imposta pela crise de reprodução capitalista”, tornando-se a política e ideologia oficial dos governos – mesmo os sociais-democratas – (CLARKE, 1991, p. 150).

As formas de subcontratação e de precariedade do emprego são as regras do modelo neoliberal de acumulação. Evidente que essa situação se agrava diante da particularidade brasileira. Para citar apenas dois pontos: em primeiro lugar a existência de um enorme número de indivíduos excedentes que se submetem as formas mais precárias de empregabilidade; e o caráter autocrático do Estado brasileiro que não permite a efetiva participação política “dentro da ordem”, ou seja, que o sistema democrático funcione, de alguma maneira, como uma alternativa à ofensiva do capital contra o trabalho, ou mesmo como um regulador entre o capital e trabalho.

A desregulamentação da economia e o aprofundamento da subalternidade do Brasil com o processo de globalização deixam essa situação evidente. Sem participação efetiva no processo de decisão que visava à integração submissa do país às novas determinações do capitalismo, a grande massa de trabalhadores brasileiros teve que se submeter aos imperativos do capital transnacional, atualizando as formas de controle do capital sobre o processo de trabalho. Pois não é com outro objetivo senão superexplorar a força de trabalho, que as grandes empresas dos países centrais se instauram nos países periféricos.

Para Lipietz (1988) a participação dos países periféricos no comércio mundial não podia mais ser reduzida a função de mercado consumidor para os produtos industrializados oriundos dos países centrais. A crise do modelo fordista de acumulação e a consequente ofensiva global do capital resultam na estratégia de buscar “ganhos de produtividade através da ampliação da escala de produção, e a procura de regiões oferecendo salários mais baixos” (IDEM, p. 88). O capital vai encontrar os salários mais baixos na periferia do sistema, pois é nos países não desenvolvidos que se apresentam uma configuração de mão de obra “desigualmente qualificada, sindicalizada ...e renumerada.” (IDEM, p. 89). Situação agravada pelo excedente estrutural de mão de obra presente no país, que pressionam os salários para baixo.

Lipietz (1988, p. 89) realiza uma tripartição do fordismo enquanto processo de trabalho: “a concepção, a organização dos métodos e a engenharia tornadas autônomas”; “a fabricação qualificada, exigindo uma mão de obra adequada”; “a execução e a montagem desqualificadas, não exigindo em princípio nenhuma qualificação”. A última é destinada aos países periféricos, cabendo aos países centrais a elaboração e o desenvolvimento de tecnologias e a execução da produção que exige mão de obra qualificada. Por mais que se tente questionar essa afirmação nos dias atuais – devido aos saltos tecnológicos e a uma eventual qualificação da mão de obra nos países periféricos – não se pode ignorar o fato de que os grandes grupos transnacionais nos países não desenvolvidos procuram o ambiente descrito no terceiro aspecto e sua produção tecnológica está muito distante de alcançar as dos países centrais.

Para além da existência de uma mão de obra que atenda as necessidades do capitalismo em crise, mas em expansão, são necessários “regimes políticos cujas classes dominantes disponham de uma mão-de-obra “livre” e estejam dispostas a jogar com esse trunfo.” (IDEM, p. 90). Assim como um Estado autônomo em três sentidos: primeiro em relação às imposições exógenas – o que certamente não é o caso brasileiro, um país dependente; segundo, uma autonomia do regime político em relação ao modelo de

acumulação anterior, no caso brasileiro, o modelo de substituições de importações<sup>45</sup>; e terceiro, para nós mais importante, autonomia em relação às massas populares, impedindo que os interesses das massas causem restrições à instauração do novo modelo. Neste aspecto encontramos uma característica singular do Estado brasileiro, pois um Estado autocrático, dentro dessa configuração, é extremamente funcional a expansão do capital pós-1970. Na medida em que atue para garantir a adequação às novas exigências do capitalismo e mantenha a mão de obra em situação atraente para os investimentos externos e a instauração das empresas transnacionais. Assim pensa Lipietz (1988) quando se refere à expansão do fordismo para a periferia:

Em suma, na maioria das vezes será preciso uma ditadura, que rompa com os antigos equilíbrios e crie a partir do Estado o quadro que ocupará o lugar das futuras classes dominantes do novo regime de acumulação. Portanto, não é suficiente ter à disposição um amplo mercado e uma força de trabalho liberada de suas antigas ligações camponesas. Inversamente, um regime forte e decidido poderá investir numa estratégia de “pirataria do fordismo central”, mesmo que não disponha de um mercado interno forte, mas à condição que ele possa contar com uma mão-de-obra barata. (LIPIETZ, 1988, p. 91).

O fordismo na periferia, portanto, não ocorre como nos países centrais, de modo a, de alguma forma, compartilhar relativamente os ganhos com o trabalho, mas através da superexploração do trabalho. E o golpe de 1964 marca a concretização do Estado autocrático como a forma definitiva de manter as condições de precarização social, assim como o fim da perspectiva nacional desenvolvimentista de se conquistar a autonomia do país, intensificando as relações com os países centrais, como já vimos. O período seguinte ao golpe denominado “milagre” econômico é a efetivação da internalização do modelo fordista periférico, resultando em elevação da produção e das taxas de exportações de manufaturados, contudo, sob a característica do arrocho salarial. A ditadura brasileira agia para manter as condições da política de arrocho salarial, reprimindo as massas e impedindo sua participação política, garantindo o ambiente desejado pelos capitais transnacionais.

A ofensiva neoliberal que chega ao Brasil concomitante com a abertura democrática, já vem acompanhada dos impactos da crise da década de 1970 e de sua “solução”, a reestruturação da produção. Altera-se a estrutura da produção de valor, e conseqüentemente as determinações sobre o a organização do trabalho. A ação do Estado promovendo as políticas

---

<sup>45</sup> Neste aspecto é necessário uma análise mais profunda. Mas pode-se seguramente afirmar que há uma diferença na estratégia de desenvolvimento antes de 1964 e depois com a ditadura militar. Antes, as forças sociais se engajavam em uma luta que questionava as imposições exógenas – por mais que a economia e a política já estivessem submetido à elas. Após 1964 a política econômica é de consentimento com as imposições externas.

de flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas é a maneira de se adequar as determinações do capitalismo contemporâneo, mantendo um ambiente favorável para as transnacionais e para os investimentos externos, não abrindo a possibilidade para a atuação das massas, mesmo “dentro da ordem”, o que evidencia a permanência do Estado autocrático mesmo diante da tão exaltada democracia neoliberal<sup>46</sup>.

A reestruturação da produção e as políticas neoliberais atingem diretamente os trabalhadores e suas organizações, fazendo com que a “questão social” ganhe novas configurações e evidenciando os limites do capitalismo em resolvê-las. Dessa forma, como apontaremos em seguida, as propostas e políticas neodesenvolvimentistas, ao intensificar as relações capitalistas contemporâneas, não apresentam soluções para uma mudança no quadro que atinge diretamente os trabalhadores, e nem se distingue das soluções neoliberais. Agindo o Estado, através da execução de sua política econômica, em fortalecer as condições e o raio de atuação do capital em crise. A junção entre a necessidade, por parte do capital, de impor a reestruturação da produção e o conjunto de políticas que acompanham e procuram promover um ambiente favorável a essa forma de acumulação, resultam em novas formas de controle sobre o processo de trabalho.

### 3.1.2 – *O Estado Neoliberal e a ideologia do Just in time: controle sobre o trabalho*

Giovanni Alves parece acertar – a nosso ver – ao caracterizar o neoliberalismo como *ofensiva do capital*:

A nova posição da ofensiva do capital é caracterizada principalmente pelo complexo sócio-histórico que põe em movimento o *processo de transformações produtivas no mundo do capital (e do trabalho)*, em sua implicação estrutural e pela *onda neoliberal*, enquanto superestrutura político-ideológica do mundo burguês, sob a nova crise do capital. (1996, p. 119. Grifos do autor).

Vale ressaltar que tanto a *ofensiva do capital* quanto a *onda neoliberal* são motivados pela crise do modelo fordista de acumulação. A ideologia neoliberal (*onda neoliberal*) foi adequada para os proprietários dos meios de produção que visavam superar a crise instaurada. Se a crise motivou à reestruturação da produção visando reestabelecer as taxas de lucros dos “trinta anos gloriosos”, também motivou um tipo de Estado que contribuísse com todo seu aparato ao mesmo fim. É por esse motivo que nos países desenvolvidos assistiu-se ao

---

<sup>46</sup> No Brasil, durante a implantação das políticas neoliberais, à greve dos petroleiros instaurada entre maio e junho de 1995 foi duramente reprimida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso que utilizou de aparelhos do exército nacional para reprimir o movimento dos sindicalistas. (ANTUNES, 2005, principalmente páginas 31 a 36).

desmanche – embora não totalmente, variando conforme o país e as correlações de forças presentes – do Welfare State. O ponto que devemos nos ater é que esta *ofensiva* contra diversos direitos alcançados pelos trabalhadores organizados – típico do Welfare State –, também foi uma exigência do capitalismo que emergia após a crise da década de 1970, exposto de forma sintética nas passagens de Alves (1996):

A principal característica da nova ordem capitalista é a plena manifestação da lógica da valorização, entendida como sendo a reposição de valores mercantis, considerados como únicos capazes de alocar, de modo racional, a riqueza produzida. É a expressão do primado do lucro, da valorização do valor, expresso de modo clássico por Marx na fórmula D-M-D', sem nenhum obstáculo histórico. (p. 117).

Já acompanhamos os impactos sobre a organização do trabalho, queremos agora reforçar que é pelo mesmo motivo que o Estado neoliberal se contrapõe ao Welfare State:

A lógica da valorização parecia ter sido “domada” através de uma série de mecanismos de controle públicos, as esferas do não-valor, principalmente com a instauração do *Welfare State*. Entretanto, a partir da nova crise do capital, ela tende a ser reposta com vigor, ameaçando desmontar os vários “obstáculos” postos pelos movimentos sociais à voracidade do capital em processo. (IDEM p. 118).

A doutrina neoliberal surgia como alternativa ideológica para a realização das novas necessidades do capitalismo em crise; constituía uma série de iniciativas econômicas e políticas que – entendiam as classes dominantes – deveriam ser adotadas para a superação da crise. As propostas de Friedrich Hayek exposta principalmente em sua mais famosa obra (*O Caminho da Servidão*) – que data da década de 1940, na qual estão expostas as teses primordiais da ideologia neoliberal, mas, não por acaso, só ganha ouvidos a partir da percepção da crise do capitalismo – é “um ataque apaixonado contra qualquer limitação, por parte do Estado, aos mecanismos de mercado. Qualquer interferência nessa direção é denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.” (ANDERSON, 1995, p.9) Os argumentos de Hayek – incrementados posteriormente por diversos economistas, entre eles Milton Friedman – se tornará a ideologia que condiz e justifica o momento do capitalismo atual. O Estado deveria se isentar de interferir na economia, voltava-se – como no liberalismo que precedeu a crise de 1930 – a uma concepção de que o mercado se autorregula. O Estado não precisa fornecer também os benefícios e direitos sociais – característicos do Welfare State – esses seriam apenas focalizados; a

intervenção do Estado na vida do cidadão por conceder benefícios seria prejudicial a livre iniciativa do indivíduo.

Insistimos que o Estado neoliberal neste aspecto se insere e visa suprir as necessidades do capitalismo atual. Como vimos o Estado interventor e regulador como foi o típico Welfare State e a potência adquirida pelos trabalhadores organizados deste período, colocavam barreiras para as novas necessidades do capitalismo<sup>47</sup>. A palavra que parece melhor representar o *rompimento* com as barreiras que restringiam as novas necessidades do capitalismo, é *flexibilização*. No texto em que busca compreender os elementos determinantes da instauração do Plano Real no Brasil, Luiz Filgueiras evidencia que o neoliberalismo – entendido em sua forma política-ideológica –, a reestruturação produtiva e a globalização, possuem um “denominador comum” que pode ser entendido como “acumulação flexível”, “isto é, o capital, em seu movimento de valorização, deve estar livre de empecilhos e restrições de qualquer natureza.” (FILGUEIRAS, 2012, p. 64). Dessa forma:

Essa flexibilidade deve ser alcançada em todas as esferas e dimensões da acumulação: flexibilização espacial, com a derrubada de restrições de entrada e saída, de capitais e mercadorias, nos diversos países e regiões; flexibilidade temporal, com a criação de novos e impressionantes meios de comunicação e de produção de informações; flexibilidade produtiva, das máquinas, equipamentos e da mão de obra, de acordo com as flutuações quantitativas e qualitativas da demanda; flexibilidade financeira e de comercialização, com a desregulamentação dos mercados; flexibilidade no uso da contratação e dispensa de mão de obra, com total desregulamentação do mercado de trabalho, de acordo também com as variações da demanda; a flexibilidade da jornada de trabalho e da remuneração dos trabalhadores. Em síntese, para o capital, total liberdade de movimento, contratação e exploração da força de trabalho. (IBIDEM).

Importante notar que de fato ocorre – como sugere Teixeira (1996) – um “desmantelamento do aparato burocrático do Estado”, mas no sentido de *enxugar* os gastos públicos, de forma a garantir o pagamento das dívidas e a política de superávit primário. Ou seja, tal aspecto não se confunde, necessariamente, com a perda de capacidade ou de intervenção do Estado na economia. O Estado no neoliberalismo age – contrariando sua doutrina ortodoxa – intensivamente para propiciar toda a flexibilidade em todas as dimensões

---

<sup>47</sup> Como é exposto por Harvey (2008), uma coisa era ter um crescimento estável durante o período pós-guerra e dividi-lo com os trabalhadores. Diferente é não ter mais essa estabilidade de crescimentos, pós-crise de 1970 e ainda enfrentar os trabalhadores organizados. O autor, neste momento, vai identificar o motivo de ser o neoliberalismo uma reação das classes altas para recuperar seu poder de acumulação, é um “restaurador do poder de classe”. Por isso atacar as barreiras que, neste momento, inviabilizavam as necessidades do capitalismo atual.



da acumulação, conforme demonstrou a passagem acima. Todo o processo de privatização das empresas estatais é exemplo desse fenômeno. Empresas, predominantemente, construídas com recursos públicos foram destinadas à iniciativa privada com o intuito – discursivo de possibilitar a “modernização do país” dada a ineficiência das empresas públicas – de honrar o compromisso com a dívida externa e, talvez o mais importante, conquistar a “credibilidade política” para atrair capitais estrangeiros (FILGUEIRAS, 2012, p. 113). O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) interferiu efetivamente no processo de abertura econômica da década de 1990 e na privatização das empresas estatais:

O BNDES apoiou decisivamente, e em várias dimensões, o processo de privatização, e ajudou a reestruturação da economia no seu novo ambiente de liberalização comercial e financeira, que caracteriza a década de 1990. (BATISTA, 2002, p. 66).

É interessante que a função do BNDES em tempos de governos petistas não se distingue da do período neoliberal – levando em conta a distinção feita pelos defensores do neodesenvolvimentismo. Na crise econômica e política de 2015, por qual ainda passa o país, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho – afinado com as teorias desenvolvimentistas – ao exaltar a liquidez do banco, colocou entre os objetivos dar suporte para “grandes prioridades: infraestrutura e energia – virão as novas concessões e, com a Selic tão alta, não é o momento em que o mercado possa entrar com financiamento de longo prazo de forma significativa.”<sup>48</sup>. Novamente o BNDES atua procurando garantir as condições para as privatizações – tal como no neoliberalismo – agora chamada de “concessões”.

O Estado no neoliberalismo promove a flexibilização necessária para a eventual retomada do crescimento econômico contrariando, em alguns aspectos, a sua própria doutrina. David Harvey (2008) exemplifica essa contradição ao tratar sobre a democracia no neoliberalismo. É presente nas obras dos defensores do neoliberalismo – Fukuyama, talvez seja o exemplo mais expressivo – o argumento de que a democracia liberal seria a melhor forma de sistema político encontrado. Na prática percebemos que os governos neoliberais impõem limites ao exercício da democracia, deixando as instituições que controlam o capital livre de qualquer barreira imposta por manifestações democráticas. Assim, segundo o autor

Diante de movimentos sociais que buscam intervenções coletivas, o Estado neoliberal é forçado, por conseguinte, a intervir, por vezes repressivamente, negando assim as próprias liberdades de que se supõe ser o garante. (...) A liberdade das massas teria de ser

<sup>48</sup> Entrevista com Luciano Coutinho, *Folha de São Paulo*, 25 de janeiro de 2016, p. A13.

restringida em benefício das liberdades dos poucos. (HARVEY, 2008, p.80)

Como exemplo dessa repressão, mencionamos acima o caso da mobilização do exército nacional para enfrentar a greve dos petroleiros. Mas a forma de inibir a mobilização dos trabalhadores e dos setores populares não ocorre sempre por meio da repressão direta e violenta, mas na própria forma de organização da produção e da ideologia que a acompanha. A necessidade de se adequar às novas exigências da organização do trabalho, da aceleração do tempo proposta pela ideologia da circulação *Just in time* – tempos reais em sua pretensão e na sua elaboração com auxílio da informática e demais tecnologias, mas que possuem uma *materialidade* em sua realização no cotidiano das empresas, das cidades e da vida dos indivíduos (FERRARI, 2012). Tal como já pensou Gramsci (2011) sobre o *fordismo* e o *americanismo*, o que se constitui no chão da fábrica tende a se expandir para toda a organização social e da cidade. Os ritmos fordistas até certo ponto fixos, a fábrica que incorporava diversas tarefas para além da atividade fim, se alteram radicalmente com as novas exigências do capital e seu processo de reestruturação produtiva, resultando em uma política, uma ideologia, um tipo específico de trabalhador e uma organização da cidade que atenda a esse ritmo imposto pelo capital:

O atendimento das necessidades atuais da dinâmica do capital extrapola o interior dos locais de trabalho, diversificando e expandindo as atividades e os tempos do fazer, impondo-se assim não só uma fábrica com trabalhadores (regulares ou não), mas, também, uma sociedade com indivíduos (empregados ou não) condicionados a permanecer em sincronia constante com ritmos externos de trabalho. Sincronia caracterizada por um pretenso *tempo real* do ser e do estar humanos. (FERRARI, 2012, p. 24).

Trata-se da imposição a todos de um “ritmo médio de viver” (IBIDEM), imposição que possui suas determinações na resposta oferecida pelo capital à crise dos anos 1970. Para resolver o problema da ausência de unidade entre *produção e circulação*, o capital, de uma maneira geral – no caso pós-1970 uma capacidade de produção monumental que encontra uma demanda diversificada e geograficamente espalhada, e a necessidade de “enxugar” as fábricas reduzindo os seus estoques a zero, mas que atenda no *tempo certo* – impõe uma aceleração do ritmo de circulação de sua produção,

Um dos aspectos da resposta à crise econômica e política dos anos 1960/70 foi a necessidade de revalorização do capital a intervalos de tempo cada vez menores. Desde então, investimentos em pesquisas e aportes de capital são utilizados na tentativa de sincronizar tempos e espaços adequados a esses intervalos. Tempos e espaços são comprimidos na medida mais exata

possível para acelerar a produção e a circulação de mercadorias. Compressão efetuada para uma almejada anulação do espaço pelo tempo (IDEM, p. 26).

A essa alteração de redução de intervalos de tempos corresponde uma maior submissão dos trabalhadores. Esses cada vez mais estão subordinados tanto no ambiente de trabalho como fora dele, na medida em que estão submetidos aos tempos da nova dinâmica do capital, completamente alheios ao controle dos que vivem do trabalho (IDEM, p. 28). Aos indivíduos que, ao não terem outra opção, devem vender sua força de trabalho para sobreviver, não resta outra opção senão se adequar às novas exigências, o que requer habilidades e comportamentos específicos:

Velocidade, flexibilidade e sincronia logística são elementos que não só redimensionam tempos e espaços produtivos, mas também conformam comportamentos de seres humanos, dentro e fora da fábrica, direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo. Solicitações de empregabilidade e de eficácia tendem a selecionar e/ou formatar as subjetividades mais adequadas desse extenso e variado proletariado urbano disponibilizado pela expulsão de atividades do interior das unidades produtivas. Atividades laborativas agora espalhadas pelos territórios econômicos organizados pelas operações logísticas *Just in time*. (IDEM, p 31).

A reestruturação promovida nas unidades produtivas, expulsando trabalhadores das fábricas, acabou por reduzir o poder de organização dos trabalhadores, cuja maior manifestação foi a crise dos sindicatos na década de 1990<sup>49</sup> diminuindo o poder de reivindicação dos trabalhadores, mas, concomitante a isso, a influência da ideologia imposta pelo capital objetivando reduzir o tempo de circulação, deve ser destacado para se compreender as formas atuais de controle do capital sobre o trabalho:

A expulsão de partes da produção do interior das fábricas e a conseqüente pulverização de serviços pelos espaços urbanos aparentemente ampliam a quantidade de oportunidades de negócios, diminuindo a resistência ideológica à implantação de uma moralidade cidadã-empresendedora referida como geradora de renda. (IDEM, p. 36).

As políticas sociais praticadas pelo neodesenvolvimentismo também não conseguem superar tanto as determinações impostas pelo capital no ambiente de trabalho como a ideologia do individualismo do cidadão-empresendedor. As “portas de saída” dos beneficiários do programa Bolsa Família, por exemplo, são exatamente às do empreendedorismo, que na

---

<sup>49</sup> “[...] a perda de adeptos [filiação a sindicatos] explica-se quase inteiramente pela perda de emprego assalariado nos setores econômicos, com destaque para a indústria de transformação e os serviços de crédito (em especial os bancos). Nessas condições, a crise na filiação sindical absoluta foi, principalmente, reflexo da crise no emprego assalariado no país, tendo estreita conexão com o programa de ajustes pelo mercado encetado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.” (CARDOSO, 2003, p. 243).

verdade é a submissão ao trabalho informal, ou seja, maior vulnerabilidade diante das oscilações do capital. Exemplos não faltam: seja do electricista que abandona os benefícios para ser “dono do próprio negócio”, ou mesmo do casal que deixando para trás o cartão do Bolsa Família decidiu abrir um pequeno mercado e para vencer a concorrência trabalha das 05:30 até as 20:30. Ou ainda, o caso do “rei do pastel” que investiu na construção de uma pastelaria no quintal de sua residência após realizar cursos do SEBRAE, instituição que nos fornece o seguinte dado: “Dos 2,6 milhões de microempresários individuais (formalizados) 9,3% são oriundos do Bolsa Família.” Sendo o “empreendedorismo uma porta de saída”, segundo o presidente do SEBRAE. A participação do Banco Mundial também é presente para garantir a “saída” do benefício, atuando com investimentos direcionados à agricultura familiar<sup>50</sup>. O que a realidade nos mostra é que são indivíduos cada vez mais distantes do emprego formal, que ainda lhes garantiriam alguns direitos, e muito mais próximos da ideologia do empreendedorismo, próximos da informalidade que os deixam mais vulneráveis às oscilações do capital em crise. A ideologia do empreendedorismo atua como uma forma de controle na medida em que apresenta uma falsa “saída” para a condição de pobreza, essa saída se dá com a vulnerabilidade que caracteriza o trabalho informal e com superexploração do trabalho como no exemplo da proprietária do pequeno mercado que trabalha mais de 14 horas por dia. Se a saída não for o empreendedorismo será a constituição de dupla jornada de trabalho que caracteriza o que Jessé Souza irá chamar – de forma positiva, segundo nossa interpretação – de *batalhadores* diferenciando-os da *ralé*<sup>51</sup>.

A aplicação de toda a reestruturação no ambiente de trabalho assim como fora do trabalho cabe ao Estado. Seja na flexibilização das leis trabalhistas, na repressão às manifestações comprovando a característica do Estado autocrático, na ideologia do empreendedorismo e na efetivação de uma infraestrutura que potencializa a circulação no tempo exigido, o Estado é o agente fundamental:

Como parte do movimento de reformulação geral promovido, os poderes públicos assumem as responsabilidades de implantação das adequadas condições urbanas e institucionais para adaptar e manter as dinâmicas impostas pelo processo produtivo, enquanto organizações recém-instituídas

---

<sup>50</sup> Ver a matéria “Porta de saída” da *Folha de São Paulo*, 17 de março de 2013, p. B8.

<sup>51</sup> “Nossa pesquisa mostrou que essa classe [*os batalhadores*] conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho.” (SOUZA, 2012, p. 50).

são chamadas a naturalizar a função que cada habitante ocupa no processo de trabalho produtor de mais-valor, atuando, segundo James Petras, como uma rede burocrática “repressiva” para “atenuar as explosões sociais” e administrar o trabalho e a pobreza decorrente do desemprego estrutural. (FERRARI, 2012, p. 73).

O Estado neoliberal – e certamente o neodesenvolvimentista – e o “terceiro setor” possuem a função de garantir e perpetuar as condições exigidas pela nova configuração do capital pós-1970. Sendo fundamentais para a manutenção e reprodução da ideologia *certa*, do *tempo certo* para criar o *homem certo*. Além de garantir as condições impostas pelo capital, evitam através de seu arsenal técnico e ideológico a explosão social, pois sempre apresentam “portas de saídas” para os mais pobres, para os desempregados.

Toda essa lógica nem de longe foi superada pelo neodesenvolvimentismo. As características fundamentais do Estado neoliberal persistem no modelo de administração federal petista. Talvez com maior eficácia ao atrelar diretamente ao Estado, e ao governo, os setores mais precarizados, como veremos no próximo capítulo. Tanto o Estado neoliberal, como seu semelhante neodesenvolvimentista, procurou *controlar* os trabalhadores e os movimentos populares – buscando amenizar a ausência de unidade entre *produção e controle* – atrelando cada vez mais os indivíduos à ideologia dominante e ao tipo de ser humano necessário ao capital em sua crise estrutural.

A intervenção estatal também se mostra presente e fundamental quando é necessário resgatar empresas ou evitar fracassos financeiros. Encontra-se também em oposição a teoria neoliberal, a existência de órgãos reguladores como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a OMC (Organização Mundial do Comércio). De acordo com a teoria neoliberal, e também a liberal clássica, cabe ao investidor assumir as consequências de um mau negócio e não ao Estado intervir; diferente da teoria, o Estado neoliberal, na prática, assume os riscos dos investidores e os resgatam em casos de perdas significativas.

Outro ponto levantado por Harvey é que até as ações de Estados que podem ser considerados “desenvolvimentistas” não fogem à regra de colaboração com a expansão neoliberal. Na medida em que esses Estados investem em infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, as empresas beneficiadas por tais investimentos alcançam um *status* de competição no mercado mundial, dessa forma, nos diz Harvey:

Os Estados desenvolvimentistas se compatibilizam com a neoliberalização na medida em que facilitam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, aceitam as regras do livre comércio e recorrem a mercados de exportação abertos [...] Contudo, ao mesmo tempo, a neoliberalização cria condições para a

formação de classes, e à medida que esse poder de classe aumenta também aumenta a tendência (na Coreia contemporânea, por exemplo) de essa classe buscar libertar-se do poder do Estado e reorientá-lo em termos neoliberais. (IDEM, p.82)

Portanto, mesmo que um Estado de cunho “desenvolvimentista” se coloque como interventor, como propulsor da economia, os beneficiados por tais processos serão empresas que buscam se fortalecer no comércio mundial; grupos que utilizam as práticas organizacionais e incrementos tecnológicos próprios da reestruturação produtiva visando à competição no cenário comercial mundializado; ou seja, o resultado de uma eventual intervenção/regulação do Estado na economia, no capitalismo atual, pode ser o aprofundamento das consequências da reestruturação produtiva como entendida acima, precarizando o trabalho e flexibilizando ainda mais a relação capital-trabalho. Esta formulação nos fornece novos horizontes para se pensar a ideia de “Estado interventor”, “Estado desenvolvimentista”, pois podem esses *tipos* de Estados – inseridos no capitalismo atual – interferirem aprofundando as determinações neoliberais e não se opondo a elas.

Essa hipótese parece se confirmar quando observamos o comportamento das empresas internas no neodesenvolvimentismo, como vimos no capítulo anterior. As empresas que se beneficiaram das políticas neodesenvolvimentistas agora procuram orientar as ações do Estado em torno da estabilidade e, principalmente, em busca de maior flexibilização das leis trabalhistas.

Toda a argumentação que fizemos sobre o neoliberalismo demonstra claramente que este modelo de acumulação persiste no Brasil neodesenvolvimentista. As políticas econômicas, sociais e o papel do Estado no neodesenvolvimentismo não alteram significativamente as determinações do neoliberalismo. Não podemos falar em novas formas de organização da produção, nem em nova regulação sobre os contratos de trabalho. As políticas sociais não eliminam a precarização social e do trabalho, como veremos no próximo capítulo. Ainda, o falso debate em torno da polarização entre Estado interventor ou não – entre tipo de Estado neoliberal ou desenvolvimentista – se desfaz quando partimos do pressuposto de que seja qual for a forma de Estado ele estará cumprindo suas funções para a expansão e acumulação do capital. E são as determinações, as necessidades, do sistema sociometabólico do capital, que devem ser investigadas, pois os Estados serão expressão destas. No fundo, o que deve ser compreendido é que o capital não pode existir sem o Estado, por mais que seus apologistas enfatizem o contrário, seja neoliberalismo ou

neodesenvolvimentismo, onde se apresentar as determinações da sociabilidade do capital, o Estado estará presente:

[...] a teoria burguesa em todas as suas formas deve apenas pressupor a existência dos poderes idealmente corretivos do Estado, até mesmo quando, diante dela, alguns ideólogos do capital defendem a “retirada” do Estado das questões econômicas. Quer façam o *lobby*, em linhas keynesianas, pelo financiamento do déficit expansionista, quer façam a favor da “criação das condições favoráveis para as empresas” por meio de restrição monetária e corte dos gastos públicos, seu denominador comum é a admissão explícita ou implícita de que, sem a intervenção “adequada” do Estado, as estruturas de reprodução material do sistema estabelecido não produziram os resultados esperados. Mesmo a ideia de “encolher as fronteiras da atividade do Estado” pressupõe (ilusória e arbitrariamente) no mínimo a *capacidade* de o Estado fazer isso. (MÉSZÁROS, 2014, p. 234).

Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo, e a inclinação do Estado em torno de realizar tais objetivos, nos marcos do capitalismo contemporâneo, e na periferia do sistema, não é nada mais do que intensificar as relações oriundas da ofensiva do capital resultante da crise estrutural do sistema. O que é mais curioso, e deve ser compreendido, é que essa ofensiva do capital não ativou uma nova rodada de acumulação como queriam os defensores do neoliberalismo, nem resultou em melhorias sociais. Pelo contrário, a expansão global do capital, em sua configuração neoliberal, demonstrou cada vez mais o limite expansionista do capital e sua face destruidora.

### **3.2 – A crise estrutural do capital e o desemprego crônico**

A crise capitalista instaurada na década de 1970 não se reduz a uma crise cíclica, essas fazem parte do “[...] modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação.” (MÉSZÁROS, 2010, p. 69. Grifos do autor). Uma crise cíclica foi, por exemplo, a de 1929, sendo que em poucas décadas o capital conseguiu se reestabelecer e se expandir como nunca. Não é o que se apresenta após a crise da década de 1970. O capital não conseguiu resultados semelhantes ou melhores dos conquistados nos “anos dourados” do capitalismo. Por mais que tenha efetivamente se expandido, como nunca antes em sua história, se apresentando em todas as partes do planeta, o que presenciamos é a ativação de seus limites, por isso se trata de uma *crise estrutural*:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Uma crise não estrutural, em vez disso, afeta apenas algumas partes do complexo em questão e assim, não importa o grau de gravidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (IDEM, p. 71).

Quando mencionamos acima o neoliberalismo e a reestruturação produtiva como mecanismos que visavam superar a crise, uma ofensiva do capital contra o trabalho, e tratamos a crise como de superprodução – pois de fato foi assim que ela se manifestou – abordamos somente as implicações evidentes resultantes do avanço do capital sobre o trabalho em busca da retomada da acumulação; não descrevemos os limites dessa ofensiva do ponto de vista da sobrevivência do próprio sistema do capital, tarefa que realizaremos agora com o intuito de deixar evidente que não há saída viável – para os que se pautam pela emancipação humana – dentro do sistema do capital em sua crise estrutural.

A “solução” proposta pelos detentores de capital para a crise foi a de exportar as suas contradições. Todo o processo de globalização e desregulamentação deve ser entendido nessa perspectiva. A imposição de políticas econômicas por parte das instituições controladas pelos países centrais (OMC, FMI e etc.) se trata de possibilitar que as contradições presentes nos países desenvolvidos sejam exportadas para a periferia. O mundo não desenvolvido recebe assim as contradições que se apresentam nos países centrais agravadas pela sua situação estrutural herdada da época colonial. O nosso foco recairá, neste momento, em compreender que o capital atingiu os seus *limites absolutos*, tendo como ponto privilegiado a questão do *desemprego crônico*. Procuramos questionar a proposta e a política neodesenvolvimentista, a partir de um cenário de *crise estrutural e desemprego crônico* que configuram a “questão social” na atualidade.

Não podemos perder de vista que o capital é um sistema de controle sociometabólico “[...] estruturado de maneira mutuamente antagônica, as verdadeiras premissas de seu modo de funcionamento contínuo devem ser organizadas de modo que garantam a subordinação permanente do trabalho ao capital.” (MÉSZÁROS, 2014, p. 217). Assim, não há alternativa para o capital a não ser exercer o controle sobre o trabalho (IBIDEM). O exercício do controle sobre o trabalho após a crise de 1970 toma dimensões globais, devido à expansão necessária do sistema sociometabólico do capital.

Esse processo de expansão do capital pode ser chamado de globalização, desde que se entenda por esse termo, “[...] um nome para o reforço reiterado das relações iníquas de poder



socioeconômico entre os países avançados e subdesenvolvidos” (IDEM, p. 225). Como vimos acima com Chesnais (1996) este é o processo da *mundialização do capital*, e o papel subalterno dos países subdesenvolvidos se reduz a receptores de capitais e fornecedores de mão de obra barata; o que não estava ainda em destaque são os limites próprios dessa *mundialização* que afeta o sistema como um todo de forma global.

A chegada do capital a todos os cantos do planeta, aos países periféricos, como demonstra o processo de globalização, evidencia para além do seu caráter inerentemente expansivo, os seus limites absolutos. O capital requer um imperativo de controle, de modo a diminuir a ausência de unidade entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação. O Estado, agente encarregado de realizar tal tarefa, não é mais capaz de executá-la como antes, não há um Estado global para um capital transnacional. Trata-se de um sistema que necessita de controle, mas, por sua lógica expansionista, se opõe a qualquer controle. Chegando a uma situação em que o capital transnacional tem de lutar contra qualquer tipo de bloqueios que impeçam sua expansão, mesmo se tratando de restrições dotadas de racionalidade, que almejam a sustentabilidade e administração do próprio sistema:

O impulso expansionista cego do sistema do capital é incorrigível, porque não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global. Praticando uma restrição nacional abrangente, o capital de fato reprimiria o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, cometendo suicídio como sistema de controle sociometabólico historicamente único. Esta é uma das principais razões por que a ideia de um “governo mundial” globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema do capital – necessariamente *parcial* em sua única forma viável de racionalidade – é uma contradição gritante. A transferência das condições de produção e reprodução social para o exterior das empresas e indústrias particulares tem como consequência que, quando esse processo se completar historicamente, o capital como sistema de controle se extralimitará de maneira irreversível. Não pode ser revertido para uma condição anterior (menos integrada e expandida globalmente), nem pode continuar em seu impulso expansionista global na escala requerida. (MÉSZÁROS, 2014, p. 259. Grifos do autor).

Assim, sem poder prescindir da lógica expansionista que o caracteriza, o capital tem de lutar, no atual estágio, contra qualquer forma de restrição:

O bloqueio de novos territórios sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia “exportar” suas contradições ativa os limites absolutos e a simultânea crise estrutural do sistema. Consequentemente, a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle sociometabólico e da produção no contexto global

adequado se revela como algo irremediavelmente *além do alcance do capital*, não importa até onde e quão perigosamente se extralimite o sistema. (IBIDEM. Grifos do autor).

Em outros termos:

Por isso, nas atuais condições históricas, o capital deixa de articular e regular corretamente sua estrutura de comando político totalizadora: a garantia última da viabilidade de suas estruturas de reprodução material que em si e por si são perigosamente centrífugas. (IDEM, p. 250).

Os subsistemas que compõem a totalidade do sistema metabólico do capital, que garantem a reprodução material do próprio sistema, não se encontram mais articulados. Um sistema inerentemente expansivo, que a tudo e a todos absorve, realiza uma ofensiva expansionista sem a existência de um controle capaz de garantir e manter as condições dessa expansão. A ausência de controle se mostra na ausência completa de racionalidade, é isso que se percebe quando a expansão do sistema – de forma irracional, ou por uma racionalidade destrutiva – resulta na destruição ambiental e humana, elementos inerentemente necessários para a sobrevivência do sistema sociometabólico do capital.

O capital, em sua crise estrutural, apresenta a sua capacidade de destruição, não sendo mais possível caracterizar o sistema, como nas décadas gloriosas, como “destruição produtiva”. Mézáros percebe esse fato ao analisar diversos aspectos do capitalismo contemporâneo, por exemplo, a transformação do supérfluo em luxo necessário. “Com relação aos indivíduos, prepondera a criação e a manipulação de “apetites artificiais”, já que a “administração da demanda” deve estar subordinada aos imperativos do valor de troca que se expande.” (IDEM, p. 260). A produção do capital não tem mais como objetivo satisfazer necessidades humanas reais, mas criar uma “demanda artificial” para impulsionar o processo produtivo – um exemplo significativo são os automóveis, não se procura produzir um veículo para facilitar a locomoção dos indivíduos, mas se produz visando a mera substituição dos automóveis; ou ainda, ao fortalecer o consumo individual em oposição ao grupo familiar, o capital consegue fortalecer a demanda por produtos “supérfluos” (IBIDEM).

Como vimos, a política econômica neodesenvolvimentista procura “fortalecer a demanda” incentivando e impulsionando o consumo. Não é feita nenhuma reflexão sobre o tipo e as consequências da preponderância do consumo de “supérfluos”. Esses impactos, da crise estrutural do capital, se apresentam nos países avançados, como percebe o autor, e são exportados – devido a inerente capacidade do capital de exportar suas contradições – para os países periféricos, sobretudo pela hierarquia construída pelos países desenvolvidos sobre os

nãos desenvolvidos. Certamente os impactos da crise estrutural serão mais intensos na periferia do sistema, que terão sua situação social – sem possibilidade de resolução “dentro da ordem”, devido a estrutura oriundas de épocas em que foram colônias – mais agravada, como demonstraremos com a emergência do *desemprego estrutural*.

A atual ofensiva do capital transnacional sobre a periferia ganha novos contornos com o capital em crise. Não há novidade em se falar em *mundialização do capital* ou *globalização*, desde suas origens os países de diferentes continentes estabeleceram relações comerciais, militares e etc., a lógica do capital é inerentemente expansionista e dominadora. O ponto central é que com as novas configurações do capital em crise e em expansão, a relativa autonomia conquistada por ex-colônias, por exemplo, sucumbem diante dos imperativos dos países centrais e suas instituições. Lembra Mészáros (2014, p. 232) que Hegel, talvez o maior teórico defensor do Estado moderno, dizia que só havia autonomia de um Estado na medida em que fosse reconhecido por outro. Não é o que ocorre:

[...] os povos que se opõem à perpetuação da relação de força na ordem internacional devem ser desqualificados – e mantidos sob firme controle pelos que têm o poder de fazer respeitar esse controle, privando-os sem a menor cerimônia do direito à autodeterminação – por conta de sua alegada predileção irracional pela criação do “pandemônio étnico” (IDEM, p. 228).

O “pandemônio étnico” que ameaça a expansão do capital, pois pode criar espaços autônomos de decisão, não cabe à situação recente brasileira. Como já vimos, o declínio do nacional desenvolvimentismo e a emergência do modelo subordinado ao capital externo concretizado pela ditadura militar, acabou com a possibilidade da conquista do poder efetivo de decisão. Tanto o neoliberalismo como o neodesenvolvimentismo não possuem a pretensão de conquistar espaços autônomos, e enxergam na associação com os capitais centrais a possibilidade de desenvolvimento.

Mais do que o fluxo de capitais sem restrições, e para além da *mundialização do capital*, o que se consolida no capital em crise estrutural é o predomínio das nações desenvolvidas sobre as periféricas. Como o capital em crise necessita expandir suas fronteiras em busca de oportunidades para retomar o seu ciclo, a existência de formas autocráticas de Estado, como o brasileiro, são extremamente úteis para tal objetivo, e muito melhor se as burguesias internas se adaptarem aos imperativos dos capitais centrais. Fica evidente que o espaço de reivindicação de autonomia, como queria o nacional desenvolvimentismo, se vê concretamente inexistente, pelo menos dentro dos marcos do capital.

A utopia do livre mercado exaltada pelos liberais encontra sua farsa no processo de concentração de capitais e formação de monopólios. As empresas multinacionais – hoje transnacionais – são as que se encontram em condições de acumular e centralizar capitais, a expansão dessas empresas, a procura de mercados e principalmente de mão de obra barata, pressionam os governos e as instituições dos países centrais a impor os mecanismos políticos e econômicos que possibilitam a entrada dessas empresas na periferia. Caso agravado na situação dos países periféricos em que não se apresentam mais os meios e nem as condições para se romper com as determinações exógenas. O Brasil é um exemplo de que não se questiona a entrada das transnacionais no país, pelo contrário, percebem nelas grandes oportunidades de desenvolvimento. Essa configuração intensifica ainda mais o grau de dependência, pois se até mesmo os países centrais se curvam diante do poder econômico dessas empresas, imaginem a situação dos Estados não desenvolvidos. Essas empresas inerentemente procuram centralizar capital aumentando seu poder diante dos Estados nacionais:

...o desenvolvimento das corporações multinacionais é meramente a última emanção da infatigável acumulação de capital e do impulso inato em direção a uma maior concentração e centralização do capital. ... qualquer sucesso das políticas do governo resulta da manutenção ou restauração da saúde da economia por meio da promoção do poder de empresas gigantescas, pois sem a prosperidade dessas empresas a economia só pode ir ladeira abaixo. As razões básicas para a impotência dos governos em manter suas economias num barco flutuando com uniformidade serão encontradas nos limites e contradições do capitalismo monopolista. Em outras palavras, os problemas não surgem dos males das multinacionais ou da presumida redução da soberania dos Estados-nações industrializados e avançados; os problemas são inerentes à natureza de uma sociedade capitalista. (MAGDOFF, apud. MÉSZÁROS, 2014, p. 230).

O poder conquistado pelas transnacionais, e sua capacidade de intervenção política sobre os Estados nacionais, evidenciam um aspecto da atual falta de controle presente no sistema sociometabólico do capital. O objetivo expansionista das transnacionais e o seu atual poder em impor as condições econômicas driblando as regulações existentes, demonstram a expansão de uma lógica irracional, sem efetivo controle, que caracteriza o capital em sua crise estrutural e os seus imperativos destrutivos.

Certamente o poder dessas empresas ameaça muito mais os Estados periféricos do que os desenvolvidos. Dois fatos agravam ainda mais a situação social dos países periféricos: o primeiro diz respeito aos interesses das empresas transnacionais, que visam, acima de tudo,

superexplorar a força de trabalho, dessa forma, o Estado *subsoberano* deverá criar as condições que perpetuam a superexploração da força de trabalho; o segundo aspecto é que, ao se instalarem nos países da periferia do sistema, as transnacionais trazem consigo toda a capacidade de produção desenvolvida nos países centrais, toda a tecnologia de ponta, combinando a extração de mais-valia absoluta e relativa. Sendo esta tecnologia poupadora de mão de obra, o que resulta na perpetuação de um enorme número de indivíduos disponíveis para qualquer tipo e condição de trabalho – preocupação que já era de Celso Furtado, como vimos. Os dois aspectos se combinam para reforçar as condições para a superexploração da força de trabalho, o primeiro por ser o que atrai as transnacionais para a periferia – objetivo das políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas, em acordo com a configuração do capitalismo contemporâneo –, portanto a ação do Estado autocrático será a de manter essas condições; e a segunda por pressionar os valores dos salários para baixo, devido a grande quantidade de indivíduos disponíveis para o mercado de trabalho. A entrada massiva dessas empresas, sem mecanismos efetivos de regulação, resulta em elevação do grau da subordinação e de impactos sociais irreversíveis.

Em sua crise estrutural o capital é cada vez mais transnacional, porém não consegue efetivamente eliminar os espaços individuais, os Estados nacionais. Não se constitui um Estado global, capaz de regular e amenizar as contradições inerentes do sistema (MÉSZÁROS, 2014, p. 243). Para o autor, por mais que os Estados periféricos sejam subordinados às determinações exógenas, há limites internos para a aceitação dos imperativos estrangeiros. “Hoje, como antes, o capital global está desprovido de sua adequada formação de Estado, porque as unidades reprodutoras materiais dominantes do sistema não conseguem se livrar de sua ‘individualidade’.” (IDEM, p. 244).

As individualidades, os diversos Estados nacionais, possuem os seus interesses, assim como as classes dominantes internas. Abre-se a possibilidade de emergirem lutas de cunho nacionalistas que tenham o potencial de questionar as determinações globais do capital em benefício dos interesses internos de cada país. Essa posição aparece da seguinte maneira em Mézáros (IDEM, p. 245):

Assim, a defesa da soberania das nações menores deve ser parte integrante da tentativa de emancipação do domínio do capital no campo das relações entre Estados. Com o sistema existente de dominação e subordinação, intensificado pela pressão do capital transnacional para afirmar seus interesses acima de todas as aspirações à autonomia e à autodeterminação nacionais, a luta dos oprimidos por uma soberania há muito negada é um

passo inevitável no processo de transição para uma ordem sociometabólica qualitativamente diferente.

Aí residiu o aspecto certo do nacional desenvolvimentismo brasileiro quando colocava em primeiro plano a necessidade de se conquistar a autonomia nacional – embora por um viés muito restrito à economia, desatento para as contradições internas entre as classes sociais. E ficam evidentes os limites tanto do neoliberalismo quanto do neodesenvolvimentismo ao não tocarem na questão da autonomia e da autodeterminação, ou quando as mencionam, a reduzem a mecanismos macroeconômicos como a taxa de câmbio.

Contudo, a atenção para o caso dos países periféricos deve recair, também, sobre a necessidade de se superar, no caso brasileiro, as configurações do Estado autocrático e da posição da burguesia que não veem com maus olhos o desenvolvimento associado. Dessa forma, a luta dos setores populares brasileiros, para conquistar a autodeterminação desejada, passa pela superação dessa forma de Estado e em uma luta efetiva contra a burguesia nacional. Já que essa se mostrou hostil a qualquer projeto de construção de uma sociedade autônoma, como exemplifica a sua adesão ao golpe de 1964.

A combinação da expansão do capital em sua crise estrutural, e com ela todas as consequências nefastas para a humanidade, com a existência de Estados autocráticos e uma classe dirigente associada aos imperativos do capital central dão a particularidade fundamental para se compreender os limites do neodesenvolvimentismo, na medida em que o que se procura desenvolver são as implicações da expansão do capital com toda a sua potencialidade destruidora. Há um aspecto da crise estrutural que nos permite compreender essa combinação, o *desemprego crônico*. Pois, na medida em que as políticas e o discurso neodesenvolvimentista almejam a melhoria geral da população através da criação de empregos formais, de aumento de salários, de programas sociais, em síntese do fortalecimento do mercado consumidor interno, emerge o imperativo do capital de tornar cada vez mais os indivíduos supérfluos para o sistema do capital.

### 3.2.1 – O desemprego crônico e a “nova questão social”

O aumento das taxas de desemprego, até mesmo nos países de capitalismo avançado, evidencia um fenômeno particular da *crise estrutural*. A ofensiva do capital sobre o trabalho que se apresenta como a “solução” para a crise da década de 1970 – da qual o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são suas expressões mais significativas –, resulta, nos países desenvolvidos, no desmantelamento do regime fordista. Entendido tal regime como um momento específico da história do capital em que produção e consumo de massas se

combinavam de forma a garantir ganhos para os trabalhadores e uma elevada acumulação de capital, ainda, a força do poder organizativo da classe trabalhadora e a referencia do socialismo soviético como um modelo alternativo ao capitalismo.

A ofensiva do capital ataca diretamente as conquistas dos trabalhadores e a política econômica que propiciava o regime fordista, as políticas keynesianas. A Inglaterra de Thatcher e os Estados Unidos de Reagan são os exemplos mais significativos da ofensiva do capital sobre o trabalho nos países centrais. Há o desmantelamento das leis trabalhistas em ambos os países, a flexibilização dos contratos de trabalho, o corte de gastos sociais e a quebra da relação salarial fordista.

O principal elemento novo é o aumento do excedente populacional, indivíduos que o capital não é mais capaz de absorver. Trata-se de indivíduos que não são mais, em parte, essenciais para o capital. Certamente uma das causas é a inovação tecnológica extremamente poupadora de mão de obra. Em sua busca por acumulação, movido pela necessidade de superar os entraves da concorrência e construir monopólios, as grandes empresas procuram reduzir cada vez mais o capital variável. O resultado é o que se chama de “excesso populacional”, ou, para Mészáros, (2014, p. 543) “trabalho supérfluo”.

As políticas de ajustes que prometiam a estabilidade e o progresso econômico e social, através do mercado, se mostraram ineficazes e pioraram a situação social, até mesmo nos países desenvolvidos. As ilusões das políticas de pleno emprego foram desfeitas, ficava nítido que o pleno emprego não era mais necessário ao capital. Compreendemos com Mészáros (2014, p. 330) que as condições que possibilitaram se falar em pleno emprego foram muito particulares, e dificilmente se repetirá:

O que criou a ilusão de se estar movendo naquela direção foi precisamente a viabilidade – e, por algumas décadas também a praticabilidade – de ganhos defensivos, tornados possíveis pela fase, relativamente pouco problemática, de expansão global do capital. (MÉSZÁROS, 2014, p. 330).

O regime fordista, como já foi apontado, possibilitava o consumo de massas, devido aos padrões salariais alcançados e as altas taxas de empregabilidade que marcam o período. Contudo, as condições que nos permitem falar da existência do pleno emprego não podem ser compreendidas sem se levar em conta a existência dos conflitos militares. A Segunda Guerra e a Guerra Fria – e seus conflitos diversos – impulsionaram a indústria bélica absorvendo grande parte dos trabalhadores, ou seja, a produção para guerra certamente diminui com a “amenização” dos conflitos que seguiu ao pós-guerra e também os postos de trabalho que ela gerou – embora os gastos militares ainda sejam extremamente altos e a indústria bélica ainda

é um setor fundamental para o capital. Outra função que os conflitos militares tinham era o de exterminar trabalhadores excedentes, pois eram esses que iam para o front (MÉSZÁROS, 2014, p. 334). Essas eram as condições do pleno emprego alcançado no período fordista e keynesiano.

Essas condições não podem mais se apresentar, simplesmente pelo fato de que, devido aos avanços e ao poder de destruição da indústria bélica atual, guerras de proporções mundiais ameaçariam a existência humana. Não havendo essas condições, qualquer fala de teóricos e governistas que declaram a presença do pleno emprego podem ser questionadas, isso devido ao fato de que a situação do pleno emprego se deu em um contexto específico de intensos conflitos militares – abertos ou não. A situação é diferente se pensarmos em um país com as condições estruturais de dependência, como o Brasil. Na medida em que o capitalismo brasileiro não se propôs a concorrer na disputa internacional por mercados e territórios como fizeram as grandes potências, por aqui a indústria bélica não se desenvolveu como nos países desenvolvidos – certamente, um aspecto positivo, do ponto de vista humano. O resultado é a não absorção de um excedente populacional e nem a destruição direta deste excedente.

Essa é a face horrenda das políticas de pleno emprego, mostrando que mesmo em períodos em que o capital goza do status de bem-estar, não oculta o seu caráter destrutivo. A superação dessas condições contribui para a permanência de trabalhadores supérfluos.

O “exército de reserva” do trabalho não só não apresentava uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vindo e necessário para sua boa saúde. Enquanto as contradições e os antagonismos internos do sistema puderam ser geridos por “*deslocamentos expansionistas*”, os níveis de piora periódica do desemprego podiam ser considerados estritamente temporários, a serem superados no devido tempo, com tanta certeza quanto à noite se seguir o dia, gerando a ilusão de que o sistema “natural” de reprodução socioeconômica nada teria a temer porque seus ajustes mais cedo ou mais tarde seriam sempre executados com sucesso pelas “leis naturais”. (MÉSZÁROS, 2014, p. 332).

A mudança ocorrida após o período de guerras, a crença no “crescimento e desenvolvimento pacífico”, o declínio dos deslocamentos expansionistas impulsionados pelo conflito militar, a quebra do regime fordista de acumulação e a necessidade da reestruturação da produção e das políticas neoliberais em oposição ao Estado de Bem-estar, resultam na “nova questão social”, cuja manifestação mais sintomática é o *desemprego crônico*.

Há uma situação social efetivamente crítica no sistema atual do capital: o “excesso de população”, indivíduos que não encontram ocupação efetiva no atual modo de funcionamento



do capitalismo, ou seja, a existência de trabalho supérfluo. O capital, por ter os seus limites ativados, ou seja, em um cenário de crise estrutural, não apresenta condições de expansão que incluam essa grande massa de desempregados. A reestruturação e as políticas neoliberais – expressões da crise estrutural – intensificam o cenário de degradação do quadro social. Outro agravante é a falácia da democracia burguesa diante de tal configuração, pois não há espaço para a ação política “dentro da ordem” que conteste os imperativos do capital em crise, fazendo do sonho habermasiano de construção de uma via democrática – *esfera pública* – concomitante com a existência do parlamento burguês (HABERMAS, 1995) efetivamente impraticável<sup>52</sup>, situação agravada nas condições de um país que se caracteriza pela subordinação/dependência e por um Estado autocrático.

A manifestação do desemprego crônico ultrapassa as esferas dos números – para isso bastaria mencionar os dados referentes às dezenas de milhões de trabalhadores sem empregos na China, motor do capitalismo após os anos 1970. Ela representa os limites do capital, na medida em que este sistema não demonstra mais a capacidade de garantir a estabilidade dos empregos – como o fez por poucas décadas no século XX. A ação do capital para lidar com o *desemprego crônico* é a aplicação de políticas que torne a precarização a regra da empregabilidade e de transformar em criminosos os que protestam contra (MÉSZÁROS, 2014, p. 321).

No capital em crise estrutural não há mais a criação efetiva de empregos estáveis, há a reposição dos que saem do mercado de trabalho e em situações contratuais e de direitos distintos dos que caracterizavam o Estado de Bem-estar. Os impactos da reestruturação da produção, do avanço de tecnologias poupadoras de mão de obra, das políticas de flexibilização das leis trabalhistas, se mostram na direção contrária do defendido pelos apologistas do capital – em especial os neoliberais com o discurso da modernização e na crença das resoluções de todos os problemas, inclusive os sociais, através das leis de mercado.

O *desemprego crônico* resultante da crise estrutural do capital demonstra uma das grandes contradições do atual sistema do capital, pois, se trata do descarte do elemento humano, sem o qual o capital não pode sobreviver. Seja na esfera da produção, na geração efetiva de mais-valia, seja na da realização, a partir do consumo dos trabalhadores:

O atual “excesso” ou “população redundante” se refere ao “excesso em relação às necessidades”, num sentido muito limitado. Como acontece com tudo o que é submetido ao domínio do capital, também aqui testemunhamos o impacto de um processo contraditório. Pois as grandes massas de pessoas –

---

<sup>52</sup> Como demonstrou Losurdo (2015, p. 13).

em praticamente todos os campos de atividade – que continuam a ser impiedosamente expulsas do processo de trabalho e consideradas “redundantes” pelos imperativos da expansão lucrativa do capital estão longe de poder ser consideradas supérfluas como *consumidoras* que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da autovalorização do capital. (IDEM, p. 322. Grifos do autor).

Tornar supérfluo o elemento fundamental do sistema sociometabólico do capital – o trabalhador – evidencia os limites absolutos do capital. O capital não consegue mais exercer o controle necessário entre *produção e consumo*. O *desemprego crônico*, para além do enorme prejuízo social – irreversível dentro dos marcos do capital – evidencia os próprios limites do sistema, pois interfere na geração de valor, para qual o elemento humano – o capital variável – é indispensável, assim como na reprodução desse valor. Certamente na periferia do sistema essa contradição surge com demais componentes. Como aponta Mészáros (2014, p. 342) nas sociedades “subdesenvolvidas” os altos índices de desemprego são a norma, isso se deve ao fato de ser o “excesso populacional” *funcional* para a geração e reprodução de capital nesses países (FERNANDES, 2008, 2010; OLIVEIRA, 2003a).

Apresenta-se um impasse para os países não desenvolvidos e que insistem na intensificação das relações capitalistas como solução para a diversidade de problemas, econômicos, políticos e sociais. Países dependentes que não podem abdicar dos “benefícios” do capital externo e das empresas transnacionais, possuem como principal mecanismo de atração desses capitais a manutenção e intensificação da precarização social, pois assim pressionará para baixo o preço da força de trabalho – objetivo primeiro das empresas transnacionais quando buscam os países periféricos para investimentos. Condição agravada pela intervenção do Estado com todo seu aparato nessa direção. O impasse se revela: na medida em que se mantêm a situação de dependente a precarização social, a superexploração do trabalho, é o pilar do processo de acumulação, pois é ela que atrai os investimentos externos desejados.

A ação das empresas transnacionais nos países periféricos possui estreita relação com o melhor quadro social presente nos países centrais, o exemplo de Mészáros (2014, p. 340) é significativo:

Quando a Ford das Filipinas paga 30 centavos por hora à força de trabalho local, conseguindo, desta forma, um retorno de 121,3 por cento sobre o capital próprio, em contraste com uma média mundial de 11,8 por cento (valor que inclui, evidentemente, os lucros imensos de fábricas no Terceiro Mundo), é obvio que isto ajudou a Ford Corporation a pagar o salário de 7,50 dólares no mesmo ano (1971) pelo mesmo tipo de trabalho à sua força

de trabalho de Detroit, ou seja, 25 vezes mais que o salário das Filipinas (MÉSZÁROS, 2014, p. 340).

No entanto, as condições do capitalismo contemporâneo ameaçam até mesmo essa forma de acumulação e transferência de capitais:

Entretanto imaginar que essas práticas possam continuar para sempre vai contra todas as evidências, como demonstram claramente os graves problemas das montadoras americanas em anos recentes – resultando em enormes prejuízos e nas enormes quantidades de mão de obra excedente, já citados, nos próprios Estados Unidos. Assim, sugerir que essas contradições, com todas as ramificações “metropolitanas” e globais, possam ser resolvidas ou aliviadas por alguma forma de “protecionismo regional” desafia a racionalidade. (IBIDEM).

A queda da participação das indústrias se apresenta até mesmo em países da periferia, cujo Brasil coevo é um exemplo<sup>53</sup>. Promovendo uma disputa entre os próprios países periféricos por investimentos externos, sendo que a forma necessária de atrair os capitais exógenos é mantendo ou intensificando o baixo valor da mão de obra, combinado com a isenção e exonerações fiscais, ou seja, atração de capital através de recursos públicos.

Os problemas sociais e econômicos vividos pelos países desenvolvidos após a década de 1970 foram e são regras nos países periféricos. O que gera uma grave contradição para as teorias da modernização e que apostam na prosperidade do capitalismo, o referencial da situação social e econômica a ser alcançado passa a se dissolver, seja pela ameaça da desindustrialização, seja pela “questão social”, demonstrando efetivamente a incapacidade do capital em apresentar soluções ao menos razoáveis para os problemas sociais, mesmo nos países centrais.

Os efeitos sociais das transformações do capitalismo a partir da década de 1970 demonstram que não houve somente a globalização da economia, mas também dos problemas sociais, os países desenvolvidos presenciam em seu solo os elementos característicos do “terceiro mundo”, como precarização e desemprego (MÉSZÁROS, 2013, p. 31). O *desemprego crônico*, camuflado pelas teorias da flexibilização e das novas formas de organização do trabalho, vivido no mundo desenvolvido evidencia que a ofensiva do capital em sua crise estrutural atinge – devido a sua característica expansionista – todos os cantos do planeta, fazendo que diversas partes do mundo capitalista convivam com o *subdesenvolvimento crônico* (IDEM, p. 30):

---

<sup>53</sup> Desde 2010 a participação da indústria no PIB vem caindo. Ver *Folha de São Paulo*, 28 de fevereiro de 2014, p. B11.

Ironicamente, nesse caso, o desenvolvimento daquele que é de longe o mais dinâmico sistema produtivo da história culmina por proporcionar um número cada vez maior de seres humanos supérfluos para o seu mecanismo de produção, embora – de acordo com o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – estejam longe de ser supérfluos como consumidores. A novidade histórica desse tipo de desemprego do sistema globalmente integrado é que as contradições ocorridas em qualquer uma de suas partes específicas complicam e agravam os problemas de outras partes e, conseqüentemente, da sua totalidade. A necessidade de produzir desemprego, “diminuição de custos” etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes [...] as soluções parciais não serão capazes de prestar sequer a mais superficial atenção aos sofrimentos humanos, até porque é a primeira vez na história que a dinâmica – e, em suas implicações finais, dinamicamente destrutivas – do controle social metabólico auto-expansivo do sistema expõe, brutalmente se necessário, uma maioria esmagadora de seres humanos do processo de trabalho. Esse é o sentido profundamente perturbador da “globalização”. (IDEM, p. 32).

A necessidade de globalizar o desemprego crônico para continuar sua lógica expansionista, e impulsionar a acumulação em sua crise estrutural, é uma das maneiras encontradas pelo capital de promover a *equalização declinante da taxa de exploração diferencial* (IDEM, p. 36). A globalização das condições de trabalho características do subdesenvolvimento evidencia a intensificação da exploração do trabalho mesmo nos países desenvolvidos, isso é verificável pelo avanço global das políticas de desregulamentações e de flexibilização necessárias para a acumulação de capital em sua crise estrutural, contribuindo para a acumulação de *capital global* – já que se trata de uma equalização da qual faz parte todos os países do capitalismo – que se distingue do *capital nacional total*:

Por ora basta salientar que o “capital social total” não deve ser confundido com o “capital nacional total”. Quando este último sofre os efeitos de um enfraquecimento relativo de sua posição dentro de um sistema global, tentará inevitavelmente compensar suas perdas com o aumento de sua taxa de exploração específica sobre a força de trabalho sob o seu controle direto – de outro modo terá sua competitividade novamente enfraquecida dentro da estrutura global do “capital social total”. (IBIDEM, p. 37).

Essa distinção é extremamente relevante, pois recupera a participação que tem no sistema global as individualidades, os Estados nacionais. Assim, a peculiaridade de cada formação social será relevante para compreendermos as ações de cada Estado que se encontre em situação desfavorável na promoção da intensificação das taxas de exploração. No caso brasileiro mais uma vez se faz necessário mencionar o excedente populacional estrutural

resultante da efetivação do capitalismo brasileiro, assim como o tipo autocrático de Estado que mantêm e intensifica as condições que permitem a superexploração da força de trabalho. Em períodos de crise econômica – como as que se iniciaram em 2012 e percorrem 2015 – presenciaram-se diversas políticas ofensivas à classe trabalhadora e que visam intensificar a exploração da força de trabalho, seja nas políticas de ajustes – principalmente através dos cortes nas áreas sociais – aumentando o valor de reprodução da força de trabalho, seja pela retomada do debate da intensificação da flexibilização das leis de trabalho ampliando a possibilidade de terceirização da mão de obra<sup>54</sup>. São formas de potencializar o “capital nacional total” diante do “capital social total”.

As novas determinações sobre a organização do trabalho, assim como o *desemprego crônico*, são expressões da “nova questão social” que se apresenta no sistema do capital em sua crise estrutural:

Nesse quadro, a questão social retornou ao centro das preocupações tanto das sociedades contemporâneas, em geral, como dos trabalhadores, em particular, figurando fortemente no ideário sindical. Porém, não se trata de um mero retorno aos problemas do passado. Os fenômenos sociais que temos presenciado não são de fácil encaixe nas categorias preexistentes. Tratar-se-ia, portanto, de uma *nova questão social*. O trabalho, um dos eixos centrais de vertebração da ordem social moderna, ficou enfraquecido, com a chamada *crise do trabalho*, e a sociedade sofreu consequências, através de problemas sociais diferenciados, no que já vem sendo designado como *a nova era das desigualdades*, marcada, entre outras características, pela perda de institutos de proteção social, pelo aumento das taxas de pobreza global e pelo aumento das disparidades sociais, enfim, pela ampliação das margens de vulnerabilidade social e econômica. (RAMALHO e SANTANA, 2012, p. 13. Grifo dos autores).

Assim emergem conceitos como *dês-socialização do trabalho* (IDEM, p. 14), demonstrando que o que mais caracteriza o período atual é a falta de socialização e de preocupações efetivas com a “questão social”. Em nosso entendimento, termos como “nova questão social” e “dês-socialização do trabalho” são importantes para apontar a configuração atual da organização do trabalho, ou seja, a sua diferença em relação a outros períodos. No entanto, eles não podem ocultar o ponto essencial que caracteriza a “questão social” sob o sistema do capital, que é a existência de indivíduos que por não possuírem os meios de produção, tem de vender sua força de trabalho. Este é o elemento que persiste em qualquer momento histórico sob o sistema do capital, contudo apresentando intensas alterações ao

---

<sup>54</sup> Do qual é exemplo a PL 4.330.

longo do tempo, como veremos no próximo capítulo. Assim, “nova questão social” é a forma atual e as condições em que os indivíduos vendem sua força de trabalho.

A precarização social global – elevação das taxas de exploração, o que quer dizer entre outras coisas, mais trabalho e menos salário, configurando superexploração – e o desemprego crônico – que também afetam os salários devido à pressão para baixo que os desempregados exercem sobre os salários – constituem uma necessidade para o capital em crise, como vimos. No entanto, também representa a ativação de um de seus limites absolutos. Isso na medida em que os trabalhadores são também consumidores necessários para o processo de reprodução e valorização do capital.

Em seu teor, essas medidas [em geral, equalização declinante da taxa de exploração diferencial, flexibilização e etc.] não combatem a tendência à recessão global – e, no devido momento, depressão – pela simples razão de que é impossível espremer o “poder de compra crescente” (necessário para uma “expansão saudável”) de salários que encolhem e do deteriorado padrão de vida da força de trabalho. Apesar de todos os esforços e recursos da intervenção do Estado e da teoria econômica capitalista, ninguém conseguiu resolver esta contradição particular (nem os bitolados representantes implacáveis da “direita radical” no governo e nas empresas) nem jamais conseguirá [...] O caso é que, para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o “tempo necessário de trabalho” (ou o “custo do trabalho na produção”), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*. Ao fazer isso, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada. (MÉSZÁROS, 2014, p. 225. Grifos do autor).

Ora, é exatamente essa contradição que o neodesenvolvimentismo e seus defensores se propõem a resolver quando enfatizam que estabeleceram políticas que aumentaram o número de empregos, chegando a uma situação considerada de “pleno emprego”, e de intensificação do mercado consumidor interno, devido aos ganhos salariais e aos programas sociais; sendo, em discurso, para os defensores do neodesenvolvimentismo, o “social” o “eixo” do modelo econômico. Pois bem, será tarefa do próximo capítulo analisar em que medida o neodesenvolvimentismo alcançou efetivamente suas pretensões diante da “nova questão social”.

#### **IV – A “questão social” e o neodesenvolvimentismo: a utopia do Estado de bem-estar na periferia**

Não é objetivo deste capítulo discutir se houve ou não melhorias sociais no período neodesenvolvimentista. O que se encontrará é uma abordagem da “questão social” distinta da divulgada pelos discursos e textos dos defensores desse conceito. O nosso objetivo é precisar a “questão social”, sem reduzi-la a elevação de salários, ou ao aumento do emprego, ou mesmo aos impactos de programas como o Bolsa Família ou do Minha Casa Minha Vida, mas tratando-a em sua determinação *essencial*, a saber, a existência de indivíduos que por não terem outra opção são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver, estando dependentes e submetidos às diversas oscilações do capital. Vamos demonstrar que enquanto a “questão social” não for colocada nesses termos, não se apresentará uma solução efetiva para a superação das condições de pobreza e miséria, do desemprego e da baixa remuneração. Só surgirá uma perspectiva que procure eliminar as desigualdades produzidas pelo sistema do capital na medida em que se procure romper com a subordinação e a vulnerabilidade dos trabalhadores em relação às determinações e oscilações do capital.

O trato dado à “questão social” no Brasil, por parte das elites, governos e diversos intelectuais é comumente o de reduzi-la ora a caso de polícia, ora a estrita esfera da política, ou mesmo a culpar a própria vítima. Poucas vezes estabelecendo os nexos necessários entre economia e sociedade. Em outras palavras, não se entende a “questão social” como resultante do modelo de acumulação, ainda mais quando localizado na periferia do sistema.

Para o caso brasileiro a “questão social” tem suas origens – o que não quer dizer que antes não havia problemas sociais, como, por exemplo, as condições dos indígenas sob a dominação dos colonizadores, ou mesmo na relação do escravo com o senhor, quer dizer apenas que o termo se refere ao período seguinte – no fim da escravidão. Especificamente no fato de o fim da escravidão disponibilizar uma massa de trabalhadores “livres” não absorvidas pelo mercado em sua totalidade e quando inseridos nas relações de trabalho assalariado se submeterem as diversas formas de superexploração do trabalho. As condições advindas da “modernização”, como desemprego, trabalho precário, ausência de políticas públicas e etc. resultam em protestos que levam ao reconhecimento da “questão social” por parte da elite dirigente. Contudo, ainda prevalece a tese de que a miséria e a pobreza são culpa dos próprios pobres e miseráveis:

Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a

vítima é culpada. Há estudos em que a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância” parecem estados da natureza, ou de responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. (IANNI, 1989, p. 149).

É certo que essa concepção tem inspiração na economia política vulgar do século XIX, por exemplo, em sua manifestação malthusiana – como veremos abaixo. O não esforço em revelar as reais tramas da “questão social” leva a fácil “solução” de simplesmente repreender as suas manifestações, transformando-a em caso de polícia. Mais tarde, após 1930 para marcar um período, o Estado começa a assumir para si a resolução dos problemas sociais, afinal, assim teriam feito os países modernos e desenvolvidos. O fato é que mesmo com a concretização de um Estado “moderno” – seja do tipo “populista”, seja autocrático militar – não surgiu uma política capaz de superar a permanência da “questão social”. Mesmo com taxas significativas de crescimento econômico apresentadas no período do “milagre”, a regra foi a expansão da miséria e da pobreza<sup>55</sup>, e a efetiva inviabilização da participação política da grande massa, característica do estado autocrático burguês. Ao ponto de Ianni (1989, p. 146) dizer as seguintes palavras sobre a “República” de 1985:

A questão social continua a ser um desafio para a Nova República inaugurada em 1985. Os diagnósticos realizados indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas. Remetem a raízes que implicam o militarismo e o populismo. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece.

Estava evidente que a fórmula crescimento econômico e Estado forte não resultava em melhorias sociais, em extinção da “questão social”. Por isso, encontrava, o nosso autor, o seguinte diagnóstico:

Uma história que se sintetiza nas seguintes palavras: questão social, problema de polícia ou problema político. Uma história que revela a escassa “modernização” alcançada em determinadas esferas da sociedade, enquanto que nas principais esferas da economia tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma fábrica que fabrica o progresso fabrica a questão social. (IDEM, p. 154).

Qual seria a *fábrica que fabrica a questão social*? E mais, os instrumentos neodesenvolvimentistas são capazes de reverter a *fabricação da “questão social”*?

É corriqueiro na literatura especializada a compreensão de ser o Estado a instituição capaz de amenizar os problemas sociais. A existência de um sistema democrático garantiria para a população precarizada a possibilidade de interferir nos processos de decisão de modo a

---

<sup>55</sup> Mello e Novais (2009) evidenciam que a modernização e industrialização do Brasil, mesmo com significativas taxas de crescimento econômico, conviviam com um cenário de degradação social.



direcionar as políticas em seu benefício. De fato, as legislações trabalhistas do século XIX, o Estado de Bem-estar de meados do século XX são exemplos significativos da relação do Estado com a “questão social”. No entanto, não é mais o que se presencia diante da ofensiva do capital após a crise da década de 1970. O cenário global é de intensificação da precarização social, cujos determinantes se encontram na *crise estrutural do capital* e em uma de suas manifestações, o *desemprego crônico*.

A teoria desenvolvimentista em geral não abre mão de dois pressupostos – caso contrário não seria desenvolvimentista – a aposta no capitalismo e no crescimento econômico como um sistema eficaz para o funcionamento da sociedade, e no Estado como a instituição capaz de distribuir os frutos do crescimento econômico de modo a amenizar e quiçá superar a “questão social”. Celso Furtado, já em sua obra tardia, com todos os méritos que sua teoria e a sua pessoa possuíam, ainda carregava essa concepção em relação ao Estado em 1999 quando enfrentava a temática da globalização:

*Se o Estado nacional é o instrumento privilegiado para enfrentar problemas estruturais, cabe indagar como compatibilizá-lo com o processo de globalização. Pouca dúvida pode haver de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve ser objeto de rigorosos constrangimentos, o que exige a preservação e o aperfeiçoamento das instituições estatais. Não se trata de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais, e sim orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos. Favorecer as tecnologias de ponta pode ser racional se o objetivo estratégico é abrir espaço no mercado externo. Mas, se o objetivo principal é alcançar bem-estar social, não tem fundamento investir em técnicas intensivas de capital e poupadoras de mão-de-obra, como se vem fazendo atualmente no Brasil. (FURTADO, 1999, p. 13. Grifos nosso).*

Há a perspectiva de que ser o Estado capaz de estabelecer uma estratégia de modo a compatibilizar a globalização com o bem-estar social. É evidente que a crítica à globalização é profunda na obra do autor, mas também é evidente a caracterização que Furtado preserva do poder de regulação do Estado, sendo este até mesmo capaz de alcançar o bem-estar na medida em que atue na contramão dos investimentos em tecnologias poupadoras de mão de obra. A apreensão do Estado na teoria desenvolvimentista em geral – o que inclui a neodesenvolvimentista –, se dá em torno da *positividade* do Estado.

O nosso trabalho procurou demonstrar que com o processo de *crise estrutural do capital* não há mais a possibilidade de compatibilizar Estado e significativas melhorias sociais. O Estado age para potencializar os objetivos destrutivos e desumanos da lógica irracional de expansão do capital. Deve ficar entendido que Estado não é mais a instituição capaz de estabelecer um relativo equilíbrio entre o caráter inerentemente expansivo do capital

e ganhos para os trabalhadores, ao contrário, ele é o agente mais eficaz – porque dotado de toda a burocracia e poder coercitivo – da *fábrica que fabrica a questão social*. Por isso deve ser entendido através de sua *negatividade*<sup>56</sup>.

O aspecto social no neodesenvolvimentismo é, acima de tudo, a recuperação dessa crença no Estado, tendo como um de seus fundamentos a” [...] ação forte do Estado na área social com o objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades.” (MATTEI, 2011, p. 11). O direcionamento do Estado para a redução da pobreza e da desigualdade é o que justifica o termo “social desenvolvimentismo” atribuindo à política econômica uma face social. Intelectuais próximos ao governo, e mesmo integrantes do governo, divulgam amplamente a melhoria social propiciada pelo neodesenvolvimentismo, devido ao fato de ser o social o “eixo estruturante do crescimento econômico” (MERCADANTE, 2010c, p. 3).

Em sintonia com passagens que reproduzimos no segundo capítulo quando tratamos especificamente da teoria e das pretensões do neodesenvolvimentismo, Mattoso (2013, p. 115)<sup>57</sup> enaltece as políticas sociais do período neodesenvolvimentista:

O conjunto de programas e ações do Estado, tais como os de garantia de renda (seguridade social e Bolsa Família, por exemplo) e de regulação (como salário-mínimo), mesmo que ainda demandando melhor articulação, conformou uma maior mobilização de recursos fiscais e uma nova política social, capazes de enfrentar a pobreza e a desigualdade endêmicas e favorecer a ampla recuperação do mercado interno.

O aumento significativo do salário mínimo, a política habitacional do programa Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família, o fácil acesso ao crédito, principalmente o consignado, o aumento do número de empregos formais e etc. é o que permitem aos neodesenvolvimentistas e aos integrantes do governo exaltar as melhorias sociais. O cenário descrito remete a pretensão de se alcançar o destruído Estado de bem-estar. Mas nos mostra também a funcionalidade que as políticas sociais possuem para a acumulação de capital, por isso o apoio de parte do empresariado aos governos petistas.

O suposto aumento da renda de parte da população brasileira gerou o otimismo de setores do empresariado, como expressam as palavras do publicitário Nizan Guanaes<sup>58</sup>:

---

<sup>56</sup> Há uma discussão polêmica sobre a *positividade* e a *negatividade* do Estado na teoria marxista. Sabemos que grande parte dos pensadores e revolucionários marxistas sabiam da necessidade de superar o Estado para inaugurar uma sociedade distinta da do capital. Contudo, também sabemos que devido a vários fatores as tentativas revolucionárias acabaram por manter e intensificar o aparato estatal entendendo-o como um elemento chave para potencializar a transição. A negatividade do Estado e da política é amplamente discutida nos escritos de José Chasin, que defendia a teoria da *determinação ontonegativa da politicidade* (CHASIN, 2000b, principalmente a partir da página 129). Para nós a negatividade do Estado e da política praticada dentro da lógica do capital diante das determinações da crise estrutural evidenciam a *negatividade* do Estado para qualquer pretensão de emancipação humana.

<sup>57</sup> Jorge Mattoso foi presidente da Caixa Econômica Federal entre 2003 e 2006.

A revolução no Brasil não acontece com os cidadãos pegando em armas, mas pegando em cartões de crédito.

O Brasil tem uma nova geração de consumidores que não quer apenas produtos e serviços básicos. Eles conquistaram acesso ao que antes era distante e inalcançável e não admitem regresso. Querem produtos excitantes, de maior valor e maior encantamento.

Esse é o grande fenômeno do novo mercado brasileiro. O caminho aberto para as empresas, os produtos e as marcas crescerem de forma sustentável por muitos anos.

Essa configuração possibilitou que milhões de brasileiros fossem classificados como “classe c”. A ascensão ao consumo de ampla parcela da população é resultante, para o governo e por intelectuais defensores do neodesenvolvimentismo, da política de distribuição de renda:

Em relação a uma análise da política fiscal, a aceleração do crescimento do PIB e a minirreforma tributária geraram um ganho de receita para o setor público no biênio 2004-2005. No âmbito federal, tal ganho foi destinado basicamente para dois fins: aumentar o resultado primário, de modo a reduzir o tamanho da dívida pública em relação ao PIB; e ampliar as transferências de renda às famílias mais pobres, com o objetivo de *reduzir a desigualdade na distribuição de renda*. (BARBOSA;SOUZA, 2010, p.6).

Diante deste cenário exaltado pelos defensores do neodesenvolvimentismo, podemos notar duas questões que nos parece de fundamental importância: a) a capacidade de o Estado possibilitar melhorias sociais em geral e especificamente em combater a pobreza e a desigualdade; b) o entendimento de que crescimento econômico e aumento do consumo são as políticas capazes de combater a miséria e a desigualdade. Tudo parece se resolver, para os defensores do atual modelo de desenvolvimento, a crescimento econômico e um Estado capaz de direcionar ganhos para os setores que vivem do trabalho.

O que falta é precisar o que deve ser entendido por “questão social” de modo a compreendermos porque as diferentes formas de Estado – liberal, desenvolvimentistas, neoliberais, neodesenvolvimentistas, “socialistas”, de Bem-estar – não superaram de maneira geral o aumento da precarização social. As más condições de vida, a pobreza, conviveram nessas formas sociais, sendo, em todos os modelos, em graus distintos, funcionais para a acumulação e expansão do capital. Uma forma de compreender o motivo dessa permanência é tratar a “questão social” historicamente.

---

<sup>58</sup> GUANAES, Nizan. “O brasileiro do ano”. *Folha de São Paulo*, 30 de outubro de 2012.

#### 4.1 – “Questão social”: uma breve história

Uma maneira de abordar o problema é identificando que o conceito de distribuição de renda, ou especificamente de *justiça distributiva* – que para Macpherson (1991) é derivado do conceito de *justiça econômica* –, não é nenhuma novidade. Ele emerge concomitante com as relações mercantis, na medida em que as relações econômicas escapam ao controle da sociedade, tornando-se relativamente autônomas. O conceito tem suas origens na emergência das relações mercantis devido à intensificação do processo de separação dos indivíduos de seus meios de subsistência. Não foi por acaso ter sido Aristóteles o primeiro – que se tem registro – que notou a necessidade de um conceito – mais tarde uma prática política – que se referiam as condições desiguais inauguradas pelas formas mercantis: “Aristóteles preocupava-se com a acumulação de riquezas pelos comerciantes porque ela modificava as relações de troca e, logo, a distribuição de *renda*: ela colocava em risco a subsistência, os meios de consumo materiais dos cidadãos livres.” (MACPHERSON, 1991, p. 19).

A Atenas em que viveu o filósofo se caracteriza, entre outros elementos, por ser uma sociedade já voltada para atividades mercantis. O processo de efetivação das relações impostas pelo capital encontra-se, em pleno desenvolvimento na cidade grega. O resultado são as modificações diante das relações tradicionais, amplamente alteradas com o emergir das relações mercantis, daí a necessidade de se enfatizar a ética que neste momento se refere à manutenção das tradições diante do emergir da sociedade pautada pela troca (HELLER, 1983). Dada a degradação social e econômica imposta pela emergência das relações que caracterizaram o capitalismo mercantil, se fez necessário, por parte de Aristóteles, estabelecer o conceito de *justiça distributiva*:

A justiça distributiva – referente à distribuição do produto global da sociedade entre os cidadãos – exigia que toda família tivesse a renda necessária para uma vida digna, a quantia que permitisse a cada uma combinar temperança e liberdade. A justiça distributiva, tal como a comutativa, preocupava-se com o resultado das novas relações de troca geradas pelo aumento do capital mercantil; as relações de *produção*, seja esta resultante do trabalho servil ou de camponeses e artesãos livres, eram dadas como estabelecidas. (MCPHERSON, 1991, p. 19. Grifo do autor).

O conceito de justiça distributiva é presente, segundo Mcpherson, até a Idade Média. Podemos supor que no período medieval, a ordem teocêntrica impedia a existência do conceito, associando a pobreza ao sacrifício. Na medida em que as relações de mercado se sobrepõem cada vez mais sobre a sociedade – o que ocorre efetivamente nos séculos XVII e

XVIII –, o conceito perde seu vigor, tornando-se subjugado à lógica das relações egoístas de mercado, como se apresenta nas obras de Hobbes e Locke, por exemplo:

Pois foi somente então que, na maioria dos países adiantados, o mercado mudou, e se percebeu que ele mudara, qualitativamente: as energias e aptidões humanas – a capacidade dos homens de trabalhar produtivamente – tornaram-se normalmente negociáveis. A partir daí, uma parte cada vez maior da população trabalhadora passou a vender sua mão-de-obra em vez de seus produtos. A própria mão-de-obra, como salientou Hobbes, tornou-se uma mercadoria cujo preço era determinado pelo mercado impessoal. (IDEM, p. 23).

Estavam dadas as condições para que as relações de mercado se colocassem acima dos interesses da sociedade. A desigualdade econômica entre os indivíduos não necessita mais de um conceito como o de *justiça distributiva*, mas sim da exaltação do mérito individual. A parte que cabe a cada indivíduo do produto global está em função de seu mérito (IDEM, p. 22). *O Estado não é direcionado para resolver a “questão social”, na medida em que ele também está, assim como a sociedade, submetido à lógica do mercado.* No Estado não se encontraram políticas que visam aplicar a *justiça distributiva*, mas sim políticas que intensificam as relações capitalistas e desiguais. Nota-se, que desde o emergir do capitalismo moderno o direcionamento do Estado está em atender as demandas do capital, estando submetido à sua lógica.

No pensamento econômico a supremacia do mercado também é presente, naturalizando as desigualdades e o pauperismo. O maior exemplo seja, talvez, a teoria de Malthus:

Como a população procura incessantemente extrapolar os meios de subsistência, a beneficência é uma loucura, um incentivo público à miséria. Em consequência, o Estado nada pode fazer além de abandonar a miséria à sua sorte e, quando muito, facilitar a morte dos miseráveis. (MALTHUS, apud, MARX, 2010, p. 34).

No século XIX há, segundo Mcpherson, uma tentativa de retorno do conceito. O autor cita o exemplo do programa de Gotha da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, dirigida por Ferdinand Lassalle. Contudo, enfatiza que Marx o crítica duramente por se referir apenas à esfera da circulação, da distribuição, e não da produção. De fato, as duras críticas de Marx ao programa de Gotha enfatizam que a ênfase se localize na esfera da produção, por residir nela o ponto de partida para identificar as desigualdades sociais (MCPHERSON, 1991, p. 24). Na medida em que o programa de Gotha exigia a “distribuição justa do fruto do trabalho”, Marx respondia que a distribuição dos meios de consumo não pode ser separada das condições de produção, sendo a primeira consequência da última:

O modo de produção capitalista, por exemplo, baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores sob a forma de propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, da força de trabalho. Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a atual distribuição dos meios de consumo. Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, então o resultado seria uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual. (MARX, 2012, p. 32).

Portanto, não cabe a uma organização socialista reduzir as suas reivindicações a uma “distribuição justa do fruto do trabalho”, mas sim dirigir suas reivindicações para socialização dos meios de produção, pois daí resultaria outra forma de distribuição dos meios de consumo.

Percebia-se, no século XIX, que mesmo com o aumento das forças produtivas as situações de pobreza e miserabilidade se intensificavam, o que exigiam respostas até mesmo dos setores mais conservadores. E são os conservadores que irão se apropriar do conceito, ocultando os “[...] nexos entre economia e sociedade – donde a interdição da compreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização.” (NETTO, 2013, p. 22). A “questão social” apropriada pelo conservadorismo burguês acaba por ser *naturalizada*, por perder qualquer determinação social e econômica; restringindo-se a explicação de que são

“[...] características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte “científico”) capaz de amenizá-las por meio de um ideário *reformista* [...]”. (IBIDEM. Grifo do autor).

Diferente do que Marx apontava – ou seja, diferente de se considerar a “questão social” como resultante da apropriação desigual dos meios de produção, estabelecendo um nexo entre economia e sociedade – a “questão social” é convertida em “*ação moralizadora*”, na qual:

[...] o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente: o cuidado e o trato com/das manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer intervenção tendente a problematizar a essência da ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um *reformismo para conservar*. (IDEM, p. 23. Grifos do autor).

A partir de então este será o trato dado a “questão social” por parte das políticas do Estado. Não se estabelece um nexo entre economia e sociedade para a compreensão da “questão social”. Inalteradas as condições da propriedade dos meios de produção, a preocupação com a “questão social” se apresenta com maior vigor no século XX, assim como o conceito de justiça econômica. Isso devido, segundo Mcpherson (1991, p. 29), a três

aspectos: a) a formação de sindicatos, principalmente os socialdemocratas, exigindo uma redistribuição mais justa; b) a formação de grandes grupos empresariais – monopólios – evidenciando os limites da concorrência no capitalismo; c) o emergir do Estado como agente na distribuição da renda ao lado do mercado. O terceiro motivo merece mais a nossa atenção:

O mercado já não responde sozinho pela distribuição do produto anual global entre aqueles que contribuem para sua produção. Em todos os países capitalistas adiantados, o Estado agora intervém de muitas maneiras nessa distribuição: ele impede ou distorce a distribuição que seria feita pelo mercado. (IBIDEM).

A participação do Estado na distribuição da renda se deve ao fato, segundo o autor, de o Estado ser compelido a intervir devido a pressões oriundas dos movimentos trabalhistas, por setores do capital e também para salvar o próprio sistema (IBIDEM).

Tais pressões continuam atuando. Elas indicam que tanto os setores capitalistas mais avançados como os movimentos de trabalhadores (e agricultores) consideram o mercado incompetente para promover uma distribuição de renda mais justa. Por conseguinte, também nesse sentido o mercado não pode mais pretender-se isento de padrões éticos alheios à sua natureza. Além disso, o Estado, que agora participa da função distributiva, deve sustentar, enquanto Estado democrático, que sua política econômica visa ao interesse público; e o princípio mais conveniente, porque mais familiar, para ser invocado é a justiça econômica. (IBIDEM).

Olhando rapidamente para a história e identificando os momentos em que o conceito, “questão social”, se apresenta com mais força, se percebe que ela esta imbricada com o desenvolvimento das forças produtivas, seja o caso de Atenas, ou da Inglaterra, trata-se da supremacia da lógica racional do mercado diante da sociabilidade tradicional. O século XIX evidencia o ressurgimento da “questão social”, assim como a incapacidade de o Estado burguês já concretizado e dos mecanismos de mercado superarem as desigualdades, a pobreza, o pauperismo e etc. No século XX, o Estado é impelido a agir, diante das pressões que sofre, de modo a propiciar uma distribuição mais equitativa da renda. Sem ter o objetivo de discutir a exposição de Mcpherson, que se mostrou muito válida até o momento, se faz necessário identificar com qual motivação o Estado, no século XX, principalmente, toma para si – em associação com o mercado, evidentemente – a função de distribuir a renda global. Seria, de fato, a intervenção do Estado nas “questões sociais” resultado somente das pressões oriundas de diversos setores da sociedade? Penso que tal questão merece uma reflexão mais aprofundada a partir de alguns pressupostos marxianos para compreendermos em que medida o Estado pode, efetivamente, propiciar a resolução da “questão social” e se há algum limite para a sua atuação.

#### 4.2 – A problematização marxiana: os limites do Estado e da questão distributiva

Marx, já em 1844, percebeu os limites do Estado para lidar com a “questão social”, no caso o pauperismo. Em texto de oposição a um artigo que enfatizava ser o pauperismo dos tecelões prussianos resultado, em grande medida, do fato de ser a Alemanha um país *apolítico*, Marx evidencia que o pauperismo é um fato social presente também nas nações *políticas*, como Inglaterra e França (MARX, 2010, p. 30). E a política do primeiro país – o mais avançado para a época – se restringia ou a beneficência ou a ausência de beneficência; ou com a criação de impostos para arcar com os custos do pauperismo, ou por total abandono deste, na medida em que, segundo a teoria vigente – de inspiração malthusiana – a beneficência ampliava o pauperismo. O ponto central, percebia Marx, era o de não localizar o pauperismo como resultado da indústria moderna:

A primeira coisa que a Inglaterra tentou, portanto, foi acabar com o pauperismo por meio da beneficência e de *medidas administrativas*. Depois, ela não encarou o avanço progressivo do pauperismo como consequência necessária da *indústria* moderna, mas como consequência do *imposto inglês para os pobres*. Ela compreendeu a penúria universal como uma mera *particularidade* da legislação inglesa. O que antes era derivado de uma *falha na beneficência*, passou a ser derivado de um *excesso de beneficência*. Por fim, a miséria foi vista como culpa dos miseráveis e, como tal, punida neles mesmos. (IDEM, p. 35. Grifos do autor).

Para tratar da questão do pauperismo, portanto, era necessário estabelecer um nexo, para Marx, entre economia e sociedade. Tratava-se de compreender que o avanço das forças produtivas produzia efeitos na sociedade, dentre eles as formas extremas de pobreza. A questão da miséria não podia mais ser explicada somente pela presença ou não do Estado, pela eficiência da administração ou pela beneficência da sociedade, na medida em que a forma mais acabada de Estado e de produção – a Inglaterra – não apresentava soluções para controlar a expansão do pauperismo. Se o Estado, a administração, não é capaz de eliminar a “questão social”, não é nele que reside a explicação da existência e permanência da pobreza e miséria presentes nas sociedades modernas. Mesmo se o Estado se colocar como o agente capaz de distribuir renda, ou de aumentar o preço da força de trabalho, isso ocorrerá dentro de um limite, que é o de não ameaçar a lógica da acumulação de capital. Vamos aprofundar um pouco mais a questão através dos escritos de Marx, a fim de deixar evidentes os limites do Estado para resolver a “questão social”.

O pressuposto fundamental para analisar a “questão social” é compreender que o modo de produção capitalista não pode prescindir da existência de indivíduos que não possuem nada para oferecer ao mercado a não ser sua própria força de trabalho, que



basicamente sobrevivem do preço pago por seu dispêndio de energia. A função da força de trabalho no capitalismo não é outra senão a de produzir mais-valor, ou seja, produzir trabalho não pago, incorporado pelo capitalista no processo de produção. Dessa forma, políticas estatais, seja de aumento salarial ou de consumo, não alteram essencialmente a posição ocupada pelo trabalhador no processo de produção, e conseqüentemente a sua vulnerabilidade diante das determinações do capital. Pois, “[...] assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado” (MARX, 1985, p. 191).

A “questão social” está agora colocada em outros termos, não se trata mais de uma questão distributiva ou de beneficência, mas sim do local que o indivíduo ocupa no processo de produção, a sua dependência diante das oscilações do capital e do empresário capitalista. Ao não ser superada a dependência mencionada, a “questão social” não sofre alterações essenciais, a sua motivação ainda permanece. Acaba somente sendo obscurecida por políticas de parcos aumentos salariais ou de beneficência.

É importante compreender que há limites efetivos para aumento do preço da força de trabalho. Tendo por pressuposto que a elevação dos salários “[...] significa, no melhor dos casos, apenas a diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema.” (IDEM, p. 192). Sabendo que o ponto inicial da acumulação – na relação entre capital e trabalho – ocorre com a maior intensidade da exploração da força de trabalho, ou seja, através do aumento do trabalho não-pago, resultando em elevação da acumulação de capital, e possivelmente na elevação dos salários – muito devido a necessidade de realização do valor produzido – ocorrerá, necessariamente, com o aumento da elevação dos salários a diminuição do trabalho não-pago e conseqüentemente a redução da acumulação, tornando impossível a continuidade da elevação dos salários. Portanto, há um ponto em que a elevação dos salários não pode ultrapassar de modo a comprometer o processo de acumulação de capital. Se a acumulação decrescer diante do aumento do preço do trabalho, como demonstrou a tendência acima, cabe ao próprio capital se encarregar de reestabelecer o equilíbrio necessário:

Mas com o decréscimo desaparece a causa de seu decréscimo, ou seja, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, portanto, os empecilhos que ele temporariamente cria. (MARX, 1985, p. 192).

Fica evidente que o trabalhador não alcança um maior grau de autonomia diante do aumento do preço do trabalho. Ele permanece submetido às determinações dos mecanismos

de produção e reprodução do capital. Permanecendo vulnerável às suas oscilações, ora expansivas, ora recessivas, na medida em que não tem alternativa efetiva que não seja vender sua força de trabalho. Os mecanismos da acumulação de capital, quando não interrompidos por determinações externas, sempre devem reproduzir a tendência descrita, pois essa é sua lei tendencial de funcionamento: “As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua continua revenda e a continua reprodução ampliada de capital.” (IDEM, p. 191).

Há outros mecanismos que incidem sobre o preço da força de trabalho, tais como a centralização de capital e o avanço do setor de créditos que possibilita o aumento do capital constante em relação ao variável. Ambos os mecanismos reduzem a participação do capital variável na composição orgânica de capital. Para nossos objetivos – neste capítulo – acreditamos que a primeira exposição – sobre os limites do aumento do preço da força de trabalho e a necessidade de *o próprio capital eliminar o empecilho que causou* – basta para apontar a farsa que é a resolução da “questão social” via distribuição de renda, ou aumento do preço do trabalho, pois esta não pode superar o “equilíbrio” necessário para o processo de acumulação.

Políticas de cunho distributivistas ou sociais oriundas do Estado não podem ser vistas sem esses pressupostos. Como é o Estado, da forma que definimos anteriormente, uma instituição com efetiva base material que emerge do e para o capital, não é possível que ele ultrapasse os limites que colocam em risco os mecanismos que possibilitam a acumulação de capital. O Estado deve agir de forma a estabelecer o equilíbrio necessário para a expansão e acumulação de capital, não a colocando em risco. Dessa forma, é incapaz de eliminar a “questão social”, na medida em que não diminui a dependência do trabalhador dos mecanismos de produção e reprodução do capital, estando o trabalhador a mercê das oscilações do capital.

#### **4.3 – O século XX: o Estado de Bem-estar e a suposta resolução da “questão social”**

Contudo, no período seguinte à Segunda Guerra, o capital realizou algo inédito, lançando bases para coerentes críticas às teorias marxianas. Os “trinta anos gloriosos”, a emergência do Estado de Bem-estar e o aumento significativo da renda dos trabalhadores dos países avançados, criaram um cenário no qual a teoria marxista possuía, para os seus críticos, pouco valor explicativo. Pois, afinal, o capital estava em inédita expansão e acumulação e os trabalhadores se beneficiavam amplamente deste cenário.

A “questão social” é presente neste segundo quartel do século XX, assim como a participação do Estado em resolvê-la. O Estado de Bem-estar e a expansão do capital se apresentam como o mecanismo capaz de amenizar e superar as situações de pobreza e desigualdade. A explicação para tal fato reside, para Macpherson (1991), como vimos, nas pressões oriundas de diferentes setores sociais em direcionar o Estado para a questão distributiva.

Para nós, a efetiva participação do Estado que marca o período, requer maiores explicações. Trata-se de uma necessidade do próprio capital, e o Estado é mobilizado não para fazer uma distribuição mais justa, mas para diminuir os efeitos da ausência de unidade entre *produção e consumo*, esta é a motivação do Estado – oriunda do capital – que o faz “distribuir” renda e preocupar-se com a “questão social”. Estando correta a nossa hipótese, também estará a crítica marxiana ao programa de Gotha, na medida em que compreendemos a elevação dos meios de consumo do trabalhador como resultado de significativas alterações no modo de produção, reestabelecendo assim os nexos entre economia e sociedade. Na medida em que se expandem as forças produtivas, seja por maior intensidade ou produtividade do trabalho, é necessário que ocorra uma relativa elevação da capacidade de consumo para que a produção se realize. Ora, não se pode pensar o Welfare State sem se fazer a devida associação com o modelo fordista de acumulação.

O ponto é que a questão da distribuição resulta não só das pressões por um Estado de Bem-estar, mas de uma necessidade do próprio capital. Sem uma intervenção que *equilibre* relativamente a esfera da produção com a do consumo o sistema sociometabólico do capital estaria dado ao fracasso, e essa intervenção só pode ser feita pelo Estado, é sua função estabelecer a unidade possível entre produção e consumo. A suposta distribuição de renda no neodesenvolvimentismo deve ser compreendida através deste pressuposto.

O advento de um Estado com as características do de Bem-estar, que trazia consigo a expectativa de resolução da “questão social”, tem de ser compreendido em associação com o modelo de produção instaurado, a saber, a produção e o consumo de massas. Na promoção e manutenção deste modelo estão as políticas keynesianas e o modelo fordista de organização do trabalho. Devem ser estabelecidos os nexos entre economia e sociedade. David Harvey (2010, p. 124), fornece importantes contribuições neste sentido, ao localizar o emergir das políticas keynesianas e do Estado de bem-estar como respostas à crise de 1929: “A crise manifestou-se fundamentalmente como falta de demanda efetiva por produtos, sendo nesses termos que a busca de soluções começou.” O fortalecimento da demanda por produtos condiz com o regime fordista de trabalho, em termos gerais:

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada do poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores (HARVEY, 2010, p. 122).

Os governos direcionavam os Estados de modo a criar e impulsionar a demanda necessária para a realização do valor produzido, seguindo, em alguma medida, o ideário keynesiano:

Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimento público – em setores como transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (IDEM, p. 129).

As combinações entre o modelo de produção de massas, da política de controle de salários e da intervenção estatal, melhoraram significativamente o padrão de vida das populações dos países centrais (IDEM, p. 130). As lutas oriundas dos trabalhadores ganham novos contornos em épocas de bonança, na medida em que os trabalhadores se veem beneficiados pela conjuntura econômica e política, os sindicatos e as demais organizações dos trabalhadores formam um “pacto” com o governo. Concretiza-se assim, a *integração* das classes dominadas à ideologia da sociedade assentada sob bases capitalistas, conforme anunciou Mandel<sup>59</sup>.

A teoria marxiana poderia perder seu valor explicativo se não fosse o declínio tanto do modelo fordista de produção e organização do trabalho, como do Estado de Bem-estar ocorrido em meados da década de 1970. A *onda longa expansiva* chega ao fim e é substituída por uma *onda longa recessiva* (NETTO e BRAZ, 2012, p. 226). O controle dos salários, o regime de relativo pleno emprego, a política intervencionista nos moldes keynesianos e a seguridade social, são substituídos pelo *tripé* da *onda longa recessiva*: reestruturação produtiva, a financierização e a ideologia neoliberal (IBIDEM).

O ponto central é que a lei tendencial da acumulação capitalista se mostrou válida. Na medida em que o capital não conseguiu mais manter o ritmo de produção de massas, pois o valor produzido não se realizava mais no mercado com a mesma intensidade que nos “anos dourados”, não foi possível manter uma política de expansão controlada dos salários. E não

---

<sup>59</sup> Ver capítulo I.

coube ao Estado garantir que a “questão social” voltasse a se agravar, ele foi o agente fundamental que forneceu o aparato legal e repressor que possibilitou o agravamento da “questão social”, a destruição do Estado de Bem-estar estava feita. A orientação ideológica, agora, é a neoliberal. E o retorno da “questão social” se dava com a adição de outros elementos, fazendo com que alguns autores a denominassem de “nova questão social” (RAMALHO e SANTANA, 2012).

Os determinantes da crise instaurada na década de 1970 foram examinados no capítulo anterior, assim como os seus impactos sobre a organização do trabalho. O que deve ficar registrado é que o trato dado pelo Estado à “questão social” é limitado pelas necessidades de produção e reprodução do capital. Os aumentos salariais e a melhoria das condições de vida das populações dos países centrais ocorridas no pós-guerra se devem à necessidade de o capital estabelecer um equilíbrio entre a produção de massa e o consumo de massa, o Estado agiu neste sentido. O declínio do modelo, cuja expressão foi a crise, novamente exigiu do Estado que estabelecesse um novo equilíbrio entre produção e consumo, agora orientada pelas necessidades de ajustes, e de reestruturação da produção. Parece evidente que o Estado não é capaz de resolver a “questão social”, e que ganhos salariais também não significam a resolução da “questão social”, na medida em que não alteram a relação de dependência do trabalhador em relação aos mecanismos de produção e reprodução do modo capitalista de produzir. Os trabalhadores se submetem às *ondas longas expansivas* e às *ondas longas recessivas*, e não contam com o Estado a seu favor nos momentos críticos.

Diante do exposto, a falácia neodesenvolvimentista vem às claras. Tendo como pressuposto o crescimento econômico e o Estado como os agentes da superação da “questão social”, a política econômica neodesenvolvimentista, não faz nada além de intensificar os mecanismos que contribuem para a permanência da degradação social. Pois, crescimento econômico, na lógica irracional da crise estrutural do capital, resulta em intensificação da precarização social, pois esta é cada vez mais funcional para o modo destrutivo de acumulação; a apelação ao Estado não é mais do que exigir maior presença do agente que propicia essa forma de acumulação. Este é o cenário em que devemos analisar a ação do Estado neodesenvolvimentista frente às “questões sociais”.

#### **4.4 – Neodesenvolvimentismo e o falseamento da “questão social”**

O cenário positivo exaltado pelos defensores do neodesenvolvimentismo tem por base dados que apontam a melhoria do poder de compra de ampla parcela da população, dados como aumento do salário mínimo, elevação do consumo das famílias e o impacto causado por

programas como o Bolsa Família, evidentemente, além de dados puramente econômicos como a evolução do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>60</sup>. Não optamos pelo caminho da confrontação ou validação dos dados apresentados por intelectuais neodesenvolvimentistas ou pelo governo. Tal caminho nos levaria a mostrar de maneira aprofundada que, entre outros fatores, há evidente destruição de postos de trabalho no ano de 2015<sup>61</sup>, e declínio na exaltada criação de empregos formais<sup>62</sup>; ainda, que o impacto do baixo crescimento sobre os salários já é visível, intensificado pela política de ajuste do segundo governo Dilma Rousseff: “O massacre do ajuste econômico também derruba salários, como se sabe, que caíram em média quase 3% de um ano para cá, nas grandes metrópoles”, escreveu Vinícius Torres Freire sobre os impactos das políticas de ajustes em 2015<sup>63</sup>. Os reajustes no salário mínimo já não seguem o mesmo ritmo dos anos anteriores: “Com o reajuste recém-programado no projeto de Orçamento de 2014, o salário mínimo acumulará, no governo Dilma Rousseff, a menor valorização desde o Plano Real”, os dados apontam que nos dois primeiros anos de Fernando Henrique Cardoso na presidência a valorização anual média foi de 4,6% no primeiro mandato e 4,8% no segundo; nos governos Lula 5,8% no primeiro mandato e 5,2% no segundo; sob Dilma a valorização média de seu primeiro mandato fechou em 2,8%<sup>64</sup>. O consumo das famílias também já não tem o mesmo vigor que possibilitou diversos analistas a classificar a ascensão da “classe c”<sup>65</sup>.

A mera e limitada contraposição dos dados já evidencia que há limites no cenário exaltado pelos defensores do neodesenvolvimentismo. No entanto, optamos por retornar ao debate essencial da “questão social”, a saber, a dependência, a submissão dos indivíduos que vivem da venda de sua força de trabalho às oscilações do capitalismo.

<sup>60</sup> Diz a cartilha petista “O decênio que mudou o Brasil” (2013, p.6), sobre os “Dez anos gloriosos”: “Ao mesmo tempo, o avanço da mobilidade social fundada na geração de empregos formais e nas políticas públicas de proteção e promoção social torna a pobreza diminuta, com cadente desigualdade na repartição da renda nacional jamais vista em toda História nacional.”

<sup>61</sup> Diversos institutos (como a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), o IPEA, e a consultoria GO Associados) apontam para o seguinte fato: “O Brasil vive o pior momento do mercado de trabalho em quase duas décadas e caminha para um recorde histórico de destruição de vagas, segundo economistas de mercado e do próprio governo.” (Folha de São Paulo, 16, de setembro, de 2015).

<sup>62</sup> Como apontam os dados do CAGED: “O Brasil fechou 30.283 vagas formais de trabalho em outubro, primeiro resultado negativo para esses meses desde a série histórica iniciada em 1999, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado pelo Ministério do Trabalho nesta sexta-feira (14).” Folha de São Paulo, 14 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1548091-brasil-fecha-vagas-formais-de-trabalho-em-outubro-pela-1-vez-desde-1999.shtml>. Acessado em 27/10/2015.

<sup>63</sup> FREIRE, Vinícius Torres. Esfolar o povo à toa. Folha de São Paulo, 20 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/230169-esfolar-o-povo-a-toa.shtml>. Acessado em 05/10/2015.

<sup>64</sup> Ver, “Com PIB modesto, salário mínimo sob Dilma terá menor alta do Real”, *Folha de São Paulo*, 3 de setembro de 2013, p. B1.

<sup>65</sup> A participação do consumo das famílias no PIB de 2010 foi de 6,9%, em 2013 caiu para 2,6%, a participação no primeiro trimestre de 2014 foi de 2,2%. Dados do IBGE disponíveis em: <http://www.fpabramo.org.br/fpade fato/?p=500>. Acesso em 28/10/2015.

O essencial da “questão social” não está presente nas teorias e nas políticas neodesenvolvimentistas. A ideologia que norteia o trato dado à “questão social” no período neodesenvolvimentista é a do “social-liberalismo” (CASTELO, 2013). A consolidação dessa ideologia e a elaboração de políticas públicas inspiradas por ela se encontram primeiramente nos governos de Fernando Henrique Cardoso; governos no qual se cristaliza, através de sua política social, anos de pesquisas de intelectuais brasileiros e norte-americanos. Entre eles se destacam Ricardo Paes de Barros, James Heckman, Theodore Schultz, Marcelo Neri, Carlos Langoni<sup>66</sup>. Trata-se de um esforço coletivo em pesquisas para propor políticas que visam superar ou amenizar a pobreza e a miséria, assim como a desigualdade, mantendo inalteradas as relações capitalistas.

O pressuposto fundamental da ideologia “social-liberal” está no reconhecimento do esforço individual para que seja superada a sua condição de pobreza e miséria: “para que a pobreza seja realmente erradicada, é necessário que os pobres explorem as oportunidades disponíveis, no que precisam empenhar muito esforço. Em suma, a rota de saída da pobreza se baseia, necessariamente, no binômio oportunidade-esforço” (BARROS e CARVALHO, apud, CASTELO, 2013, p. 354). É evidente que tal teoria guarda semelhanças com as teses conservadoras do século XIX que faziam da vítima o culpado. Contudo, agora se assume a responsabilidade, via políticas públicas de se criar as oportunidades para impulsionar o esforço do pobre. Como o objetivo dos estudos e das políticas é superar o pauperismo, este será o setor beneficiado pelas políticas sociais, assim elas serão focalizadas:

Na parte de políticas sociais, elaboradas por PB [Paes de Barros], a “Agenda” criticava a ineficiência e a falta de focalização dos gastos públicos. Propunha, como parte da solução, um sistema unificado de cadastramento e monitoramento das políticas de assistência e a ‘unificação de todos os programas’ de combate à pobreza. (CARIELLO, 2012, p. 36).

A “unificação” proposta por Paes de Barros – o “pai do Bolsa Família” – se trata de reunir em um só programa, e um só cartão as diversas bolsas já disponibilizadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso – Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Bolsa Escola e etc. Estavam prontas as bases para a criação do Bolsa Família, política social focalizada. A pretensão final é dar “um choque de capitalismo nos pobres brasileiros”, disse Marcelo Neri (CASTELO, 2013, p. 362). A “inclusão” de indivíduos via consumo, combinadas com melhor eficiência da gestão pública são as maneiras para superar os “freios” que impedem o desenvolvimento do país:

---

66 Para entender o percurso das teorias dos pesquisadores até a sua aplicação ver Cariello (2012).

[...] o mais importante, porém, é reconhecer que residem nesses ‘detalhes’[ou seja, na “questão social”] os principais freios ao crescimento econômico, com justiça social no Brasil; não em formulações usualmente fantasiosas e vazias sobre supostas falhas fundamentais do modelo econômico (IETS, apud, CASTELO, 359) <sup>67</sup>.

E ainda, diz um documento elaborado pelo IETS: “São esses, portanto, os pobres invisíveis, que precisam ser trazidos à luz e impostos à consciência moral da Nação. São o coração do projeto de desenvolvimento proposto neste documento” (IETS, apud, CASTELO, 2013, p. 364). Passagem que mostra claramente a associação do projeto neodesenvolvimentista à teoria social-liberal, na medida em que é dito com outras palavras o mesmo que Lula disse sobre serem os trabalhadores e os pobres a solução e não o problema<sup>68</sup>. Ao se tratar de uma política focalizada na camada mais pobre da sociedade brasileira, os adeptos do social-liberalismo encontraram adversários no próprio governo liderado pelo PT, em institutos como o IPEA, por exemplo; de acordo com os críticos das políticas focalizadas, as políticas do governo deveriam se preocupar, principalmente, com o aumento do salário mínimo. Segundo Eustáquio Reis, pesquisador do IPEA e próximo a Paes de Barros, o teor das críticas às teorias e políticas focalizadas parte de um ideário preso ao sindicalismo petista, como o do economista Marcio Pochmann:

É uma visão sindicalista”, argumentou Reis. “Uma visão completamente equivocada do que é pobreza. Uma política voltada para uma elite operária formada pelo Getúlio. E que não percebia que abaixo do salário mínimo tem muito mais coisa do que parece. Era isso que o PB mostrava. O Lula, aliás, se deu conta disso, se deu conta de que tinha um segmento do eleitorado, muito importante, que está abaixo disso. (REIS, apud, CARIELLO, 2012, p. 38).

Aparentemente os governos petistas não estariam associados nem mais às pautas sindicais e operárias, o que veremos com atenção ainda neste capítulo. Assim as políticas focalizadas, em especial o Bolsa Família, se intensificaram nos governos neodesenvolvimentistas, “As famílias atendidas saltaram de 6,5 milhões, em 2004, para cerca de 11 milhões, em 2006” (CARIELLO, 2012, p. 37). Além de se constituir em ampla base eleitoral para a eleição dos governos Lula e Dilma, a massa beneficiada por programas sociais constitui um potencial fortalecimento do mercado consumidor interno, que deve ser intensificado em períodos de crise, na medida em que é necessária diminuir a vulnerabilidade do país diante dos impactos da crise global. O projeto petista está em acordo com a necessidade de se direcionar o Estado para amenizar a inerente separação entre produção e

<sup>67</sup> IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade). Instituto em que foram realizadas diversas pesquisas para a redução da pobreza por parte de intelectuais social-liberais, entre eles Ricardo Paes de Barros.

<sup>68</sup> Cf. capítulo II, página 67 deste trabalho.



consumo, conduzindo o poder estatal para cumprir as suas funções básicas e necessárias para expansão do capital.

Como já foi dito, as políticas econômicas neodesenvolvimentista correspondem à “defesa” do país diante da crise inaugurada em 2007. Este período é marcado por recordes na exportação de commodities, gerando receitas para o governo. O Estado brasileiro intervém de modo a fortalecer a demanda, impulsionando o consumo das famílias via aumento da renda. Portanto, além de beneficiar alguns setores com exonerações, e contribuir de forma decisiva para a internacionalização das empresas internas, o Estado se encarrega de intensificar o mercado interno, via elevação do consumo das famílias que foi “motor da economia nos últimos anos”<sup>69</sup>.

Essa política foi abertamente assumida pelo governo neodesenvolvimentista. Disse Lula, em seu discurso de natal em 2008:

E você, meu amigo e minha amiga, não tenha medo de consumir com responsabilidade. Se você está com dívidas, procure antes equilibrar seu orçamento. Mas se tem um dinheiro no bolso ou recebeu o décimo terceiro, e está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustrar seu sonho, com medo do futuro. Porque se você não comprar, o comércio não vende. Se a loja não vender, não fará novas encomendas à fábrica. E aí a fábrica produzirá menos e, a médio prazo, o seu emprego poderá estar em risco. Assim, quando você e sua família compram um bem, não estão só realizando um sonho. Estão também contribuindo para manter a roda da economia girando. E isso é bom para todos. (SILVA, 2008).<sup>70</sup>

A ação do Estado no neodesenvolvimentismo é evitar que o baixo consumo da população prejudique a expansão do sistema como um todo. Trata-se de o Estado simplesmente cumprir uma de suas funções, portanto não há nenhuma novidade. O Estado com as características sociais se apresentará sempre quando for necessário cumprir essa função. Lula, mesmo oficialmente fora do governo, fez questão de enfatizar a importância de se fortalecer o consumo da população de baixa renda para o empresariado rural: "Quando nós fizemos o Bolsa Família, aumentamos o salário mínimo, geramos empregos, nós criamos mais consumidores. E mais consumidores compram mais carne, óleo de soja, arroz, feijão, compram tudo que eles produziam e não tinham pra quem vender". E ainda, "Eles é que

---

<sup>69</sup> Ver “Consumo das famílias vai mal, e PIB cresce só 0,1%”. *Folha de São Paulo*, 29 de novembro de 2014, p. B1.

<sup>70</sup> *Lula diz como enfrentaria a crise em 2009, discurso de Natal de 2008*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QNXXQNWbkc0> acesso em: 28/06/2015.

deveriam agradecer as políticas sociais que nós fizemos. De vez em quando eu fico pensando que eles gostam de sofrer"<sup>71</sup>.

A junção da ideologia social-liberal com o neodesenvolvimentismo ganha o seguinte formato: políticas sociais que visam ampliar e intensificar o mercado consumidor interno:

O neodesenvolvimentismo vê a redução das desigualdades sociais e o combate ao pauperismo por um viés economicista, de geração de renda nas camadas mais pobres voltadas para a formação de um mercado de massas. O objetivo é gerar uma base econômica de venda interna de mercadorias, portanto, de realização da mais-valia [...] Ou seja, o mercado é tido pelo neodesenvolvimentismo como o principal meio de melhorar o bem-estar da população, com uma ação auxiliar do Estado no alívio da extrema pobreza e outras expressões mais agudas da “questão social”. (CASTELO, 2014, p. 590).

Assim, não surgem no debate as determinações essenciais da “questão social”:

Na visão do social-liberalismo, o pauperismo não deveria ser atribuído à dinâmica da acumulação capitalista e à inserção subordinada do Brasil no mercado mundial – como fazem as pesquisas baseadas na perspectiva da totalidade –, mas sim às falhas de mercado e à não dotação de certos ativos por parte dos pobres. (CASTELO, 2013, p. 358).

Como demonstram os fatos recentes, sobretudo os de 2015, percebe-se que não é possível, mesmo com intervenção estatal, manter o mesmo ritmo de aumento de salários e de consumo. No momento em que o aumento do preço da força de trabalho interfere na acumulação de capital, são necessários ajustes, e o Estado é direcionado para cumprir as exigências da acumulação de capital, trata-se de reestabelecer o equilíbrio. Diante das políticas de ajustes, tipicamente neoliberais, a ofensiva recai sobre os setores mais vulneráveis. Ora, são os trabalhadores, aqueles que não possuem nada mais que sua força de trabalho para vender, que não encontrarão empregos, aumentos salariais e créditos em épocas recessivas. O mesmo Estado – e mesmo governo – que propiciou as políticas sociais neodesenvolvimentistas de modo a estabelecer o “equilíbrio” entre produção e consumo nos anos de auge do modelo, agora o faz em sentido inverso, reestabelecendo o “equilíbrio” entre produção e consumo em época recessiva. A pressão do empresariado pelas políticas de ajustes demonstra efetivamente que é necessário cortar os parcos ganhos direcionados aos trabalhadores nos últimos anos.

O Estado neodesenvolvimentista, ao não romper com a lógica que faz dos trabalhadores indivíduos dependentes e vulneráveis às oscilações do capital, não apresenta os instrumentos necessários para resolver a “questão social”. Nem mesmo a discute nos termos

---

<sup>71</sup> Ver “‘Latifundiário deveria votar na Dilma’ diz Lula em berço do agronegócio”. *Folha de São Paulo*, 22 de outubro de 2014.

corretos, através de suas determinações, simplesmente age em benefício da produção e reprodução do capital, mantendo os trabalhadores submetidos às suas oscilações. Reduz-se “questão social” a acesso ao consumo, sendo este condicionado às exigências do mercado, que se modificam, na crise estrutural do capital, em curtos períodos. Trata-se de um *falseamento* da “questão social”. O trabalhador continua submetido às oscilações do capital, e a execução da política pelo Estado, seja neoliberal ou neodesenvolvimentista. Tudo em um cenário em que o capital, como sistema sociometabólico, se encontra em crise estrutural exercendo determinações singulares em um país da periferia do sistema cujos traços essenciais são o Estado autocrático e a superexploração da força de trabalho.

#### **4.5 – Lutas sociais no neodesenvolvimentismo: o exercício do controle sobre o trabalho**

##### *4.5.1 – Frente política neodesenvolvimentista e coalização produtivista: o mito da aliança entre trabalhadores e burguesia no capitalismo periférico*

Manter os trabalhadores subsumidos às oscilações do capital exige que o Estado exerça o controle sobre os trabalhadores. Contudo, esse controle não ocorre somente de forma coerciva, mas também através do consenso. Mandel (1985, p.333), como já vimos, disse que uma das características do Estado é o de *integrar as classes dominadas, garantir a ideologia dominante; que os explorados aceitem a própria exploração*. Neste sentido o neodesenvolvimentismo – e o fenômeno eleitoral do *lulismo* – representa, ou representou, um suposto “pacto” entre o governo e os setores mais pobres da sociedade. Gostaríamos de desenvolver um pouco mais as teorias que enfatizam a ideia de uma “frente política” em torno do projeto neodesenvolvimentista.

A ideia de que o neodesenvolvimentismo seja constituído por uma *frente política* pode ser encontrada em Boito Jr. (2012). O autor destaca – com base no conceito de Poulantzas – a existência de uma fração da burguesia, denominada *burguesia interna*<sup>72</sup>. Ocupando o lugar intermediário entre a antiga burguesia nacional e a burguesia compradora aliada ao imperialismo, a burguesia interna teria, segundo o autor, melhorado sua posição no bloco do poder durante os governos Lula. Para Boito Jr. é a relação existente entre a burguesia interna e os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, que caracteriza o neodesenvolvimentismo. Com as palavras do autor: “O projeto econômico que expressa essa

<sup>72</sup> “Nos países dependentes, essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países.” (BOITO JR., 2012, p. 68).

relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neodesenvolvimentista” (BOITO JR, 2012, p.68).

A forma encontrada por Boito Jr. de definir no atual capitalismo brasileiro a burguesia interna é através da diferenciação com a burguesia compradora – as duas formariam a grande burguesia. Enquanto a última é uma extensão dos interesses do imperialismo e encontra na política neoliberal sua representação, a primeira não adere totalmente aos interesses do imperialismo e da política neoliberal:

O que é que distingue, então, essas duas frações da grande burguesia? Entendemos que é a posição de cada uma delas diante do imperialismo. A grande burguesia compradora tem interesse na expansão quase sem limites do imperialismo, enquanto a grande burguesia interna, embora esteja ligada ao imperialismo e conte com sua ação para dinamizar o capitalismo brasileiro, procura impor limites àquela expansão. (BOITO, JR., 2012, p. 75).

Encontramos na análise de Boito Jr. uma efetiva polarização de interesses entre a burguesia interna e a compradora. A primeira – composta de setores variados, como grupos industriais, bancos, agronegócio, construção civil entre outros – se coloca em disputa com o capital financeiro internacional, que é reivindicado e tem interesses em comum com a burguesia compradora.

Enfim, diante do grande capital financeiro internacional, a grande burguesia interna, mesmo tendo interesse em atrair investimentos estrangeiros para o Brasil, procura preservar e ampliar as posições que detém no sistema econômico nacional e no exterior. Para isso, conta com a ação protetora e ativa do Estado brasileiro – de passagem, convém observar que, em contradição com o conteúdo manifesto da ideologia neoliberal, a burguesia não pleiteia um “Estado mínimo” para a classe burguesa... (Idem, p. 77).

Os elementos empíricos que servem de base para a tese de Boito Jr. são o apoio que diversos setores produtivos fazem a política econômica do governo e a contrapartida do apoio governamental, via BNDES, a setores estratégicos da economia brasileira. Como apresentamos no segundo capítulo, essa relação é questionável na medida em que a atuação do Estado – mesmo diante das políticas neoliberais de FHC – em nenhum momento deixou de apoiar as empresas internas. Essas empresas são beneficiadas pelo Estado em diferentes períodos e conjunturas devido à coincidência de interesses entre o Estado preocupado com a expansão em geral do capital e os setores internos capazes de impulsionar essa expansão. Não reside nessa associação entre empresas internas e governos a particularidade do neodesenvolvimentismo, pois ela se apresentou nas diferentes políticas ao longo do moderno capitalismo brasileiro.

A disputa entre as frações burguesas se apresenta também, segundo Boito Jr., no sistema político partidário. O projeto inaugurado pelos governos Lula representaria os interesses da burguesia interna, enquanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representante das demandas neoliberais, atenderia às reivindicações da burguesia compradora, financeira:

[...] a luta no interior do grande capital monopolista, luta que opõe a grande burguesia compradora à burguesia interna, reflete-se no sistema partidário brasileiro. A ala majoritária do PSDB, vanguarda eleitoral do neoliberalismo no Brasil, tem representado, a despeito da fase inicial da história desse partido, o grande capital financeiro internacional e os interesses dos empresários e banqueiros brasileiros estreitamente ligados a esse capital. O PT, nascido como um partido de tipo socialdemocrata e fortemente vinculado ao movimento sindical, vem, desde meados da década de 1990, quando o então chamado Campo Majoritário, iniciou o processo de reformulação programática e organizacional do partido, realizando um movimento em direção aos interesses da grande burguesia interna. Sub-representada na imprensa e no sistema partidário, essa fração burguesa acabou se fazendo representar no plano partidário e, devido a circunstâncias particulares, por um partido político que nasceu do movimento operário e popular. (Idem, p. 85).

É essa característica do PT que fará com que o neodesenvolvimentismo não seja simplesmente um governo da burguesia interna, mas sim uma *frente política*, composta, além da burguesia interna, pelo movimento sindical e popular. As forças sindicais e populares não seriam, para o autor, as hegemônicas, mas sim a força principal, por serem essas a impulsionar e representar as bandeiras do partido, além de fornecer a necessária sustentação eleitoral. No entanto, o campo operário e sindical não tinham condições, segundo Boito Jr., de assumir a direção do bloco no poder. Dessa forma,

A frente está unificada, ainda que de maneira precária, em torno do neodesenvolvimentismo da grande burguesia interna, mas depende, para o seu sucesso, e em grande medida, do movimento operário e popular [...] Vale dizer, o movimento operário e popular não é a força hegemônica da frente [isto cabe a burguesia interna], isto é, aquela que define os objetivos da luta, mas é a sua força principal, isto é, aquela de quem mais depende o sucesso da luta. (Idem, p. 72).

Boito Jr. ainda aponta para as semelhanças, enquanto expectativa, entre os comunistas da década de 1950 – ou seja, os que compartilhavam do ideário do Programa Democrático Burguês – e a atual frente neodesenvolvimentista:

Estamos em presença, portanto, de algo semelhante àquilo que os comunistas da década de 1950 imaginaram como solução para os problemas políticos e sociais do Brasil: uma frente ou aliança que unisse parte da burguesia brasileira ao movimento operário organizado. (Idem, p. 75).

Por caminhos diferentes André Singer (2012) também esboça a ideia de uma frente política, embora ela se apresente ainda enquanto uma expectativa, mas, em nosso entendimento, parte de uma lógica de raciocínio semelhante à de Boito Jr.. Em sua obra *Os sentidos do lulismo*, o autor apresenta o argumento de que a política conduzida pelos governos Lula, e que tem sequencia no primeiro governo Dilma, atende as demandas de uma fração do proletariado brasileiro, o subproletariado<sup>73</sup>; trata-se para Singer de um programa de classe:

O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual somada à manutenção da estabilidade, corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe (ou fração de classe, para ser exato). (SINGER, 2012, p.76).

Esse *programa de classe* pode trazer mudanças, segundo Singer, estruturais para o capitalismo e a sociedade brasileira. A elevação da renda e o aumento do emprego formal destinado principalmente aos setores antes não incorporados efetivamente ao capitalismo possibilitam duas mudanças presentes na obra do autor, que não podem passar despercebidas: a primeira é o surgimento de um volumoso mercado consumidor interno (pela existência dos “novos proletários”) e a segunda é a possível ascensão do subproletariado à condição de proletários propriamente ditos. Embora Singer não empregue o termo neodesenvolvimentismo em nenhum momento de sua obra, ele compartilha do ideário econômico neodesenvolvimentista na medida em que também percebe que a intensificação do mercado consumidor interno resulta em significativas melhorias sociais e é um elemento imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil atual:

Aspecto interessante da contradição brasileira é que a “grande massa” empobrecida abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país. Abria, pois se tratava de mercado interno de que raros países dispunham; mas fechava, uma vez que o padrão de consumo era tão baixo que impedia a realização daquele potencial. (Idem, p. 17).

Nota-se que se trata de argumento semelhante ao desenvolvido pelo ideário neodesenvolvimentista, principalmente nas formulações teóricas e políticas do próprio

---

<sup>73</sup> Subproletariado é uma fração de classe “[...] composta pelos que de fato ou potencialmente oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais, constituindo assim um proletariado virtual ou subproletariado. O subproletariado ou exército de reserva não é integrado apenas pelos desempregados /.../ os que são recrutados para o referido exército são *pobres que trabalham*, embora seu trabalho não lhes proporcione meios suficientes para assegurar a reprodução normal de sua força de trabalho.” (SINGER, 1981, p. 22).

governo petista e de seus intelectuais. O elemento que Singer acrescenta é o subproletariado, que através de políticas de transferência de renda, de aumento de salários, de elevação do número de empregos formais, facilidade de crédito e etc., impulsionaram o mercado consumidor interno, dando nova dinâmica para a economia brasileira.

As empresas voltadas para dentro incrementaram o investimento para aproveitar as oportunidades, gerando postos de trabalho, os quais por sua vez realimentaram o consumo, num círculo virtuoso que conseguiu, finalmente, tocar na contradição fundamental: a massa miserável que o capitalismo brasileiro mantinha estagnada começava a ser absorvida no circuito econômico formal. (Idem, p.150).

Para Singer, este cenário possibilita uma possível ascensão política do subproletariado. Com a conquista de empregos formais, os subproletariados tendem a se constituir em proletários propriamente ditos. Essa suposta configuração somada a um avanço industrial, torna possível, segundo o autor, o surgimento de uma “coalização produtivista” em oposição à setores anti-lulistas, compostos pelas classes médias e o capital financeiro, “[...] o projeto divide o próprio capital deixando, nesse particular, os industriais ao lado dos trabalhadores, no que se poderia chamar de “coalização produtivista”, cujo melhor símbolo foi o ex-vice-presidente José Alencar” (Idem, 161). A perspectiva do autor é a de que com a conquista do emprego formal – principalmente no setor produtivo – o subproletariado possa se alinhar com sindicatos e impulsionar lutas por melhorias sociais. Importante registrar que o autor não se preocupa aqui com o caráter e as atuais funções da burocracia sindical.

Por caminhos distintos – e por significativas divergências, por exemplo, para Boito Jr. nos governos Lula a hegemonia é da burguesia interna, para Singer, os governos Lula/Dilma buscam e necessitam atender, devido ao peso eleitoral o subproletariado – chega-se a um elemento comum que é a conciliação, a composição de uma frente entre empresários – seja os industriais no caso de Singer, ou a burguesia interna, no caso de Boito Jr. – e trabalhadores em oposição ao setor financeiro e rentista, ligados politicamente e ideologicamente ao neoliberalismo.

As duas análises expostas se referem a um pequeno período de tempo, 2006 suposto início do modelo neodesenvolvimentista até 2012, momento em que a estratégia econômica ainda estava em pleno vigor. A ilusão da *frente política* e da *coalização produtivista* se desfizeram no momento em que o capital exigiu um novo equilíbrio através da política de ajustes. As mascaras caíram tanto dos empresários quanto do governo petista, ambos falam em diminuir os gastos do Estado em favor da estabilidade fiscal e do superávit primário. O que demonstra efetivamente que o neodesenvolvimentismo e os governos petistas estão

comprometidos com a lógica destrutiva do capital e não com os trabalhadores. E utilizará, como vem fazendo, de todos os meios burocráticos e coercivos para exercer o controle sobre as massas. Definitivamente a “questão social” sai de pauta e a regra da precarização e do desemprego crônico se confirmam.

#### *4.5.2 – Burocracia sindical e políticas de “alívio social” como formas do exercício do controle*

Ao longo da história do capitalismo as conquistas sociais se devem a mobilização da classe trabalhadora e dos setores pauperizados, foi assim desde o movimento dos cartistas na Inglaterra do século XIX, passando pelos levantes europeus de 1848 e pela Comuna de Paris de 1871 até ação da socialdemocracia europeia que resultou no Estado de Bem-estar – que seria impensável sem a influência que a Revolução de 1917 exerceu sobre a Europa ocidental. Em todos esses eventos a classe trabalhadora atuou e impulsionou o processo. O capital, nos períodos citados, tinha ainda a capacidade de incorporar as demandas oriundas dos trabalhadores e assim o fez, mobilizando o aparato estatal para proporcionar relativos ganhos aos trabalhadores. Inviabilizar as lutas e mobilizações dos trabalhadores e dos setores populares é colocar um fim na perspectiva de solução para a “questão social”. Pensamos que os governos petistas e o modelo neodesenvolvimentista cumprem esse papel, como demonstraremos adiante.

Duas particularidades, entre muitas, demonstram os limites atuais dessa face social do capital e do Estado. A primeira abarca a totalidade do sistema, atinge de forma global o capital, trata-se da crise estrutural do sistema sociometabólico do capital. A segunda, que conhecemos bem, são as condições estruturais herdadas de uma ex-colônia, que origina uma forma particular de inserção nas relações capitalistas internacionais – dependente e subordinada – uma peculiar forma de acumulação – na qual a superexploração é a regra –, uma forma particular de Estado – autocrático – e uma singular burguesia. São essas múltiplas determinações que compõe a totalidade do modelo brasileiro de produção e reprodução de capital, assim como os nefastos impactos sociais por ele causados. Portanto, qualquer análise da luta de classes no Brasil deve ter como pressuposto a subordinação e dependência ao capital externo, a superexploração do trabalho, o Estado autocrático e os impactos da crise estrutural do capital.

É espantoso que alguns autores defendam a ideia de uma frente política que alinhe os interesses dos empresários e dos trabalhadores no capitalismo contemporâneo. Parece que poucos aprenderam com o ocorrido na década de 1960 que resultou no golpe de 1964. Lá as



elites, e a burguesia nacional aliaram-se com a política econômica que garantia a permanência da superexploração da força de trabalho e não com os direitos dos trabalhadores. A pergunta que fica é: o que mudou para que a burguesia – agora interna, ou produtivista – mudasse sua postura? Ainda mais em uma situação em que o que é mais exigido é superexploração da força de trabalho, o que coloca os interesses da burguesia mais distantes e em oposição aos interesses dos trabalhadores, o cenário piorou.

Houve tentativas no ano de 2015, setores produtivos e trabalhadores procuraram se alinhar em defesa da produtividade e do emprego contra o aumento da carga tributária pretendida pelo governo Dilma. FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), sindicatos patronais e centrais sindicais como CUT, UGT, CGTB, CTB, CSB, exigiam, em conjunto, “redução de juros, corte de gastos e elevação de impostos”, protestavam ainda, de forma genérica, “contra medidas provisórias que retiram direitos dos trabalhadores”<sup>74</sup>. Na medida em que a sociedade se polarizava – em termos eleitorais, principalmente – este movimento que mal chegou a dar os primeiros passos se desfez, e deixou às claras a contradição entre capital e trabalho. Ficava nítido o alinhamento do empresariado em geral com a política de ajustes; políticas que defendem exatamente o corte de direitos dos trabalhadores e a expansão da flexibilização das leis trabalhistas.

Os empresários, de diversos setores, ficaram do lado do ajuste e declararam abertamente apoio ao liberal Ministro da Fazenda Joaquin Levy<sup>75</sup>. E em oposição aos que enxergam com bons olhos o regime democrático brasileiro, e diferente dos que apontam o “pacto” entre capital e trabalho como a base do modelo neodesenvolvimentista, vale a passagem de Mello Franco<sup>76</sup> em que descreve os tramites internos anteriores a aprovação na câmara do projeto que permitia a ampliação da terceirização para as atividades fins:

O conflito entre capital e trabalho raramente esteve tão às claras. Os empresários, que financiam as campanhas, fazem pressão para aprovar o projeto. Os sindicalistas, com as exceções de praxe, tentam fazer barulho diante da derrota anunciada.

Na terça-feira, as duas tropas receberam tratamentos desiguais na Câmara. O presidente da Fiesp percorreu gabinetes e cochichou nos ouvidos de

---

<sup>74</sup> Ver “Empresas e centrais criam comitê para cobrar governo”, *Folha de São Paulo*, 10 de março de 2015, p. B1.

<sup>75</sup> Ver Rodrigues (2015) “Pesos pesados do PIB acertam com Levy condições para apoiar o governo”, disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/09/04/pesos-pesados-do-pib-acertaram-com-levy-condicoes-para-apoiar-o-governo/>. Acesso em 18/11/2015.

<sup>76</sup> Franco, Bernardo Mello. “Capital sobe, trabalho desce”. *Folha de São Paulo*, 9 de abril de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2015/04/1614146-capital-sobe-trabalho-desce.shtml>. Acesso em 15 de março de 2015.

deputados. Os militantes da CUT ficaram barrados do lado de fora, onde trocaram sopapos com a polícia e inalaram gás lacrimogêneo.

As ilusões da frente política e do pacto produtivista revelam um fato já percebido por Boito Jr. (1999), por mais que existam divergências profundas entre as diferentes frações burguesas, essas irão se unificar em torno da permanência e intensificação das condições que permitem a superexploração da força de trabalho, foi assim no chamado período neoliberal. Neste período já era presente nos escritos do autor a ideia de uma frente política anti-liberal, já apareciam os argumentos que colocavam de um lado os setores rentistas – aliados ao imperialismo e as finanças – e de outro o setor industrial, produtivista, contudo, o autor enfatizava que as políticas neoliberais que atingiam os trabalhadores beneficiavam ambas as frações, dificultando a composição de uma frente política:

A questão [é possível uma aliança ou uma frente do movimento operário e popular com a burguesia industrial nacional?] é complexa, pois se a burguesia industrial, ou parte dela, resiste à abertura comercial, ela, ao mesmo tempo, defende as demais “reformas” neoliberais, que lhe são muito proveitosas – desregulamentação do mercado de trabalho, redução de direitos sociais, e privatização das empresas e dos serviços públicos. (BOITO JR., 1999, p. 61).

E chegava a seguinte resposta para a questão colocada: “[...] os industriais, a despeito das oscilações políticas momentâneas, não demonstraram, até aqui, nenhum interesse em abandonar a frente política que tem sustentado os governos neoliberais ao longo dos anos 1990.” (IDEM, p. 65). E mais, os impactos que as políticas de abertura irrestrita do mercado sobre as indústrias “nacionais” eram compensados, por parte do governo, por reformas que visavam flexibilizar as leis trabalhistas (IDEM, p. 66). Essa postura unificadora da burguesia brasileira contra os trabalhadores confirmam as análises de Florestan Fernandes sobre a característica autocrática da burguesia brasileira, fazendo que seja muito mais fecundo e coerente um estudo que se oriente pela ação conjunta das frações burguesas contra os trabalhadores de modo a garantir e fortalecer as condições de superexploração, do que as divergências *intra muros* das diferentes frações burguesas.

A diferença de tratamento entre o representante de um setor do empresariado paulista e os sindicalistas demonstram a permanência do caráter autocrático do Estado brasileiro, diminuindo os espaços para a participação dos trabalhadores e suas organizações nas decisões políticas. O interessante é que mesmo após o ocorrido as centrais sindicais – principalmente a CUT – e mais alguns movimentos sociais – como o MST e o MTST – realizaram manifestações que criticavam as políticas de ajustes, mas preservavam, de alguma forma, o governo – mesmo que apontando críticas pontuais. As críticas se dirigiam principalmente

contra a figura de Joaquim Levy, ex-ministro da fazenda responsabilizado pelas políticas de austeridade. Essa máscara também caiu quando Levy foi trocado pelo quadro petista e neodesenvolvimentista Nelson Barbosa, que continuou defendendo as políticas de ajustes. Configurando um cenário bem descrito pela passagem abaixo:

A nomeação de Barbosa amarra de vez o PT ao governo Dilma. Acabou a história de “Viva Dilma, Fora Levy”. Visto que Barbosa vai ter que fazer o ajuste do mesmo jeito que Levy, o ajuste agora é petista. Em seu primeiro discurso, Nelson Barbosa disse todas as coisas certas. Comprometeu-se com o ajuste fiscal, defendeu uma meta de gastos, e, o que é mais importante, propôs uma reforma da Previdência.<sup>77</sup>

E ainda enfatiza dizendo que o ajuste de Barbosa “terá uma estrela vermelha carimbada, para o bem e para o mal. O melhor para o PT, portanto, é lutar para que o ajuste funcione, pois ele agora é seu”. Este cenário aponta para a necessidade de os que lutam contra as nefastas políticas de restrições de direitos e de precarização do trabalho não isentarem a estrela vermelha de críticas, pois ela age, ao controlar o aparato estatal, de modo a garantir o ambiente favorável ao capital, que em sua crise estrutural é o de intensificar as formas de superexploração do trabalho. E isso não é possível sem o exercício, através do Estado, do controle sobre os produtores reais.

O exercício deste controle em tempos de crise é mais evidente, pois os setores subalternos se mobilizam procurando defender os seus direitos diante das políticas de ajustes. O que faz com que o governo mobilize o Estado de forma a diminuir a participação política das massas e das organizações dos trabalhadores, utilizando formas repressivas típicas de um Estado autocrático – como vimos no exemplo sobre o projeto da terceirização, exemplo que poderia facilmente ser estendido para as manifestações contra a Copa do Mundo de 2014. No entanto, o controle sobre as massas também ocorreu no período de bonança – 2006 até 2011. E o PT, a burocracia sindical, principalmente a CUT, e as políticas de “alívio social” fizeram parte e se consolidaram como efetivas formas de controle sobre as massas precarizadas. A combinação da ação da burocracia sindical e seu alinhamento com o governo e com o Estado, as políticas de “alívio social” e a permanência de um Estado autocrático e dependente, mesmo sob a gestão petista, deixam evidentes o compromisso do neodesenvolvimentismo com a acumulação de capital, excluindo toda a suposta ênfase que a “questão social” tinha para o modelo econômico. Pois, se fosse o social o “eixo” do desenvolvimento econômico, o ajuste não seria meio para se atingir tal desenvolvimento.

---

<sup>77</sup> BARROS, Celso Rocha de. “O ajuste agora é petista”. *Folha de São Paulo*, 21 de dezembro de 2015, p. A8.

Ao não tocar nos elementos que caracterizam as formas de precarização do trabalho no capital em crise estrutural, o governo liderado pelo PT, não fez mais do que contribuir para a passividade das massas, exercendo o controle por diferentes formas, e fazendo com que os setores subalternos não se mobilizassem contra o regime de acumulação vigente. Uma dessas formas de exercício do controle – que em última instância quer dizer: maneiras de se fazer com que os produtores reais se submetam ao trabalho sob as determinações do sistema sociometabólico do capital, como apontamos no primeiro capítulo – aplicados pelo governo neodesenvolvimentista se deu através da *burocracia sindical financeirizada*, que tem suas lideranças atreladas ao governo.

Pensando na Central Única dos Trabalhadores e no PT, instituições historicamente atreladas, chega-se a uma conclusão comum: ambas se pautam por reivindicações trabalhistas e sociais dentro dos marcos do capitalismo. A CUT não deixa dúvidas sobre esse viés quando adere ao sindicalismo de resultados na década de 1990, não por simples opção, é verdade, mas pela concorrência com o ascenso de sua principal concorrente, a Força Sindical que estava em sintonia com o neoliberalismo (BOITO JR., 1999, p. 216). Quanto ao PT contam as “readequações ideológicas” propiciadas pelas eleições (SADER, 2009), a adesão irrestrita ao capital internacional com a Carta aos Brasileiros (SINGER, 2012).

Essa mudança qualitativa no discurso e nas ações cutistas, e seu atrelamento ao PT inteiramente “dentro da ordem”, resultaram em uma mudança na função desempenhada pela burocracia sindical. Em um primeiro momento combativa, agindo contra a repressão da ditadura militar e cruzando os braços contra o arrocho salarial, em um segundo momento inseridos na lógica do sindicalismo de resultados e na financeirização da economia. Antes força da oposição, anti-governista, agora governista por inteira.

Em seu recente estudo, Ruy Braga (2012) traz significativas contribuições sobre as metamorfoses dos sindicatos, em especial a CUT. Preocupado em compreender as relações entre os trabalhadores, burocracia sindical, governo e Estado em diferentes momentos, e tendo como referencia o conceito de *populismo*, diz o autor sobre as mudanças na relação da burocracia sindical com os diferentes regimes políticos:

[...] do ponto de vista do relacionamento do precariado com as lideranças sindicais e do relacionamento destas com o aparelho de Estado, argumentaremos que a hegemonia lulista, ao mesmo tempo, *nega, conserva e eleva* a regulação populista [...] conforme nosso argumento, o momento *negativo* deve ser buscado no amadurecimento da experiência operária ao longo do ciclo grevista de 1979-1980, o *conservador*, na reconciliação da burocracia de São Bernardo com a estrutura sindical oficial e, conseqüentemente, com o Estado capitalista – coroada pela transformação,

ao longo dos anos 1990, do PT em uma notável máquina eleitoral –, e a *elevação*, na conquista do governo federal em 2002, que possibilitou àquela burocracia sindical converter-se, definitivamente, em gestora da poupança dos trabalhadores. (BRAGA, 2012, p. 44).

A ascensão de lideranças da burocracia sindical à gestores de fundos de pensão estreitou os laços entre essa forma de sindicalismo, Estado e mercado. Os sindicalistas atuam no mercado financeiro com os ativos oriundos dos trabalhadores, fortalecendo a burocracia sindical e o seus laços com o governo petista, na medida em que é este que lhe propicia um lugar privilegiado no aparato estatal. Ao se atrelar ao governo, a burocracia sindical secundariza a pauta reivindicativa dos trabalhadores, e procura fortalecer as suas relações com o aparato estatal e com o mercado financeiro:

[...] posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários deles assumiram posições de grande prestígio em empresas estatais – como, por exemplo, Petrobras e Furnas Centrais Elétricas –, além de integrarem o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo federal promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente certa de 100 milhões de reais para essas organizações. Tudo somado, o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante a investimento capitalista no país. (BRAGA, 2012, p. 204).

O atrelamento dos líderes da burocracia sindical ao governo resulta em mobilizações pouco ofensivas ao modelo econômico vigente. O estreitamento da CUT com o governo serve para amenizar as críticas e até mesmo como mecanismo de defesa do governo petista. Três fatos envolvendo a central sindical fornecem a base para essa afirmação: 1) sabendo da necessidade de ajustes a presidente Dilma convocou os dirigentes da CUT para discutir as formas de inibir as reivindicações defensivas dos trabalhadores<sup>78</sup>; 2) movimentos sociais, organizações representativas dos trabalhadores, estudantes contaram com o apoio popular nos atos contra a realização da Copa do Mundo em 2014, evento que trouxe enormes danos sociais, por exemplo, as irrestritas desapropriações da população da periferia e o regime de superexploração de trabalho a qual se submeteram os trabalhadores nas obras para o mundial<sup>79</sup>, a CUT manifestou publicamente o seu apoio à realização do campeonato da FIFA, com o seguinte argumento: "A Copa gera emprego, renda e benefícios duradouros para toda a

<sup>78</sup> Procurando amenizar as manifestações sindicais contra o aumento do desemprego e as políticas de ajustes, Dilma procurou estreitar os laços entre a burocracia sindical e o governo por meio do Ministério do Trabalho. Ver SADI, Andrea. "Governo quer ministro do trabalho ligado a sindicatos". *Folha de São Paulo*, 7 de novembro de 2014, p. A13.

<sup>79</sup> Conferir a coletânea de textos: Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas? Jennings, Rolnik, Lassage...[et al.]. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

população. Não é à toa que vários países disputam o direito de sediar o evento”<sup>80</sup>; 3) o apoio a presidente em oposição às manifestações – de caráter direitista, é certo – que pediam o impeachment, dos 41.000 manifestantes no ato promovido pela CUT no dia 13 de março de 2015, 71% haviam votado em Dilma no segundo turno, 39% tinham como partido de preferência o PT, e 44% eram funcionários públicos, setor que é ampla base do sindicalismo cutista. É necessário registrar que 47% diziam estar no ato em apoio as causas trabalhistas – 22% queriam aumento salarial para os professores e 25% contra a perda de direitos trabalhistas<sup>81</sup> – no entanto o ato foi classificado como pró-governo e foi mobilizado intencionalmente para amenizar o impacto das movimentações contra o governo.

Embora a central sindical se coloque contra as políticas de ajustes, tem seus interesses econômicos atrelados ao governo petista. No primeiro momento as críticas eram dirigidas a Joaquim Levy poupando os quadros petistas, com a entrada de Nelson Barbosa ainda não há manifestações críticas da CUT. Veremos, no decorrer do ano de 2016 qual será a posição efetiva da central sindical, por enquanto podemos seguramente concordar com Ruy Braga quando diz que “[...] na condição de investidores institucionais, o compromisso principal desse grupo de sindicalistas é com a liquidez e a rentabilidade dos ativos financeiros dos fundos” (2012, p. 206). Algo de peculiar ocorre com essa situação: os trabalhadores acabam financiando – com suas pensões – a sua própria sujeição às novas imposições do capital em crise ao mundo do trabalho:

O curioso é que, no período atual, a aposentadoria do trabalhador, administrada por burocratas sindicais oriundos do novo sindicalismo, está sendo usada para financiar o ciclo de fusões e aquisições de empresas, além de reforçar os investimentos no setor de produção e energia. Ou seja, os fundos de pensão transformaram-se em peças-chaves para a reprodução do atual modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado nos quatro “motores” da acumulação: bancos, mineração, petróleo e agronegócios (IBIDEM).

E o interesse dos quatro “motores” não é outro senão o de intensificar as formas de precarização e da superexploração do trabalho. Os trabalhadores financiam tanto o desenvolvimento predatório do capitalismo periférico quanto a organização que está cada vez mais distante de representar os seus interesses. Ruy Braga caracteriza assim, o *transformismo sindical*:

---

<sup>80</sup> Palavras do presidente da Central Sindical, Vagner Freitas. In: GALHARDO, Ricardo. Estado de São Paulo, 24 de março de 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,cut-vai-as-ruas-contra-o-nao-vai-ter-copa-imp-,1144379>. Acesso em 28/01/2016.

<sup>81</sup> Dados do Datafolha publicados na Folha de São Paulo, 17 de março de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contra-corrupcao-diz-datafolha.shtml>

De uma forma ou de outra, o resultado do encontro de demandas represadas dos movimentos sociais com o “transformismo sindical” promovido pelo lulismo representou, sem dúvida, um incremento da tutela do movimento sindical de base pelo aparelho do Estado. (IDEM, p. 213).

E ainda: “O fato é que a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal.” (IBIDEM). Em síntese, o que presenciemos é uma eficaz forma de controle sobre o trabalho. Aqui a burocracia sindical funciona exatamente na forma de *Estado Amplo*, exercendo diretamente o controle sobre as massas, na medida em que a principal forma de organização dos trabalhadores, os sindicatos – em especial a CUT – se coloca a favor do modelo neodesenvolvimentista, financiando as novas – e antigas – formas de superexploração do trabalho. No fundo se trata de uma estratégia que visa inviabilizar o levante oriundo das pautas trabalhistas, exercendo o controle via a subordinação dos sindicatos ao aparelho estatal.

As políticas de “alívio” social são outra forma de exercer o controle sobre os “de baixo”. Sem ao menos questionar a ordem neoliberal posta pelas novas determinações do capital em crise, pelo contrário intensificando-as, as políticas sociais tão elogiadas durante os governos petistas limitam-se a resoluções institucionais, dentro dos pressupostos da política burguesa. Ao fazer isso, institucionalizar as reivindicações dos oprimidos, recusa-se a ação das lutas sociais, das classes sociais – inclusive se recusa o próprio conceito de luta de classes:

Não surpreende, portanto, que o lulismo, uma vez no poder, atenda democraticamente às necessidades do capital em *crise estrutural* e, democraticamente, desmonte cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora. Suas políticas sociais – que compõe a chamada “hegemonia da pequena política” – têm caráter efêmero e assistencialista aos desempregados que ele ajuda a criar. (PINASSI, 2011, p. 111. Grifos da autora).

Diante do cenário de crise estrutural em que o capital se encontra, se valendo cada vez mais das formas de superexploração do trabalho, de precarização do trabalho de modo a intensificar as formas de extração de mais-valor, aumentando, portanto, a degradação social e ambiental, fortalecendo antigas e promovendo novas formas de pobreza, os governos neodesenvolvimentistas contribuem para a permanência da grave situação social, fortalecendo um quadro que se torna funcional para o próprio regime político pretendido:

[...] parece que a grande arte deste exercício político é *fazer da miséria e da exploração uma virtude*, extrair dela dividendos eleitorais e ocultar as causas que permanecem ativas, as mesmas que geram a necessidade constante dos “socorristos sociais”: o desemprego estrutural e a degradação sem precedentes de todas as formas de trabalho requisitadas pelo capital nesta fase neoliberal. (IDEM, p. 114. Grifos da autora).

Não tocando nos pontos determinantes que geram a “questão social” e contribuindo para o enfraquecimento da luta de classes, por meio da institucionalização das pautas sociais – ou seja, inviabilizando as formas alcançadas historicamente de a classe exercer suas reivindicações – o *lulismo* é uma eficaz forma de “controle democrático” sobre as massas. Reforçando, por meio de políticas institucionalizadas o caráter autocrático do Estado brasileiro, não por direta repressão como nos tempos ditatoriais, mas atrelando as necessidades dos explorados ao cadastro nos programas estatais e não mais às comunidades de bairro, aos movimentos sociais aos comitês operários.

O interessante é que o “Projeto PT” não almejava, mesmo em sua constituição histórica, algo distinto:

Três décadas e meia é tempo suficiente para entendermos melhor o sentido histórico do Projeto PT, algo que envolve bem mais do que a simples formação de uma instituição político-partidária com vistas a disputas parlamentares. Trata-se de um *conceito de organização consentida* das massas rurais e urbanas, historicamente ancorado num contexto de transição burguesa possível para o país que emergia de uma longa ditadura militar sem disposição de romper com sua tradição autocrática. Hoje, enfim, é possível afirmar que esse projeto se realiza à revelia da esperança popular aí depositada e do envolvimento de amplo setores da esquerda que acreditaram-se no interior de um campo em disputa. (PINASSI, 2015).

De fato. Se pensarmos nas mobilizações populares e operárias antes da constituição do Partido dos Trabalhadores veremos diversos movimentos – por melhores condições de moradia, por direito à creches públicas e hospitais, contra a carestia – se constituindo e exercendo suas reivindicações mesmo diante de uma ditadura extremamente repressora, reunidos em organizações no próprio bairro com apoio da igreja católica, como demonstrou o conhecido texto de Sader (2001). Mesmo as reivindicações que resultaram no “novo sindicalismo” são oriundas das pautas originárias no bairro e de suas formas de organização que foram estendidas para o ambiente fabril (KOWARICK, 2009, p. 35). Tratavam-se de formas orgânicas de lutas por fora das instituições, com organização e mobilização discutida e deliberada pelas famílias trabalhadoras. O “Projeto PT” fez a opção durante sua trajetória pela canalização dessas forças em torno de uma disputa “dentro da ordem”, sem romper com a democracia burguesa autocrática, mas reforçando o modelo. Dessa forma, as pautas dos trabalhadores e da grande massa pauperizada pelo capitalismo dependente, agora se atrelam às políticas estatais de “alívio social”. O trajeto para se chegar até essa configuração passa pela luta contra o regime militar, momento em que as lutas combativas eram a característica principal das organizações e das correntes inseridas na constituição do PT,



Mas, o fim da ditadura (1985) balizou a real consistência do projeto petista enquanto alternativa de classe à ordem. Antevia-se o dilema que levou sua militância a optar pela *linha de menor resistência* ou pelos caminhos da transição socialista o que, neste último caso, implicou na dissidência. (PINASSI, 2015)

A opção pela via institucional resultou na configuração do lulismo como a forma de controle encontrada pelo capital em sua crise estrutural num país da periferia:

Desde então, Lula e seu Partido dos Trabalhadores se dispuseram a conter as forças populares nos marcos estritos da institucionalidade contribuindo para o seu apaziguamento justamente no momento mais problemático da classe trabalhadora que enfrentava a reestruturação produtiva, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho. Dessa maneira, e à revelia de sua expressiva militância mais combativa e da base social sobre a qual angariou importantes dividendos políticos, distanciou-se até mesmo do reformismo, interrompido pela ditadura. (IBIDEM).

Depositam-se todas as expectativas no Estado, fortalecimento do capital visando um crescimento econômico que não se atinge, e poucas políticas sociais para amenizar os impactos da reestruturação produtiva e do desemprego crônico. Não se procura em nenhum momento reverter os mecanismos que geram e perpetuam a “questão social” no país. Ao contrário, estabelece-se através do Estado uma forma de controle que reduz a luta de classes às políticas sociais. Se as conquistas dos trabalhadores historicamente se deram com trabalhadores se organizando e enfrentando o capital e o Estado, o neodesenvolvimentismo procura pela ideologia da ascensão social submeter ainda mais os indivíduos ao controle estatal:

[...] se os militares usaram a força bruta para calar a classe trabalhadora insurgente contra o capital, o PT no poder a silencia pela ilusão da ascensão social – a classe média beneficiária do Bolsa Família –, pelo constrangimento e pelo valor ideológico que atribui ao seu empobrecimento em amplo espectro. O neodesenvolvimentismo e suas políticas compensatórias, mais do que um arremedo neokeynesiano da pobreza, negam a existência da classe transformando-a numa horda de necessitados para os quais se renova a relação social baseada no favor colonial. Ou seja, o PT, certamente será lembrado pelas gerações futuras por converter a miséria do trabalhador brasileiro em sua maior virtude. (IBIDEM).

Sem ter as condições objetivas de instaurar um Estado de bem-estar social – condições que foram totalmente destruídas pelo declínio do regime fordista de acumulação, como vimos no capítulo anterior –, em um cenário de crise estrutural do capital, o neodesenvolvimentismo não faz mais do que contribuir para a reprodução do capital em sua fase destrutiva. A ascensão social oferecida pelo neodesenvolvimentismo não pode ser mais do que inserir cada vez mais indivíduos nas relações de trabalho informal, impulsionando as formas de

superexploração do trabalho em um cenário de desemprego crônico. O discurso que procura tratar da “questão social” neste modelo econômico tem apenas dois objetivos: 1) potencializar o consumo dos mais pobres, de modo a dar uma sobrevida à reprodução do capital, via aumento do mercado interno; 2) controlar as massas, através de seu atrelamento as políticas públicas, inviabilizando as formas históricas de luta da classe trabalhadora.

No entanto, a sustentação deste modelo está ruindo. A emergência das diversas manifestações – pela direita e pela esquerda – evidencia o esgotamento do modelo. A sua adesão irrestrita as políticas de ajustes, ou seja, ao neoliberalismo que o PT sempre recusou e se opôs, deixam claros os limites do modelo em *dizer não* ao capital internacional, em propor alternativas que visem o bem-estar da classe trabalhadora. Se a classe não encontra mais no PT e na CUT as organizações capazes de darem voz as organizações dos trabalhadores e aos movimentos sociais, o desafio para a esquerda está lançado, assim como o fim da *farsa* do neodesenvolvimentismo petista decretado.

## V – Considerações finais

O neodesenvolvimentismo se caracteriza, segundo seus defensores, por ser um adequado mecanismo econômico para promover o desenvolvimento e superar a precária condição de vida de ampla parcela da população brasileira. Aproveita-se do cenário inaugurado pela expansão irrestrita do capital, principalmente após os anos 1970 – o que se convencionou chamar de globalização – para impulsionar a inserção do país no mercado mundial. Faz isso privilegiando empresas internas, contribuindo para a internacionalização do empresariado nacional em países cujas leis trabalhistas são mais vulneráveis que as brasileiras.

Restringe sua teoria à elaboração de formulações macroeconômicas, deixando inalteradas as condições de subordinação que foram questionadas pelo nacional desenvolvimentismo. O último percebia na falta de autonomia um *problema estrutural* que inviabilizava o desenvolvimento econômico e a melhoria de vida dos trabalhadores, já o primeiro enxerga grandes possibilidades. Neste aspecto reside a *farsa* apontada por Plínio (SAMPAIO JR., 2012).

O desenvolvimento do estudo, que resulta neste trabalho, demonstra que essa *farsa* extrapola a comparação com o nacional desenvolvimentismo praticado, principalmente, na década de 1950. Cada capítulo deste texto procura fornecer elementos para afirmar que estamos diante de uma *farsa generalizada* promovida pelo modelo econômico petista.

O neodesenvolvimentismo tem como pressupostos fundamentais dois aspectos: 1) a crença no sistema do capital como a melhor forma de organização social; 2) o Estado como um regulador entre as classes sociais, e capaz de realizar uma distribuição equitativa dos “frutos do trabalho”. Não é nada novo: o programa de Gotha criticado por Marx tinha essa perspectiva, assim como também teve a social-democracia alemã no início do século XX, foi também assim em meados do mesmo século com o advento do Estado de bem-estar social. Aqui no Brasil esboçamos algo semelhante na década de 1950, o “Programa democrático burguês”. Os exemplos citados guardam algumas semelhanças: a manutenção da ordem do capital, a consideração de ser o Estado autônomo e a harmonização dos conflitos entre as classes sociais, formando-se assim uma aliança entre capital e trabalho.

O nosso primeiro capítulo trata especificamente do Estado. Tem o objetivo de demonstrar que o Estado não é autônomo, ele é *base material do capital* (MÉSZÁROS, 2014). E como tal é um agente que garante a manutenção, reprodução e expansão do sistema sociometabólico do capital, utilizando todo o aparato repressivo para alcançar tal fim. Seja

pela violência direta ou por mecanismos que inviabilizam as lutas dos trabalhadores. O Estado é, pois tem que ser, inerentemente contra o trabalho, na medida em que as reivindicações trabalhistas interferem na acumulação de capital, comprometendo o sistema. É fato que houve momentos em que o capital – por meio do Estado – conseguiu atender as demandas dos trabalhadores, mas é fato também que depois se lançou em uma ofensiva para destruir as conquistas da classe trabalhadora – basta pensar na ofensiva neoliberal contra o Welfare State.

O Estado como base material do capital, o exercício do poder repressivo do Estado, ganha formas particulares na periferia do sistema. O Estado *autocrático* (FERNANDES, 2008, 2009, 2010), impede a participação das massas “dentro da ordem”, dentro da exaltada democracia burguesa e utiliza os métodos mais violentos de repressão – vide as ditaduras na América Latina. Há um fascismo particular na configuração política no Brasil (FERNANDES, 1981), guarda do seu parente italiano apenas o caráter repressivo e não a pretensão imperialista. Pretensões imperialistas que não cabem a quem teve seu *sentido* decretado pela subordinação – desde a colonização – e se isentou de se revolucionar contra ela.

O Estado *autocrático* e o caráter da burguesia brasileira que resultam da condição estrutural de dependência/subordinação são expressões de um capitalismo que não pode abrir espaços para participação política das massas, pois se reproduz exatamente na ausência de direitos básicos e da superexploração do trabalho das massas. Fazendo da precarização o seu regime de acumulação. Por fim, qualquer teoria, ou iniciativa política e econômica, que tenha como pressuposto o Estado e o capital não servem efetivamente para os que se comprometem com a emancipação humana. Não precisaria dizer, mas o neodesenvolvimentismo é um modelo que *falseia* o Estado autocrático brasileiro. Pois somente ocultando o que ele é em sua essência é possível atribuir a ele um caráter regulador e distributivo em favor dos trabalhadores.

O início do debate sobre a emancipação humana, sobre a libertação dos produtores reais das imposições do capital, deve partir da necessidade da revolução. Ainda mais em um país como o Brasil que tende também a *falsear* o conteúdo político e social de uma revolução – “Revolução de 1930”, “Revolução de 1964”. O início do debate sobre o Estado autocrático pode ter como inspiração Lenin (2010b, p.39): “Só a Revolução pode “abolir” o Estado burguês”. Mas, não substituí-lo por outra forma de Estado, mas pela dissolução total da *base material do capital*. Projetos como o neodesenvolvimentista somente prestam a sua contribuição para o *falseamento* da realidade brasileira. Em um país em que as “revoluções” são *falsas*, torna-se imperativo trazê-la à realidade.

A farsa é ainda mais evidente sob os imperativos da *crise estrutural do capital*. Um sistema sociometabólico incapaz de atender as necessidades humanas. Ao contrário, ele perde a sua capacidade civilizadora, não consegue mais criar as condições para manter os padrões “modernos” que o próprio sistema do capital exigiu e criou, e que foi defendido por seus apologistas.

As manifestações da crise estrutural do capital, como as políticas e a ideologia neoliberal e os impactos da reestruturação produtiva, são as novas exigências para a reprodução do sistema. O *desemprego crônico* e a superexploração do trabalho, assim como a precarização social e ambiental são funcionais para a acumulação no cenário de crise. O sistema segue *procurando e destruindo* para sobreviver. O neodesenvolvimentismo não toca em nenhum dos pontos característicos do capital em crise, ao contrário, os reforça. Faz isso na medida em que se compromete por inteiro com a ordem vigente, com a intensificação das relações capitalistas no país.

A pretensão social do modelo se reduz a “inclusão” de indivíduos no mercado. Fazer a economia girar através do endividamento das famílias trabalhadoras. Atende ao capital em uma de suas maiores necessidades, garantindo ou possibilitando, que o valor se realize – atuando na ausência de unidade entre produção e consumo (MÉSZÁROS, 2014). O modelo neodesenvolvimentista não procura ampliar direitos, mas sim intensificar a forma de acumulação por *espoliação*, como chamou Harvey (2008), garantir a acumulação pela ausência de direitos e, acrescentamos nós, pela manutenção das condições que perpetuam a superexploração da força de trabalho como a regra da acumulação de capital no Brasil.

Mais uma vez a *farsa* é revelada. Agora é a farsa do discurso social do neodesenvolvimentismo. Essa é evidente nas consequências da intensificação de um modelo destrutivo como o capital em crise. Não há prioridade social para os atingidos pela lama de Mariana/MG, há os recursos recebidos que empresas como a Vale recebem deste modelo. A repressão contra as manifestações que se espalharam por todo o país contra a Copa do Mundo, clareia a opção por parte do neodesenvolvimentismo – totalmente comprometido com a expansão do capital – por estádios “padrão FIFA” do que com hospitais e escolas com padrão semelhante de qualidade. O trato dado às “jornadas de junho” evidencia a distância do governo petista com as vozes das ruas. A ação do governo ao ver as ruas tomadas foi a de institucionalizar as reivindicações, trazer as ruas para dentro do Estado. Método eficaz para inviabilizar as lutas sociais, na medida em que se cria a expectativa de que as políticas públicas atenderão as reivindicações das ruas.

Assim é revelada mais uma *farsa*. A *farsa* do PT. Tanto o PT quanto o seu braço sindical – a CUT – atuam de forma a institucionalizar as lutas sociais, ignorando a luta de classes. Ao se tornarem apologistas do Estado e da institucionalidade canalizam as expectativas e as esperanças das massas empobrecidas nas políticas públicas. Este é o “Projeto PT” (PINASSI, 2015); e está totalmente em acordo com a ordem e com as necessidades do capital em sua crise estrutural. Impulsiona e intensifica as relações que causam a precarização social e o desemprego crônico e ao mesmo tempo cria os mecanismos institucionais que permitem a reprodução do sistema. Seja pela manutenção da pobreza por via das políticas focalizadas, seja por depositar na institucionalidade – nos *cadastros* – a esperança da melhoria de vida da população brasileira.

A “questão social” é uma *farsa* no neodesenvolvimentismo, no “Projeto PT”. Em nenhum momento se procura romper com a subordinação sofrida por aqueles que vendem sua força de trabalho aos imperativos destrutivos do capital.

Mas há elementos novos: a sociedade está se movendo. A *farsa* ficou evidente. As ruas desde 2013 – pelo menos – estão sendo tomadas – pela esquerda sempre foram, mas também agora pela direita insatisfeita. Há sinais de que o *não* está sendo dito nas ruas. O que deve ser discutido é o que virá depois que este *não* ecoar por todas as *escolas, ruas, campos e construções* do país. Trabalhamos para que seja vitorioso o *sim* de Eduardo Galeano:

*Dizendo não ao egoísmo do dinheiro, nós estamos dizendo sim a liberdade das pessoas: liberdade maltratada e machucada, mil vezes derrubada /.../*

*Dizendo não ao egoísmo suicida dos poderosos, que converteram o mundo em um vasto quartel, nós estamos dizendo sim à solidariedade humana, que nos dá sentido universal e confirma a força de fraternidades mais poderosas que todas as fronteiras com todos os seus guardiões.*

## VI – Referências bibliográficas:

ALVES, Giovanni. **Nova Ofensiva do Capital, Crise do Sindicalismo e as Perspectivas do Trabalho - O Brasil nos Anos Noventa**. In: TEIXEIRA, Francisco J.S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. 2ª ed São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. 1998.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. (org.). *Pós-neoliberalismo*. 6º. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal**. 2º. Ed. São Paulo: Autores Associados 2005.

\_\_\_\_\_. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo. 2011.

BANDEIRA, Luis Alberto Muniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARBOSA, Nelson. **Debate econômico no Brasil ainda é preso ao passado**. Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/debate-economico-no-brasil-ainda-e-presao-passado/>. 2013. Acesso: 17/09/2013.

\_\_\_\_\_; SOUZA, José Antonio Pereira de. **A inflexão do governo lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda**. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio. *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo. 2010.

BARROS, Luis Carlos Mendonça de. **O ano em que Keynes voltou**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/516514-o-ano-em-que-keynes-voltou>. Acesso em 23/11/2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**. *Economia e Sociedade*, vol. 21. Campinas. 2012.

BATISTA, Jorge Chami. **O BNDES e o desenvolvimento brasileiro 1952-2002**. In: *A promoção do desenvolvimento*. VELLOSO, João P. dos Reis e ALBURQUERQUE, Roberto C. de. (orgs.) Rio de Janeiro: José Olympio. 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012.

BOITO JR. Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã. 1999.

\_\_\_\_\_. **Governo Lula: a nova burguesia nacional no Poder**. In: BOITO JR., Armando. e GALVÃO, Andréia (org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda. 2013.

- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O velho e o Novo Desenvolvimentismo**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>. 2010. Acesso: 17/09/2013.
- \_\_\_\_\_. **O Brasil e o novo desenvolvimentismo**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>. 2011. Acesso: 17/09/2013.
- CALLINICOS, Alex. **Decifrando a crise global**. In: Margem esquerda nº16. São Paulo: Boitempo. 2011.
- CARCANHOLO, Marcelo. **Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington**. In: CASTELO, R. (org). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2010.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2003.
- CARNEIRO, Henrique. **Velhos e novos desenvolvimentismos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2013.
- CARRIELO, Rafael. **O liberal contra a miséria**. In: Piauí – 74. Novembro de 2012.
- CASTELO, Rodrigo. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano**. In: In: CASTELO, R. (org). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2010.
- \_\_\_\_\_. **O social liberalismo**. São Paulo: Expressão Popular. 2013.
- \_\_\_\_\_. **A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas**. In: In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 119. 2014.
- CHASIN, José. **A via colonial de entificação do capitalismo**. In: A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André: Ad Hominem. 2000a.
- \_\_\_\_\_. **Marx – a determinação ontonegativa da politicidade**. In: Tomo III – Política. Santo André: 2000b.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã VM, 1996.
- CLARKE, Simon. **Crise do fordismo ou crise da social-democracia?** In: Lua Nova nº 24. São Paulo: Cedec. 1991.
- COTRIM, Ivan. **Superprodução: velhas e novas crises**. In: Revista de Economia Mackenzie. Volume 8. Nº3. 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2º. Ed. São Paulo: Cortez. 2008.



- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5°. Ed. São Paulo: Global Editora, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América-Latina**. 4°. Ed. São Paulo: Global Editora. 2009.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5°. Ed. São Paulo: Editora Globo. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar.1981.
- FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. 2°. Ed. São Paulo: Outras Expressões. 2012.
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. 3°. Ed. São Paulo: Boitempo. 2012.
- FIORI, José Luis. **O desenvolvimentismo brasileiro**. In: História, estratégia e desenvolvimento. São Paulo: Boitempo. 2014.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. 2°. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1962.
- \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura. 1983.
- \_\_\_\_\_. **A reconstrução do Brasil**. in: Praga, estudos marxistas. nº8. São Paulo: Editora Hucitec. 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Capitalismo Global**. 7°. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007.
- FRANK, André Gunder. **El desarrollo Del subdesarrollo**. In: Pensamiento Crítico, Habana, nº7. 1967
- GARCIA, Marco Aurélio. **Dez anos de política externa**. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. SADER, Emir. (org.). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil. 2013.
- GONLÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. 2° Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC. 2013.
- HABERMAS, Jürgen. **Três modelos normativos de democracia**. In: Lua Nova, nº 36. São Paulo. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a03n36.pdf>.

- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola. 2008.
- \_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**. 20ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola. 2010.
- HELLER, Agnes. **Aristoteles y el mundo antiguo**. Peninsula: Barcelona. 1983.
- HERMANN, Jennifer. **Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso**. Rev. Econ. Polit. vol.29 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2009.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.
- \_\_\_\_\_. **A questão social**. Revista USP – 145. 1989. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/03/17-octavio.pdf>.
- KOWARICK, Lucio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34. 2009.
- LENIN, Vladimir. **O programa agrário**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.
- \_\_\_\_\_. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro Editora. 2010a.
- \_\_\_\_\_. **O Estado e a revolução**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010b.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel. 1988.
- LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MACPHERSON, C.B. **Ascensão e queda da justiça econômica**. In: Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios. São Paulo: Paz e Terra. 1991.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural. 1985.
- \_\_\_\_\_. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5ª. Ed. Florianópolis: Editora Insular. 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Vol. 1**. São Paulo: Nova Cultural. 1985.
- \_\_\_\_\_. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo. 2012.

\_\_\_\_\_; **Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo. 2010.

MATTOSO, Jorge. **Dez anos depois**. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. SADER, Emir. (org.). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil. 2013.

MATTEI, Lauro. **Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”**. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2º Ed. São Paulo: UNESP; FACAMP. 2009.

MERCADANTE, Aloizio. **Mudanças para um novo modelo de desenvolvimento**. In: 2003-2010 O Brasil em transformação, Vol. 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Crise mundial: crise estrutural**. . In: 2003-2010 O Brasil em transformação, Vol. 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010b.

\_\_\_\_\_. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese de doutoramento do Instituto de Economia da Unicamp, 2010c.

MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo. (org.). São Paulo: Boitempo. 2013.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2014.

\_\_\_\_\_. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo. 2015.

NETTO, José Paulo. **“Questão social”: elementos para uma concepção crítica**. In: BRAZ, Marcelo. (org.). *Samba, cultura e sociedade*. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2012.

**O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo. 2003a.

\_\_\_\_\_. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003b.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões. 2014.

- PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo. 2008.
- PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital**. São Paulo: Boitempo. 2009.
- \_\_\_\_\_. **O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política**. in: Lutas Sociais nº 25/26. São Paulo: NEILS/PUC. 2011.
- \_\_\_\_\_. **O ocaso de um projeto enganador**. In: Ediciones Herramienta nº 56. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-56/o-ocaso-de-um-projeto-enganador>.
- POCHMANN, Marcio. **Caminho próprio**. In: Margem esquerda nº 23. São Paulo: Boitempo. 2014.
- PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das letras. 1991.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2001.
- SADER, Emir. **A Nova Toupeira**. São Paulo: Boitempo. 2009.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Apresentação**. In: Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. SAMPAIO JR. (org.). São Paulo: Editora instituto José Luís e Rosa Sundermann. 2009a.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo do século XXI: crise e barbárie**. In: Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. SAMPAIO JR. (org.). São Paulo: Editora instituto José Luís e Rosa Sundermann. 2009b.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112. 2012.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (org). Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo. 2012.
- SIMONSEN, Roberto. **As finanças e a indústria – conferência no Mackenzie College [1931]**. In: À margem da profissão. São Paulo: São Paulo Ed. 1932.
- SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.
- SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez. 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões. 2012.

TEIXEIRA, Francisco, J.S. **O neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, Francisco J.S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (org.). 2<sup>o</sup> Ed. Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. 1998.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Companhia das Letras: São Paulo. 2013.